

Departamento de Arquitetura
Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra



Arquitetura do Banco de Portugal

Evolução dos projetos para a sede, filial e agências do Banco de Portugal (1846-1955)

Diogo Filipe Monteiro Damásio

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientação: Professor Doutor Rui Pedro Mexia Lobo

Coimbra, Setembro de 2013

Arquitetura do Banco de Portugal

Evolução dos projetos para a sede, filial e agências do Banco de Portugal (1846-1955)

Agradecimentos

À minha família, em especial aos meus pais e irmão, pelo apoio contínuo.

Ao meu orientador, Professor Rui Lobo, pela disponibilidade e aconselhamento.

Ao Núcleo do Arquivo Histórico do Banco de Portugal, em especial à Doutora Maria do Carmo Rogado, pela simpatia e ajuda sempre que requisitada.

À Administração do Banco de Portugal pela aprovação de acesso a informação escrita e desenhada, que se revelou ser de extrema importância para este trabalho.

À Jessica, por me forçar a avançar sempre, pela paciência que teve, e pela preciosa ajuda.

Aos amigos que me apoiaram, aos que trabalharam a meu lado, assim como a todos que me permitiram chegar aqui.

“While avant-garde designers proclaimed a revolutionary break with the past and proposed radically new models for architecture that would celebrate modernity, traditionally oriented designers continued to argue that classical models could be adapted to contemporary situations.” (Dennis P. Doordan)¹

¹ Doordan, Dennis P., *Twentieth-Century Architecture*, 2001, p. 1.

Índice

Introdução.....	9
1 _ Do Banco em Lisboa ao Banco em Portugal (1846 – 1895)	17
1.1 _ Tabelas de Informação.....	23
1.2 _ Análise das Tabelas de Informação.....	31
2 _ Um Banco de Raiz (1902 – 1927)	37
2.1 _ O Arquiteto Adães Bermudes.....	39
2.2 _ A Escolha do Local.....	43
2.3 _ A Escolha do Estilo.....	47
(Fichas dos projetos analisados)	55
2.4 _ Análise dos Projetos.....	109
3 _ O Banco de Portugal no Estado Novo (1930 – 1955)	117
(Fichas dos projetos analisados)	121
3.1 _ Análise dos Projetos.....	145
Conclusão.....	149
Bibliografia.....	153
Anexos.....	167

Introdução

Se refletirmos sobre a abrangência que a História da Arquitetura, enquanto disciplina de estudo, pode alcançar, é possível ficarmos rendidos à quantidade de informação que foi sendo recolhida, estudada, trabalhada ao longo de séculos. Muita desta informação continua a ser objeto de estudo, surgem novas ideias, alteram-se opiniões. Mesmo após vários séculos, existem assuntos a aprofundar, material por analisar. Devido a esta imensidade de informação que vai sendo, aos poucos, recolhida, é natural que certas tipologias e certos períodos de tempo sejam negligenciados em detrimento de outros. Seja por falta de documentação, por dificuldades criadas no acesso a esta, ou simplesmente por ainda não ter surgido a oportunidade ou interesse no desenvolvimento de determinada matéria.

De acordo com o que foi referido anteriormente, podemos afirmar que *“a arquitectura bancária permanece como um dos sub-universos temáticos mais negligenciados pela História da Arte”*.²

Pelo que conseguimos apurar, são escassos os trabalhos ou obras, realizados em Portugal, que aprofundem o estudo da tipologia bancária. Os únicos trabalhos de relevância, aos quais tivemos acesso, que abordam a arquitectura bancária portuguesa, foram: a tese de doutoramento de José Afonso, «Arquitectura Bancária em Portugal: Fragmentos de Uma Imagem Arquitectónica. Evolução da Arquitectura do Dinheiro»³, que aborda de um modo geral a arquitectura bancária portuguesa; as teses de mestrado e doutoramento de Joana Brites, «Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: Modelos e Programas Arquitectónicos na Construção do Estado Novo (1929-1970)»⁴ e «O Capital da Arquitectura (1929-1970), Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósi-

² Brites, Joana, O Capital da Arquitectura (1929-1970), Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos [Dissertação de Doutoramento], FLUC, Coimbra, 2012, p. 31.

³ Afonso, José, Arquitectura Bancária em Portugal: Fragmentos de Uma Imagem Arquitectónica. Evolução da Arquitectura do Dinheiro [Dissertação de Doutoramento], FAUTL, Lisboa, 1999.

⁴ Brites, Joana, Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: Modelos e Programas Arquitectónicos na Construção do Estado Novo (1929-1970) [Dissertação de Mestrado], FLUC, Coimbra, 2007.

-tos»⁵, que nos mostram, detalhadamente, o papel da Caixa Geral de Depósitos no panorama da arquitetura do Estado Novo; e a recente publicação do livro de José Sarmiento de Matos e Jorge Ferreira Paulo, «Um Sítio na Baixa: A Sede do Banco de Portugal»⁶, que fala sobre o quarteirão de S. Julião e a sede do Banco de Portugal que nele se encontra instalada, assim como as alterações que foi sofrendo e as propostas que foram levantadas para a sua reconstrução.

Foi neste contexto que surgiu a decisão do aprofundamento do estudo da arquitetura bancária portuguesa, mais especificamente, sobre a arquitetura dos edifícios do Banco de Portugal, que se encontram, até à data, a carecer de abordagem analítica num contexto global. Pretendemos apresentar todo o material que nos foi disponibilizado, respeitante a projetos e construções realizados para o Banco de Portugal, desde a sua fundação, até à edificação da sua «última» agência a nível distrital.

Começaremos por contextualizar o leitor sobre a história da criação do Banco de Portugal, e sobre a época em que este foi estabelecido. Iremos abordar a decisão que levou à expansão do Banco a nível distrital e consequente criação de filiais ou agências em todas as capitais de distrito. Procuraremos mostrar o sítio e o edifício em que cada agência se estabeleceu e as suas respetivas características. Isto será realizado através de tabelas de informação sobre cada agência, assim como a filial e a sede. Estas tabelas estarão associadas a imagens, de modo a permitir uma melhor compreensão dos factos. Estas tabelas serão então alvo de uma análise da nossa parte, na qual procuraremos estabelecer comparações entre as mesmas, ou com casos pontuais de outras instituições bancárias.

Após este capítulo introdutório, que esperamos ser suficiente para contextualizar as várias agências a nível distrital, filial e sede, iremos entrar na parte fulcral do nosso trabalho, que se trata da abordagem aos projetos realizados para edifícios de raiz do Banco de Portugal. Iremos referir os arquitetos que se destacaram neste contexto, com especial menção para o arquiteto Arnaldo Adães Bermudes, cujo trabalho que

⁵ Brites, Joana, *O Capital da Arquitectura (1929-1970)*, Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos.

⁶ Matos, José Sarmiento de, Paulo, Jorge Ferreira, *Um Sítio na Baixa: A Sede do Banco de Portugal*, Museu do Dinheiro, Lisboa, 2013.

realizou para o Banco, ao longo de cerca de duas décadas, é de inegável valor. Procuraremos também discutir as razões que levaram à escolha do estilo arquitetónico empregue nesta tipologia, assim como a decisão da localização da implantação dos diversos imóveis.

Feita esta contextualização acerca da linguagem arquitetónica e inserção urbana, serão apresentadas as diversas fichas de informação sobre os vários projetos de arquitetura realizados para edifícios do Banco de Portugal, durante este período de tempo, onde encontraremos: os autores dos projetos; as datas de aprovação/realização dos projetos; datas de inauguração dos edifícios; moradas dos edifícios; datas de encerramento e adaptação a novas tipologias (em alguns casos); e observações sobre os projetos/edifícios. Note-se que os projetos apresentados encontram-se organizados por ordem cronológica (de acordo com a sua aprovação/realização), de modo a ser compreensível a evolução dos mesmos. Alguns destes projetos não resultaram em construções e é possível existir mais que um projeto para a mesma agência, filial, ou sede.

As fichas de informação, assim como as tabelas no primeiro capítulo, estarão acompanhadas de imagens referentes aos respetivos projetos. Algumas destas imagens serão inéditas, tratando-se de fotografias do projeto original, facultadas atenciosamente pelo Núcleo do Arquivo Histórico do Banco de Portugal. As fichas de informação serão alvo de análise da nossa parte, de maneira a estabelecer comparações entre os projetos, observar elementos em comum e perceber algumas opções tomadas pelo arquiteto.

No terceiro e último capítulo, que estará organizado de maneira semelhante ao segundo, iremos abordar a transição dos modelos arquitetónicos do Banco de Portugal para se enquadrarem com os modelos arquitetónicos estabelecidos pelo Estado Novo. Apresentaremos os projetos realizados para o Banco durante esta transição e até serem concluídos todos os edifícios feitos de raiz para agências a nível distrital. Assim como os restantes projetos, estes encontrar-se-ão acompanhados de imagens ilustrativas de modo a facilitar a perceção dos mesmos. Os projetos serão seguidamente analisados de acordo com o mesmo método mencionado anteriormente.

Tendo apresentado todos estes projetos que nos propusemos estudar, assim como as respetivas análises e conclusões sobre os mesmos, iremos finalmente realizar as conclusões finais sobre o trabalho e refletir sobre os casos que fomos abordando. Esta dissertação procurará, deste modo, contribuir para o enriquecimento do material disponível sobre a arquitetura bancária portuguesa, servindo como uma elaborada cronologia comentada, dos projetos de arquitetura realizados para a instituição bancária que ainda hoje é conhecida por Banco de Portugal.

1 _ Do Banco em Lisboa ao Banco em Portugal (1846-1895)

Neste capítulo pretende-se abordar um período de tempo delimitado pela data da fundação do Banco de Portugal (1846), e pela data de fundação da agência de Angra do Heroísmo (1895) - «última» agência a ser fundada antes de criação do primeiro edifício de raiz para o Banco. Existe ainda o caso da agência de Setúbal, fundada 2 de Setembro de 1918, que será abordada neste capítulo, mas que foi igualmente fundada em edifício alternativo. No que diz respeito a este período, o nosso trabalho procurou obter a informação sobre os edifícios que albergaram agências do Banco de Portugal provisoriamente, eventuais obras de adaptação para o regular e eficiente funcionamento dos serviços, a sua localização geográfica e implantação urbana. Esta informação, devido à escassez de documentação e elementos gráficos pode ser, em alguns casos, considerada incompleta.

Apesar do período de tempo proposto para estudo neste capítulo se situar entre 1846 e 1895, seria relevante fazer uma breve contextualização sobre as origens do Banco de Portugal.

O Banco de Portugal resulta da fusão entre o Banco de Lisboa e a Companhia Confiança Nacional. Desde finais do século XVIII, foram apresentados vários projetos para a criação de um Banco, para combater a desvalorização do papel-moeda. Contudo, apenas a 29 de Dezembro de 1821, as Cortes aprovam o decreto que cria o Banco de Lisboa, diploma que foi mandado executar pela Carta de Lei de 31 de Dezembro. Esta medida deveu-se à carga crescente de emissões desreguladas de papel-moeda, que tinham deixado o País numa situação grave a nível económico. A Companhia Confiança Nacional, assim como outras companhias financeiras, foram criadas através do concurso do Banco, entre 1834 e 1844, com o objetivo de fazer empréstimos ao Governo. Já em 1846, para além da crise económica generalizada, a grande instabilidade política e social que se fazia sentir, obrigou o Banco de Lisboa e a Companhia Confiança Nacional

a suspender pagamentos durante um determinado período. Para resolver este problema, foi então decidida a fusão destas duas instituições⁷.

O Banco de Portugal, criado por Decreto de 19 de Novembro, começou a funcionar no dia 2 de Dezembro de 1846. A sua primeira Carta Orgânica foi confirmada a 26 de Dezembro desse ano e a 28 de Janeiro de 1847 foi aprovado o seu primeiro Regulamento Administrativo. Este novo Banco manteve os privilégios e concessões atribuídos ao Banco de Lisboa, inclusive o privilégio de emitir notas. Apesar das vicissitudes com que se deparou no início da sua existência, o Banco de Portugal, enquanto banco comercial mas também emissor, conseguiu impor-se e solidificar-se. Apenas a partir de 10 de Dezembro de 1887 o Banco de Portugal deixou de partilhar o direito de emissão de notas com outras instituições, passando a ter exclusividade nesse tipo de função. No entanto, esse direito exclusivo só se tornou efetivo em 1891, ano em que assinaram um acordo com os outros bancos emissores⁸.

Considerando a evolução e crescimento do Banco, percebe-se que existam edifícios de referência onde este funcionava antes de ser conhecido pelo nome que hoje apresenta. Particularmente em Lisboa, onde se encontra a sua sede, e no Porto, que em 1825 recebeu a filial do «antigo» Banco de Lisboa. Para além destes dois casos, e já após a fundação do Banco de Portugal, a maioria das suas agências iniciaram funções em edifícios que não foram projetados com a função específica de albergar os seus programas, tendo-se optado frequentemente pelos edifícios do Governo Civil dos diversos distritos. Este facto resultou da necessidade do Banco em honrar *“o compromisso de criar filiais e agências em todas as capitais de distrito do Continente e Ilhas, por força do contrato celebrado com o Governo em 10 de Dezembro de 1887”*⁹. Este tipo de estratégia de expansão não foi exclusivo do Banco de Portugal. Aconteceu de um modo geral com diversas instituições bancárias, visto que um edifício construído de raiz para albergar o programa de um Banco, necessitava preencher requisitos simbólicos, sendo a importância desta matéria equivalente ou superior à simples resposta a uma neces-

⁷ Informação disponível nos folhetos oficiais do Banco de Portugal (ver anexo).

⁸ *Idem*.

⁹ *Newsletter* do Núcleo do Arquivo Histórico, Agência do Banco de Portugal em Braga, nº 2, ano 1, Setembro de 2008.

-sidade concreta¹⁰. Para ser feita a transição para uma nova construção, projetada de raiz exclusivamente para um Banco, era necessário adquirir primeiro certa estabilidade, uma vez que o investimento numa nova infraestrutura tinha como objetivo demonstrar sinais da prosperidade do Banco, deixando os possíveis depositantes com a confiança necessária para entregarem os seus bens a este tipo de instituição, em detrimento de outras soluções mais tradicionais e domésticas, por saberem tratar-se de um lugar seguro¹¹.

Apesar de ser interessante perceber que tipos de edifícios foram escolhidos para estas funções provisórias, não será dada ênfase a este tipo de informação. Isto porque seria bastante difícil encontrar desenhos ou fotografias referentes a parte destes edifícios tendo em conta a sua antiguidade ou demolição e, em alguns casos, de não terem sido edifícios de particular destaque arquitetónico. Para além disso, este trabalho pretende focar-se nos projetos que foram realizados para edifícios de raiz com vista a albergar os programas do Banco de Portugal (concretizados ou não). Deste modo, este capítulo funcionará como uma introdução à fase de maior encomenda arquitetónica do Banco, a partir de inícios do século XX.

De seguida apresentamos as tabelas de informação referente aos edifícios onde funcionaram a sede, filial, e agências do Banco de Portugal, desde as suas respetivas fundações até serem transferidas para os novos edifícios.

¹⁰ Booker, John, *Temples of Mammon. The Architecture of Banking*, p. 5, 6, 11, 12; Serrano, Carmen Giménez, "Dinero y Arquitectura. Edificios Bancarios en España", em Carmen Giménez Serrano (comis. cient.), *Arquitectura Bancaria en España*, p. 17; Pinchon, Jean-François, *Les Palais D'Argent. L'Architecture Bancaire en France de 1850 à 1930*, p. 179, 187; Belfoure, Charles, *Monuments to Money. The Architecture of American Banks*, p. 22; Brites, Joana, *O Capital da Arquitectura (1929-1970)*, Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos, p. 40, 41.

¹¹ Belfoure, Charles, *Monuments to Money. The Architecture of American Banks*, de acordo com, Brites, Joana, *O Capital da Arquitectura (1929-1970)*, Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos, p.41.



Fig 1. «Antiga» Câmara Municipal de Lisboa.



Fig 2. Sede do Banco de Portugal no quarteirão de S. Julião, em 1891.



Fig 3. Edifício no qual funcionou a filial do Porto.



Fig 4. Vista aérea do Largo de S. Domingos.



Fig 5. Governo Civil do distrito de Faro.



Fig 6. Vista aérea do Governo Civil do distrito de Faro.



Fig 7. Governo Civil do distrito de Braga.



Fig 8. Vista aérea do Governo Civil do distrito de Braga.

1.1 _ Tabelas de Informação

BANCO DE PORTUGAL/ TIPO DE INFORMAÇÃO	LISBOA (Sede)	PORTO (Filial)	LISBOA (Sede)
DATA DE FUNDAÇÃO	31 de Dezembro de 1821 (ainda como Banco de Lisboa).	1 de Agosto de 1825 (ainda como Banco de Lisboa, em local indefinido).	19 de Novembro de 1863 (Já no quarteirão de S. Julião).
EDIFÍCIO	Edifício original da Câmara Municipal de Lisboa.	Parte do Convento de S. Domingos do Porto (a partir de 1834).	Conjunto de lotes que ocupam a totalidade do quarteirão de S. Julião.
DATA DO EDIFÍCIO	Construído entre 1770 e 1774.	Sofreu diversas alterações ao longo dos anos, tendo a infraestrutura atual sido realizada após o incêndio de 1832, que apenas poupou a fachada norte.	Os diversos lotes foram sofrendo diversas obras de adaptação ao longo dos anos.
MORADA DO EDIFÍCIO	Largo do Pelourinho (Praça do Município desde 1886).	Largo de S. Domingos, Porto.	Quarteirão de S. Julião, Lisboa
ARQ. DO EDIFÍCIO	N. D.	N. D.	N. D.
DATA DE MUDANÇA	19 de Novembro de 1863 (Para lotes adquiridos no quarteirão de S. Julião).	23 de Abril de 1934 (Para o imóvel feito de raiz na Praça da Liberdade).	O Banco de Portugal continua sediado neste quarteirão.
RAZÃO DA MUDANÇA	Incêndio e consequente destruição do edifício onde se encontrava instalada.	Deslocação da centralidade económica para outra zona, resultante da abertura da Av. Dos Aliados.	N. D.

BANCO DE PORTUGAL/ TIPO DE INFORMAÇÃO	FARO (Agência)	BRAGA (Agência)	AVEIRO (Agência)
DATA DE FUNDAÇÃO	1 de Setembro de 1889 (correspondência privativa desde 10/07/1875)	1 de Março de 1890.	1 de Outubro de 1890.
EDIFÍCIO	Governo Civil do distrito de Faro.	Governo Civil do distrito de Braga (antigo Palácio da família dos Falcões Cotta).	Parte de edifício arrendado à caixa económica de Aveiro.
DATA DO EDIFÍCIO	Finais do século XIX.	Século XVIII.	N. D.
MORADA DO EDIFÍCIO	Praça D. Francisco Gomes, Faro.	Largo de Santiago, 6, Braga.	N. D.
ARQ. DO EDIFÍCIO	N. D.	N. D.	N. D.
DATA DE MUDANÇA	Finais de 1927.	1904 (para uma casa no Largo de S. João); Abril de 1928 (para o imóvel feito de raiz).	1953 (para o imóvel construído de raiz).
RAZÃO DA MUDANÇA	Necessidade de autonomia e evolução dos serviços.	Necessidade por parte do Governo Civil, do espaço onde se encontrava o Banco, para a instalação dos serviços de polícia; Evolução e crescimento dos serviços.	Construção do novo edifício da agência.



Fig 9. Governo Civil do distrito de Santarém.



Fig 10. Vista aérea do edifício do Governo Civil do distrito de Santarém.



Fig 11. Edifício onde funcionou a agência do Funchal.



Fig 12. Vista aérea do edifício na rua João Gago, Funchal.



Fig 13. Governo Civil do distrito de Portalegre.



Fig 14. Vista aérea do Governo Civil do distrito de Portalegre.



Fig 15. Edifício onde funcionou a agência de Beja.



Fig 16. Vista aérea do edifício no largo 9 de Julho.



Fig 17. Edifícios demolidos para a construção da agência de Évora.



Fig 18. «Antigo» Governo Civil do distrito de Coimbra.

BANCO DE PORTUGAL/ TIPO DE INFORMAÇÃO	SANTARÉM (Agência)	FUNCHAL (Agência)	COIMBRA (Agência)
DATA DE FUNDAÇÃO	1 de Outubro de 1890.	31 de Outubro de 1890 (correspondência privativa desde 10/03/1875).	3 de Fevereiro de 1891.
EDIFÍCIO	Governo Civil do distrito de Santarém.	Rés-do-chão arrendado.	Antigo Governo Civil do distrito de Coimbra (antigo Colégio de S. João Evangelista – Colégio dos Lóios).
DATA DO EDIFÍCIO	Segunda metade do século XIX.	N. D.	Século XVI.
MORADA DO EDIFÍCIO	Rua Passos Manuel, Edifício do Governo Civil, Santarém.	Nº9 da Rua João Gago, Freguesia da Sé, Funchal.	Rua Infante D. Augusto.
ARQ. DO EDIFÍCIO	N. D.	N. D.	N. D.
DATA DE MUDANÇA	1900 (para imóvel adaptado aos programas do Banco).	1940 (para o imóvel construído de raiz).	Novembro de 1912.
RAZÃO DA MUDANÇA	Necessidade de autonomia e evolução dos serviços.	Falta de condições para o regular funcionamento dos serviços.	Necessidade de autonomia e evolução dos serviços.

BANCO DE PORTUGAL/ TIPO DE INFORMAÇÃO	PORTALEGRE (Agência)	BEJA (Agência)	ÉVORA (Agência)
DATA DE FUNDAÇÃO	31 de Março de 1891.	1 de Abril de 1891.	24 de Setembro de 1892.
EDIFÍCIO	Governo Civil do distrito de Portalegre (Antigo Palácio Avilez).	Edifício arrendado.	Casa do Celeiro da Câmara Municipal de Évora.
DATA DO EDIFÍCIO	Século XVIII.	N. D.	N. D.
MORADA DO EDIFÍCIO	Praça da República, Portalegre.	Largo 9 de Julho, Beja.	Praça do Giraldo.
ARQ. DO EDIFÍCIO	N. D.	N. D.	N. D.
DATA DE MUDANÇA	1898 (para edifício adaptado de modo a receber os programas do Banco).	1948 (para o imóvel construído de raiz).	Novembro de 1909 (para o imóvel construído de raiz).
RAZÃO DA MUDANÇA	Necessidade de autonomia e evolução dos serviços.	Falta de condições para o regular funcionamento dos serviços.	Falta de condições para o regular funcionamento dos serviços.



Fig 19. Governo Civil do distrito de Castelo Branco.



Fig 20. Vista aérea do Governo Civil de Castelo Branco.



Fig 21. Governo Civil do distrito de Leiria.



Fig 22. Vista aérea do Governo Civil do distrito de Leiria.



Fig 23. Governo Civil do distrito de Vila Real.



Fig 24. Vista aérea do Governo Civil do distrito de Vila Real.

BANCO DE PORTUGAL/ TIPO DE INFORMAÇÃO	VIANA DO CASTELO (Agência)	GUARDA (Agência)	CASTELO BRANCO (Agência)
DATA DE FUNDAÇÃO	1 de Outubro de 1892.	2 de Novembro de 1892.	1 de Dezembro de 1892.
EDIFÍCIO	Edifício adquirido pelo Banco.	Edifício de Repartição Distrital das Finanças.	Governo Civil do distrito de Castelo Branco (antigo Solar dos Viscondes de Portalegre – propriedade da família Coutinho Refoios).
DATA DO EDIFÍCIO	N. D.	N. D.	1743.
MORADA DO EDIFÍCIO	Rua S. Sebastião, Viana do Castelo.	N. D.	Praça do Município, Castelo Branco.
ARQ. DO EDIFÍCIO	N. D.	N. D.	N. D.
DATA DE MUDANÇA	1958 (para o imóvel construído de raiz).	1901 (para edifício adaptado de modo a receber os programas do Banco).	1930 (para o imóvel construído de raiz para a agência).
RAZÃO DA MUDANÇA	Melhoramento das condições e evolução dos serviços.	Necessidade de autonomia e evolução dos serviços.	Necessidade de autonomia e evolução dos serviços.

BANCO DE PORTUGAL/ TIPO DE INFORMAÇÃO	UISEU (Agência)	LEIRIA (Agência)	VILA REAL (Agência)
DATA DE FUNDAÇÃO	1 de Agosto de 1893.	1 de Agosto de 1893.	2 de Novembro de 1893.
EDIFÍCIO	Antigo Governo Civil do distrito de Viseu (o Governo Civil passou mais tarde para o primeiro edifício do BP em Viseu).	Governo Civil do distrito de Leiria.	Governo Civil do distrito de Vila Real (antigo Palácio do Sabugueiro).
DATA DO EDIFÍCIO	N. D.	N. D.	1816.
MORADA DO EDIFÍCIO	N. D.	Largo Dr. Manuel Arriaga, Leiria.	Largo Conde de Amarante, Vila Real.
ARQ. DO EDIFÍCIO	N. D.	N. D.	N. D.
DATA DE MUDANÇA	1907 (para o primeiro imóvel construído de raiz para a agência em Viseu).	1929 (para o imóvel construído de raiz para a agência).	Setembro de 1923 (para o imóvel construído de raiz para a agência).
RAZÃO DA MUDANÇA	Necessidade de autonomia e evolução dos serviços.	Melhor acessibilidade, necessidade de autonomia e evolução dos serviços.	Necessidade de autonomia e evolução dos serviços.



Fig 25. Edifício do Governo Civil do distrito de Bragança.

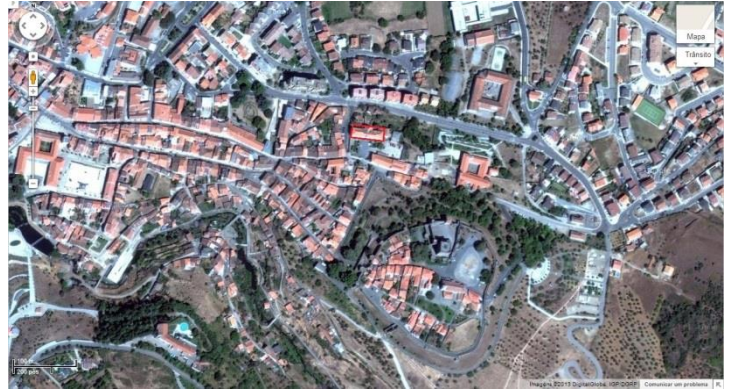


Fig 26. Vista aérea do edifício do Governo Civil do distrito de Bragança.



Fig 27. Edifício da Câmara Municipal de Setúbal.



Fig 28. Vista aérea do edifício da Câmara Municipal de Setúbal.

BANCO DE PORTUGAL/ TIPO DE INFORMAÇÃO	BRAGANÇA (Agência)	HORTA (Agência)	PONTA DELGADA (Agência)
DATA DE FUNDAÇÃO	2 de Novembro de 1893.	2 de Julho de 1894.	1 de Agosto de 1895 (correspondência privativa desde 14/08/1876).
EDIFÍCIO	Governo Civil do distrito de Bragança (adaptação de parte do complexo do antigo convento de S. Bento).	Governo Civil do distrito da Horta.	Edifício da Repartição de Fazenda (demolido nos anos 70 do século XX).
DATA DO EDIFÍCIO	Concluídas as obras em 1884.	N. D.	N. D.
MORADA DO EDIFÍCIO	Largo de S. João, Bragança.	Largo Marquês de Ávila, Horta.	N. D.
ARQ. DO EDIFÍCIO	N. D.	N. D.	N. D.
DATA DE MUDANÇA	1907 (para o imóvel construído de raiz para a agência).	1935 (para o imóvel construído de raiz para a agência).	1898 (para edifício adaptado de modo a receber os programas do Banco).
RAZÃO DA MUDANÇA	Necessidade de autonomia e evolução dos serviços.	Necessidade de autonomia e evolução dos serviços.	Melhores condições e necessidade de expansão dos serviços.

BANCO DE PORTUGAL/ TIPO DE INFORMAÇÃO	ANGRA DO HEROÍSMO (Agência)	SETÚBAL (Agência)	
DATA DE FUNDAÇÃO	2 de Setembro de 1895.	2 de Setembro de 1918 (correspondência privativa desde 02/01/1917).	
EDIFÍCIO	Governo Civil do distrito de Angra do Heroísmo.	Funcionou na Praça de Bocage (possivelmente no atual edifício da Câmara Municipal).	
DATA DO EDIFÍCIO	N. D.	Reconstruído após o incêndio de 1910.	
MORADA DO EDIFÍCIO	N. D.	Praça de Bocage, Setúbal.	
ARQ. DO EDIFÍCIO	N. D.	N. D.	
DATA DE MUDANÇA	1933 (para o imóvel construído de raiz para a agência).	1928 (para o imóvel construído de raiz para a agência).	
RAZÃO DA MUDANÇA	Necessidade de autonomia e evolução dos serviços.	Necessidade de autonomia e evolução dos serviços.	

1.2 _ Análise das Tabelas de Informação

No que diz respeito aos elementos apresentados nas tabelas, sobre a sede, a filial, e as agências distritais do Banco de Portugal previamente apresentados, podemos observar um conteúdo de informação relativamente ao período de estabelecimento do Banco a nível distrital.

De seguida iremos proceder a uma análise dos vários campos apresentados nas fichas, com o objetivo de clarificar os dados recolhidos e oferecer possíveis explicações sobre a sua pertinência.

No primeiro campo das fichas podemos encontrar informação referente à data de fundação de cada uma das agências, ou seja, a altura em que iniciaram os seus serviços, ainda que não possuíssem autonomia no que diz respeito a infraestruturas. Como já foi mencionado neste trabalho, a Sede, em Lisboa, funcionava como Banco de Lisboa desde 31 de Dezembro de 1821, ainda antes da criação do Banco de Portugal (no edifício da antiga Câmara Municipal de Lisboa), assim como a filial, no Porto, desde 1 de Agosto de 1825. No que diz respeito às agências, podemos observar que apesar da primeira a ser fundada ter sido a agência de Faro, a 1 de Setembro de 1889, já funcionavam através de correspondência privativa: a agência do Funchal, desde 10 de Março de 1875; a agência de Faro, desde 10 de Julho de 1875; e a agência de Ponta Delgada, desde 14 de Agosto de 1876. Esta informação demonstra em parte, a estratégia de expansão dos recursos do Banco de Portugal, assegurando, deste modo, a presença no norte, centro, e sul do País, assim como nas Ilhas.

O processo da criação de agências nas capitais de distrito apenas termina a 2 de Setembro de 1918, com a fundação da agência de Setúbal, que já funcionava através de correspondência privativa desde 2 de Janeiro de 1917. Tendo em conta estas datas, podemos concluir que a expansão a nível distrital, começando em Faro e terminando em Setúbal, se estendeu por cerca de 29 anos. Nos próximos quatro campos apresentados nas fichas, encontramos informação relativa ao edifício que foi escolhido para albergar o programa do Banco de Portugal, para cada agência distrital, filial, e sede.

Esta informação passa pela escolha da tipologia do edifício, a data de construção do mesmo, o local onde se encontra/encontrava, e o arquiteto responsável pela obra. Devido à antiguidade de grande parte destes edifícios, ou da sua demolição em alguns casos, assim como a escassez de documentação específica relativa a estes edifícios, vários dos campos ficaram por preencher.

No que concerne a tipologia escolhida, podemos observar que pouco mais de metade das agências (12), ficaram inicialmente instaladas nos edifícios do Governo Civil dos respetivos distritos. A escolha desta entidade, cujos edifícios foram também adaptados para receber as agências, tratando-se originalmente de antigos palácios ou conventos, de certa imponência arquitetónica, deve-se a uma estratégia com vista a assegurar o estatuto do Banco como instituição de prestígio. Associa-se a uma entidade governamental que remete para os valores de respeitabilidade e segurança. Esta estratégia assemelha-se à que foi utilizada em França, onde era comum as instituições bancárias estabelecerem-se inicialmente em bairros caracterizados pela existência de grandes hotéis, teatros, ou até mesmo cervejarias, associando-se ao comércio de luxo e da novidade, para além das fáceis acessibilidades.¹²

De volta ao panorama nacional e agora aos casos de exceção, podemos referir o caso de Lisboa, que iniciou funções no edifício original da Câmara Municipal de Lisboa, construído entre 1770 e 1774 de acordo com a reforma «pombalina», passando mais tarde para lotes adquiridos no quarteirão de S. Julião, e no caso do Porto, a filial foi estabelecida primeiramente numa zona do antigo convento de S. Domingos no Porto, que foi sofrendo várias alterações ao longo dos anos devido aos incêndios dos quais foi vítima, tendo o incêndio de 1832 deixado apenas a fachada Norte que serviu depois para dar resultado à construção que hoje lá se encontra¹³. A escolha destes edifícios pode ter sido tomada em alternativa aos edifícios do Governo Civil, uma vez que a criação deste ainda não tinha sido instituída (decreto de 25 de Junho de 1835). Nos restantes casos, referentes às agências que ficaram instaladas em edifícios arrendados a diferentes entidades, ou em edifícios da posse do Banco, não foi obtida informação sobre esta decisão. Contudo, especula-se que poderá ter-se optado por essa decisão

¹² Pinchon, Jean-François, *Les Palais d'Argent. L'Architecture Bancaire en France*, p.44,45.

¹³ Ferreira, Pedro Augusto, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 7º.

devido à falta de disponibilidade ou espaço, nos edifícios do Governo Civil dos distritos destas exceções. Relativamente à localização destes edifícios, tanto os do Governo Civil como os arrendados ou comprados, pode-se observar, sobretudo nos casos dos edifícios do Governo Civil, que se situam em zonas de centralidade económica e social bem demarcada, o que é comprovado pela antiguidade e imponência destes edifícios adaptados, cujas datas de construção recuam em grande parte dos casos ao século XVIII e primeira metade do século XIX. O que também se pode observar nas imagens das malhas urbanas em que se inserem.

Os últimos dois campos de informação das fichas remetem para o momento de transição dos serviços das várias agências para a sua nova infraestrutura, criada de raiz para albergar os seus programas, assim como as razões dessa transição, que possam ter eventualmente existido, apesar da principal razão ter sido maioritariamente pela possibilidade de autonomizar os serviços prestados assim como a demonstração de prosperidade através de uma nova construção de relevo arquitetónico. No que diz respeito ao tempo que demorou cada agência a construir uma nova infraestrutura, não existe uma estratégia ou fator comum entre os diversos casos. Tratou-se, principalmente da existência, ou não, de oportunidades e se estas foram aproveitadas por parte do Banco. Podemos referir, a título de curiosidade, como se pode observar nas fichas, que o tempo entre a fundação de uma agência e a sua passagem para uma nova infraestrutura, variou desde, aproximadamente 3 anos, no caso de Ponta Delgada, até aproximadamente 109 anos, no caso do Porto.

Concluimos, assim, a análise das fichas de informação referentes aos edifícios que albergaram as agências, filial, e sede do Banco de Portugal, desde as suas respetivas fundações, até serem concretizadas as suas novas infraestruturas.

2 _ Um Banco de Raiz (1902-1927)

Como já tinha sido apontado previamente nesta dissertação, iremos agora abordar um dos períodos mais importantes na história do Banco de Portugal. Este período encontra-se entre 1902 - ano em que é realizado o primeiro projeto do arquiteto Adães Bermudes para um edifício de raiz do Banco de Portugal (para a agência de Bragança) - e 1927 - ano em que são realizadas as obras de alteração ao edifício da agência de Angra do Heroísmo, da autoria do engenheiro José Abecassis. É importante referir que apesar de ter sido escolhido o projeto de Adães Bermudes para a agência de Bragança como o marco de transição de época de estudo, foram realizados outros projetos anteriormente para agências do Banco de Portugal. Como é o caso da agência de Ponta Delgada, em 1896, por parte do condutor de Obras Públicas Inácio Soares M. Carvalho; da agência de Portalegre, em 1897, por parte do engenheiro Canavarro; da agência da Guarda, em 1899, por parte do diretor de Obras Públicas Xavier da Cunha; e da Agência de Santarém, em 1899, a cargo do arquiteto Júlio Francisco José de Sousa. Contudo, tratou-se de obras de adaptação de edifícios pré-existentes, e interessa-nos, particularmente, os edifícios que foram construídos de raiz.

Ao longo destes 26 anos, foram realizados 17 projetos de arquitetura para edifícios de raiz de agências do Banco de Portugal, dos quais 13 tiveram seguimento e resultaram em novas construções. Contudo, iremos analisar todo o material disponível sobre estes projetos, faltando material gráfico de apenas um – projeto sem seguimento de Adães Bermudes para a agência do Funchal, em 1911. Estes projetos, através da sua linguagem arquitetónica, refletem a escolha da imagem que o Banco pretendia passar enquanto instituição, durante esta primeira fase de criação de edifícios de raiz.

Serão brevemente mencionados certos paralelismos com outras instituições bancárias a nível internacional, relativamente ao mesmo período, sobretudo dos casos franceses, no que diz respeito à linguagem arquitetónica utilizada, e à escolha da sua implantação urbana.

Salienta-se o contributo de Adães Bermudes (1863-1947), enquanto arquiteto de seleção do Banco ao longo de cerca de 20 anos, que traçou 10 destes 17 projetos durante esta fase de definição de uma imagem do Banco. Por esta razão, achámos necessário mencionar brevemente o percurso deste arquiteto, desde a sua formação, até ao reconhecimento como arquiteto de 1ª classe. Iremos identificar as influências que o levaram a definir a linguagem arquitetónica que podemos encontrar em vários destes edifícios de agências do Banco de Portugal.

2.1 _ O Arquiteto Adães Bermudes

Arnaldo Redondo Adães Bermudes nasceu a 29 de Setembro de 1863, na freguesia de Santo Ildefonso no Porto. Formou-se em arquitetura pela Academia de Belas Artes do Porto, mas continuou o seu desenvolvimento académico em Paris, onde frequentou diversas escolas e *ateliers*, sendo importante destacar a Escola de Belas Artes de Paris, a Escola de Artes e Decoração, a Escola Central de Artes e Ofícios, o atelier do professor-arquiteto Paul Blondel, e as aulas dos professores Taine e Maspero. Ainda antes de regressar a Portugal, visitou museus, monumentos e escolas de arte pela Europa, com o objetivo de poder observar as mais recentes propostas arquitetónicas de vários países. Regressou a Portugal em 1894 e instalou-se em Lisboa. Nos próximos anos viria a receber diversos prémios e distinções, assim como cargos de importância. Adães Bermudes desenvolveu atividade privada, projetando sobretudo edifícios de habitação. Contudo, foi o seu trabalho nos organismos públicos que lhe marcaram a carreira, e que lhe permitiram participar em eventos internacionais ligados à arquitetura, que lhe garantiram a oportunidade para ir conhecendo as inovações no que diz respeito à cultura técnica e artística, atualizando assim a informação necessária para a prática da sua atividade.¹⁴

À semelhança de outros arquitetos seus contemporâneos, Adães Bermudes obteve uma visão internacional através das suas viagens e participação em eventos internacionais, para além da já referida formação que recebeu em Paris, que complementou a

¹⁴ Gomes, Maria Marques Calado de Albuquerque, A cultura arquitectónica em Portugal 1880-1920. Tradição e inovação, Vol. II, Percurso e obra dos principais intervenientes, p. 54-61; Figueiredo, Rute, Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918), p. 39,40.

influência da obra e pedagogia do mestre arquiteto António Geraldês da Silva Sardinha. Devido à extensão dos conhecimentos que foi adquirindo, Adães Bermudes não empregava um só estilo, e tinha a destreza e a habilidade para utilizar diversas soluções, tendo em conta o contexto que achava ser apropriado. Como exemplos disto podemos referir: o papel importante que desempenhou na aplicação e divulgação dos modelos da arquitetura francesa; os recursos do ecletismo para os projetos da habitação e para os edifícios bancários; sínteses de carácter racionalista e funcional para as construções utilitárias; o uso do neorromânico para a arquitetura religiosa; a utilização de programas revivalistas formulados por si mesmo, sobretudo, na arquitetura religiosa; os revivalismos Gótico e Manuelino para a arquitetura funerária e para alguns edifícios públicos. Apesar deste leque de soluções que dispunha, existiam novidades que não estava disposto a aceitar, como podemos revelar pela postura reativa relativamente aos princípios estéticos e à postura vanguardista do modernismo Arte Nova.¹⁵

O percurso do arquiteto Adães Bermudes foi bastante longo, e a sua carreira pode ser, no mínimo, considerada de prestígio, tendo terminado, em 1930, após ter ocupado o cargo de Diretor dos Edifícios e Monumentos Nacionais, durante cerca de um ano. Para além deste posto, Adães Bermudes foi também membro da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses (RAACAP), sócio e dirigente da Sociedade de Arquitetos Portugueses (SAP), sócio agregado da Associação dos Engenheiros Cívicos (AEC), sócio honorário da Sociedade de Belas Artes, membro correspondente do Real Instituto dos Arquitetos Britânicos, membro da Comissão Permanente dos Congressos Internacionais de Arquitetura de Paris, membro da Associação dos Cultores de Arte de Roma e de outras associações nacionais e estrangeiras.¹⁶

Existiram também outros arquitetos cujo contributo para esta imagem do Banco foi de semelhante importância, que se destacaram também individualmente, e que serão também mencionados mais à frente neste trabalho. Ainda antes de apresentarmos as fichas de informação dos vários projetos, achámos importante tecer algumas considerações sobre como foi decidido o local onde seriam implantados os edifícios, assim

¹⁵ Gomes, Maria Marques Calado de Albuquerque, *A cultura arquitectónica em Portugal 1880-1920. Tradição e inovação*, Vol. II, *Percurso e obra dos principais intervenientes*, p. 54-61; Figueiredo, Rute, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*, p. 77,97-107, 298-318.

¹⁶ *Ibidem*.

como o estudo da aplicação da linguagem arquitetónica pretendida para os edifícios do Banco de Portugal e a sua evolução.

2.2 _ A Escolha do Local

Uma das decisões mais importantes a tomar quando se procura estabelecer uma infraestrutura para uma instituição bancária, no contexto da época de estudo, recai sobre onde será localizada a sua implantação. Este facto está diretamente ligado à preocupação do Banco em situar-se num local de elevada atividade económica e social, que lhe permita um certo grau de influência sobre o comércio local. Outro fator que requer preocupação por parte do Banco, já dentro da chamada centralidade económica, trata-se da aquisição de terrenos ou imóveis situados estrategicamente. Com preferência para interseções de ruas de elevado cariz comercial, o que lhe permite ter uma maior visibilidade, assim como avenidas ou praças importantes e com grande movimento.¹⁷ A compra destes terrenos e imóveis pode por vezes ser facilitada, visto que os proprietários reconhecem a importância destes programas e as oportunidades que podem surgir da construção de um Banco. Contudo, nem sempre é fácil, e muitas vezes estes processos de aquisição demoram vários anos a ser concluídos, ou têm de ser cancelados e serem procuradas outras opções.

No caso do Banco de Portugal, foram tomadas diversas opções no que diz respeito à implantação dos seus programas, variando entre os diferentes distritos. Não iremos referir, neste momento, os problemas ou eventuais facilidades que cada agência encontrou na altura da aquisição do espaço para a sua implantação.

Pelo que iremos poder comprovar através das imagens das implantações das diversas agências, a maioria dos casos procurou um posicionamento de topo de quarteirão (abrangendo uma frente integral de um quarteirão), como acontece no segundo edifício da agência de Viseu, situado no topo do quarteirão voltado para a Praça da República, ou simplesmente em esquina de quarteirão (junto à interseção de duas ruas), como por exemplo: a agência de Beja, situada na interseção da Rua Jacinto Freire de

¹⁷ Pinchon, Jean-François, *Les Palais d'Argent. L'Architecture bancaire en France de 1850 à 1930*, p. 44,45.

Andrade com a Rua de St^o. André; a agência de Braga, situada na Praça da República (interseção da Avenida da Liberdade com a Rua dos Chãos); a agência de Castelo Branco, situada numa esquina virada para a Praça Rei D. José; a agência de Coimbra, situada em um dos extremos do Largo da Portagem; a agência de Évora, situada de frente para a Praça do Giraldo; a agência de Faro, situada de frente para a Praça D. Francisco Gomes; a agência do Funchal, situada numa das interseções da Avenida Arriaga; a Agência da Guarda, situada numa das interseções da Avenida S. Miguel; a agência de Portalegre, situada no Largo Serpa Pinto; a filial do Porto, situada na Praça da Liberdade (Avenida dos Aliados); a agência de Viana do Castelo, situada na Praça da República; a agência de Vila Real, situada no Largo Almeida Garrett; e a agência de Setúbal, voltada para a Avenida Luísa Todí (permite a circulação pedonal em torno da totalidade do edifício). Os restantes casos, à exceção da sede em Lisboa, que ocupa a totalidade do quarteirão de S. Julião (delimitado pelas ruas do Comércio, Áurea, S. Julião, e Largo de S. Julião), próximo à Praça do Município, estão integrados em conjuntos de edifícios que os ladeiam, de maneira que apenas são servidos por uma frente de rua, correspondente à sua fachada principal, condicionando assim a sua visibilidade. Como são exemplos: a agência de Angra do Heroísmo, voltada para a Rua da Sé; a agência de Aveiro, integrada num conjunto com duas frentes (sendo a sua parte frontal voltada para a Avenida Dr. Lourenço Peixinho), que apesar de possuir acesso pedonal à sua fachada posterior, não está diretamente associada a uma leitura global do edifício; a agência de Bragança, voltada para o Largo do Governo Civil; a agência de Leiria, voltada para o Largo 5 de Outubro; a agência de Ponta Delgada, voltada para a Praça do Município; e o primeiro edifício da agência de Viseu, voltado para a Avenida Alberto Sampaio.

O que podemos também comparar relativamente à implantação das infraestruturas do Banco de Portugal trata-se da distância e contexto urbano a que os edifícios feitos de raiz para as agências do Banco ficaram do local onde foram fundadas e primeiramente instaladas. Excluindo os casos das agências de Angra do Heroísmo; Aveiro; Guarda; Coimbra; Horta; Ponta Delgada; Santarém; e Viana do Castelo, sobre os quais não possuímos a informação gráfica necessária para demonstrar uma comparação. Podemos concluir que na maioria das situações, os «novos» edifícios das agências ficaram im-

-plantados relativamente perto da localização em que foram inicialmente fundadas, considerando a proximidade como: na mesma praça; na mesma rua; ou em um quarteirão próximo. Fazendo assim parte da mesma vivência urbana. Contudo, temos como exceção a filial do Porto, a agência de Vila Real, e a agência de Braga, cujos edifícios ficaram implantados a uma distância considerável do local da sua fundação, e por conseguinte tratando-se já de realidades urbanas diferentes no que se pode considerar da dinâmica da cidade. Isto deve-se, sobretudo, à mudança da centralidade económico-social das respetivas cidades, que se tratava de um fator de elevada importância na decisão de implantação de um edifício do Banco de Portugal.

2.3 _ A Escolha do Estilo

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, os arquitetos são confrontados com a escolha de um estilo arquitetónico que correspondesse às necessidades complexas dos estabelecimentos bancários. Estas necessidades passavam sobretudo pela criação de uma imagem de marca distintiva que valorizasse o Banco. Um estilo arquitetónico e de ornamentação que se adequasse tanto às fachadas como aos espaços públicos interiores. Que agradasse às grandes entidades comerciais, assim como à comum multidão de depositantes. E tendo em conta que uma arquitetura especificamente bancária devia inspirar confiança e marcar, ao nível da rua, a notoriedade da instituição que abriga, assim como o seu carácter de confidencialidade, estabilidade e prosperidade.¹⁸

É neste contexto que surge a escolha da prática do ecletismo, que busca os modelos antigos e adapta-os ao contexto do século XIX, com o objetivo de conjugar, numa mesma composição, elementos emprestados de diversos estilos, criando assim uma obra imaginativa, livre e original.¹⁹ Visto tratar-se de uma estética já aprovada, reconhecida e confiável, é natural que os arquitetos e instituições bancárias, sobretudo em França e Portugal, tenham sido tentados à sua utilização como roupagem da arquitetura dos seus Bancos neste período. Por outro lado, no caso da banca de Inglaterra, o

¹⁸ Pinchon, Jean-François, *Les Palais d'Argent. L'Architecture bancaire en France de 1850 à 1930*, p. 65, 66.

¹⁹ *Ibidem*.

estilo de eleição está associado ao neoclassicismo – a linguagem do imutável, do eterno, da segurança, da respeitabilidade – que se considera um estilo de arquitetura «credível», e por conseguinte, apropriado à tipologia bancária. “O convencional é apreciado acriticamente e o que é verdadeiramente novo é criticado com aversão”.²⁰

Para se perceber a razão da escolha da utilização do ecletismo no que diz respeito à tipologia bancária portuguesa, especificamente no caso do Banco de Portugal, na transição do século XIX para o século XX, é necessário falar primeiro de como surgiu esta corrente artística em Portugal e a maneira como se tornou relevante a ponto de garantir a aposta de uma instituição desta índole na sua aplicação.

No que diz respeito ao ecletismo em Portugal, surge como figura incontornável, o arquiteto Possidónio da Silva (1806-1896), que obteve formação na *École des Beaux-Arts* em Paris, onde trabalhou com os arquitetos *Charles Percier* (1764-1838) e *Pierre Fontaine* (1762-1853), e que se tornou fundamental na divulgação e abertura aos modelos praticados na Europa.²¹ Como foi anteriormente referido, o ecletismo emprega os modelos do passado, adaptando-os. Referindo-se a esta recorrente reutilização de estilos antigos, Possidónio da Silva enuncia: “*nada é mais notável que a impossibilidade que encontram os architectos para crear typos novos. Será porque a humanidade tenha esgotado todas as condições da matéria? Ou mais depressa será, porque nós estamos algemados no círculo fatal da experiência da vida?*”.²² No entanto, as reflexões propostas por Possidónio da Silva, diretamente associadas ao impacto das ciências ligadas aos estudos da arqueologia, mostravam o seu entendimento dos valores da arquitetura do passado, que se tornavam a base a partir da qual calculava as possibilidades da sua atualidade. Isto repercutiu-se na orientação disciplinar da RAACAP, por si fundada, e também na própria prefiguração da profissão de arquiteto em Portugal.²³ Através da quantidade de informação, a nível internacional, a que tinha acesso, tratavam-se de publicações de diversos periódicos, boletins de outras associações de arqui-

²⁰ Benjamin, Walter, *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, p. 101, de acordo com, Brites, Joana, *Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: Modelos e Programas Arquitectónicos na Construção do Estado Novo (1929-1970)*.

²¹ Figueiredo, Rute, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*, p. 78.

²² *Idem*; Silva, J. Possidónio da, “*Analyse sobre a composição da ordem jonyca*”, in *Boletim da RAACAP*, 2ª série, Tomo VI, nº 9, 1890, p. 132;

²³ Figueiredo, Rute, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*, p. 79.

-tetos e arqueólogos, coleções de levantamentos realizados no domínio patrimonial, e obras dos principais intervenientes a nível internacional, foi-lhe possível manter-se na vanguarda das discussões e debates abertos internacionalmente, promovendo assim a fixação de normas e modelos a nível nacional e o conseqüente desenvolvimento do gosto eclético.²⁴

Durante a evolução do ecletismo em Portugal, este foi sendo associado ao individualismo, uma vez que era estabelecido através das escolhas individuais do arquiteto, não permitindo assim a consolidação de um só estilo comum. Introduzindo, nesta altura, a contribuição de Adães Bermudes que regressara de Paris em 1895, no que diz respeito ao estilo ele mencionava: “(...) *que se outras nações, situadas já no «novo período evolutivo», não encontravam nem unidade ao nível das ideias, nem uma correspondente formalização estilística desde o renascimento, em Portugal não valeria sequer a pena tocar no assunto.*”²⁵

Outra questão importante de referir e que leva a uma abordagem diferente do ecletismo, trata-se da introdução de «novos» materiais na construção (o caso do ferro, vidro, e betão armado). Apesar de a princípio estas novas introduções terem causado incómodo a grande parte dos arquitetos – uma vez que implicava o abandono dos modelos e fórmulas que utilizavam constantemente – as vantagens a nível de resistência, durabilidade e facilidade de aplicação, assim como a sua economia, depressa ultrapassaram estes preconceitos.²⁶ Mais tarde, a aliança do ecletismo ao rigor e precisão das novas tecnologias, é referida como a única saída legítima para a renovação da arquitetura contemporânea.²⁷ É no seguimento deste contexto que surge a base teórica que corrobora as escolhas realizadas pelo arquiteto Adães Bermudes para vários dos projetos que traçou para edifícios de agências e até da Sede do Banco de Portugal. Apesar da sua utilização recorrente do ecletismo para o desenho da imagem do Banco, os edifícios que foram criados por ele para esse fim, eram considerados de obras de arquitetura moderna. Esta classificação do seu trabalho advém, não da utilização do ecletismo enquanto estilo, mas de todo o enquadramento e postura relativamente ao projeto de

²⁴ Figueiredo, Rute, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*, p. 80.

²⁵ *Idem*, p. 100.

²⁶ *Idem*, p. 104.

²⁷ *Idem*, p. 107.

arquitetura no seu contexto. Este projeto era caracterizado pelo emprego lógico dos materiais enquanto princípio de racionalidade, pela perfeita adaptação do edifício às condições do local, assim como para a sua funcionalidade.²⁸

Após esta contextualização sobre algumas das possíveis escolhas e a sua pertinência, que possam ter sido tomadas relativamente aos projetos para edifícios do Banco de Portugal, neste período de tempo, apresentamos de seguida as suas fichas de informação.

²⁸ Figueiredo, Rute, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*, p. 299.



Fig 29. Fotografia «antiga» do edifício da agência de Bragança.



Fig 30. Desenho do alçado principal do edifício da agência de Bragança.

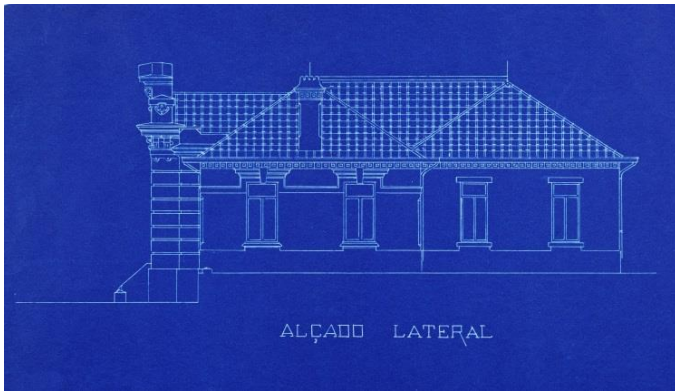


Fig 31. Desenho do alçado lateral do edifício da agência de Bragança.

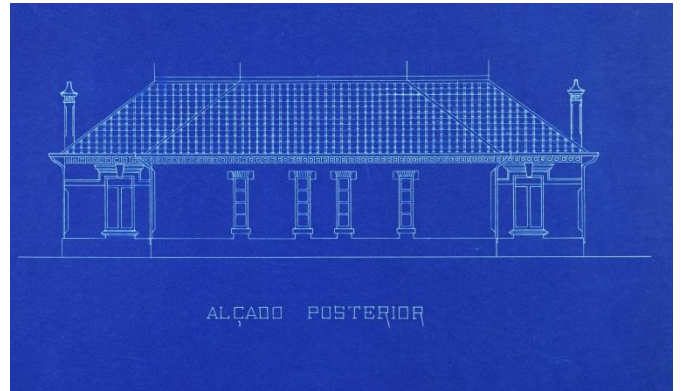


Fig 32. Desenho do alçado posterior do edifício da agência de Bragança.

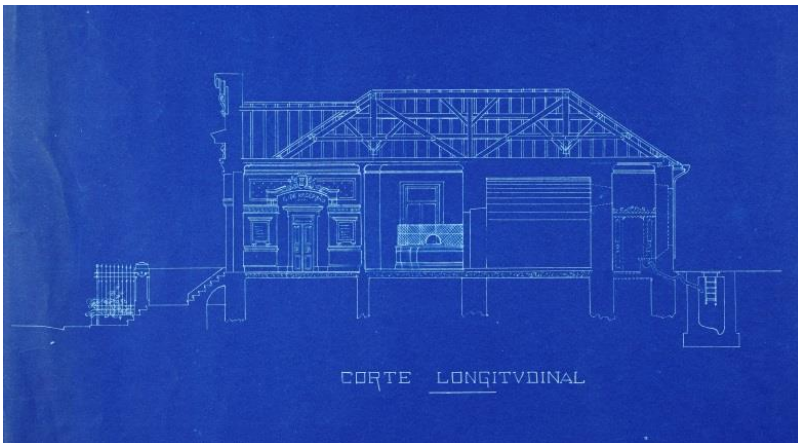


Fig 33. Desenho de um corte longitudinal do edifício da agência de Bragança.

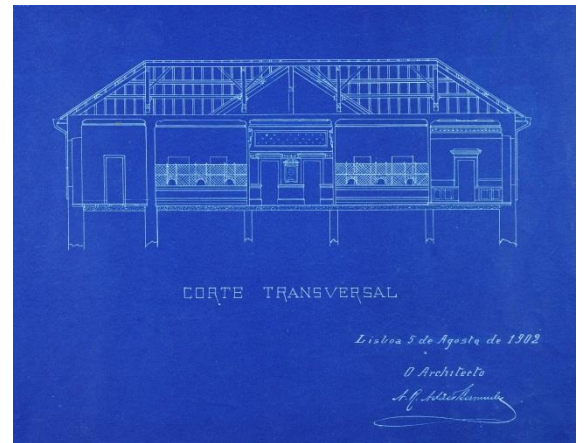


Fig 34. Desenho de um corte transversal da agência de Bragança.



Fig 35. Vista aérea do edifício da agência de Bragança.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Bragança

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Adães Bermudes.

Data de aprovação/realização do projeto: 5 de Agosto de 1902.

Data de Inauguração do Edifício: 1907.

Morada do Edifício: Rua de S. Francisco, nº46, Bragança.

Data de encerramento dos serviços: 31 de Maio de 1993.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: Pertence atualmente à Câmara Municipal, e o espaço é utilizado pela Comunidade Urbana de Trás-os-Montes.

Observações: Trata-se de um edifício de apenas um piso, composto por dois volumes retangulares paralelos, sendo o frontal mais largo, e que são intersetados perpendicularmente, ao centro, por um terceiro volume.

A fachada principal encontra-se escalonada, dividindo-se em três planos. No primeiro plano encontra-se a porta de entrada, retangular, encimada por uma janela semicircular que se encontra emoldurada por um arco em pedra igualmente semicircular. No segundo plano existe dupla janela em ambos os lados, e no terceiro plano uma janela singular, também em ambos os lados. Os dois primeiros planos destacam-se pelas pilstras e frisos em pedra nas extremidades e também pelo frontão trabalhado também em pedra.

O alçado posterior divide-se em dois planos, sendo o primeiro composto por quatro janelas com metade da largura das restantes, e o segundo plano assemelhasse ao terceiro plano frontal, com uma janela em cada lado.

O Alçado lateral denuncia a volumetria dos dois corpos principais do edifício, assim como o avanço da parte central da fachada principal. Em cada um dos volumes existem duas janelas.

A cobertura é feita em madeira e revestida a telha.



Fig 36. Fotografia «antiga» do primeiro edifício da agência de Viseu.



Fig 37. Fotografia do mesmo edifício, já como Governo Civil do distrito de Viseu.



Fig 38. Vista aérea do primeiro edifício da agência de Viseu.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Viseu

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Adães Bermudes.

Data de aprovação/realização do projeto: 1904.

Data de Inauguração do Edifício: 1907.

Morada do Edifício: Avenida Alberto Sampaio, nº 17, Viseu.

Data de encerramento dos serviços: Passou para outro edifício em 1930.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: Funciona hoje como edifício do Governo Civil

Observações: Volumetria principal com três pisos, que se estende lateralmente e ao centro da composição, dando origem a mais dois volumes com dois pisos cada. Estende-se também no alçado posterior criando outros dois volumes com um piso cada. Contudo, estes ficam à cota do 1º andar do volume principal visto o edifício se encontrar implantado em socalco vencendo através de um embasamento o desnível do terreno.

Na fachada principal destaca-se em primeiro plano o volume principal, dividindo-se a composição da sua fachada em três partes ao longo dos três pisos. A parte central, mais larga, possui no piso térreo, porta dupla ladeada por janela gradeada em ambos os lados. No 1º andar existem três janelas com folha dupla, sendo a central de sacada, encimados por molduras em arco. O piso superior possui seis janelas, estando cada par alinhado com as dos pisos inferiores. Quanto às partes laterais, que se encontram ligeiramente salientes em relação à central, são compostas, no piso térreo, por uma única janela gradeada cada. No primeiro andar existe uma janela com folha tripla encimada por uma moldura arqueada em ambos os lados. E ao nível do piso superior, existem três janelas em ambos os lados, também encimadas por molduras em arco, no alinhamento das do 1º andar. No panorama geral da fachada da volumetria principal, é importante realçar o aspeto austero do piso térreo, todo coberto a pedra e que continua em altura pelas partes laterais do conjunto.

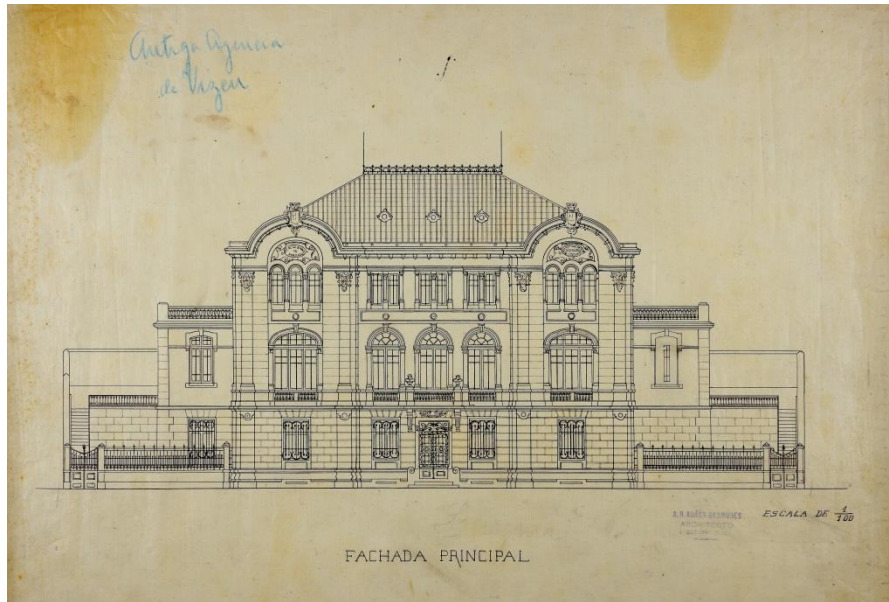


Fig 39. Desenho da fachada principal do mesmo edificio.

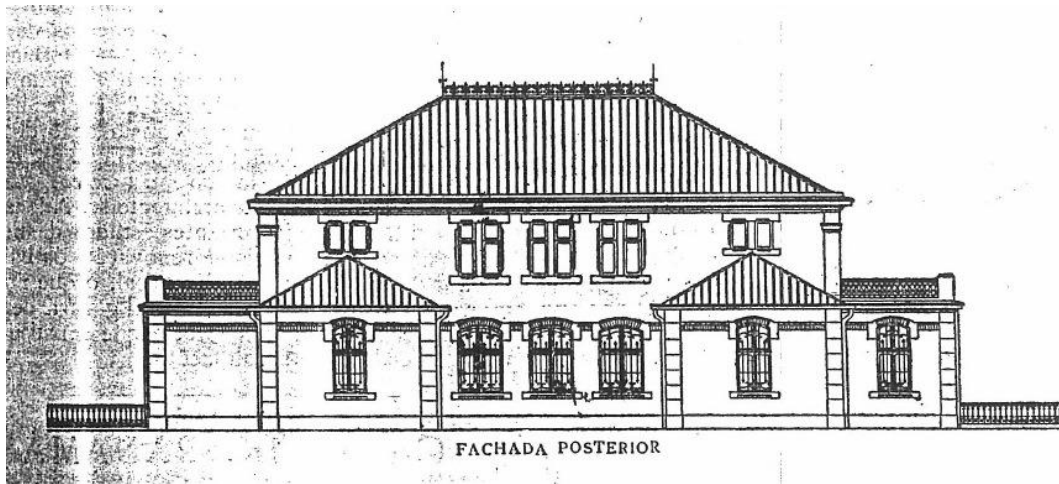


Fig 40. Desenho da fachada posterior do mesmo edificio.

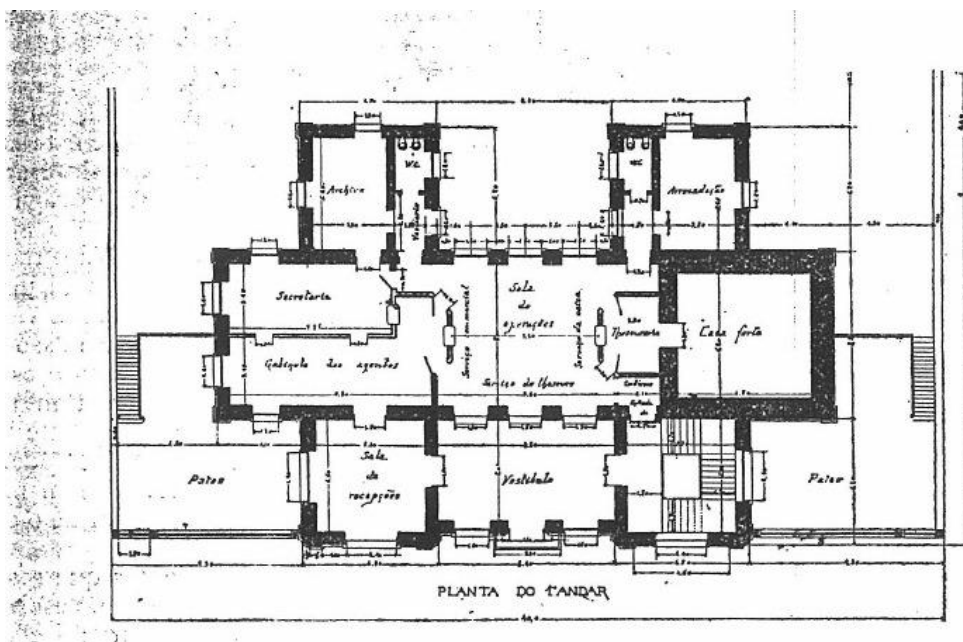


Fig 41. Desenho da planta do 1º andar do mesmo edificio.

As partes laterais do alçado principal que se encontram em segundo plano, possuem um carácter bem mais simples, sendo o piso térreo também em pedra, possuindo uma janela gradeada na parte esquerda e nenhuma na parte direita. No 1º andar existe uma janela em cada lado, e sendo a sua cobertura um terraço acessível através do piso superior do volume principal.

O Alçado posterior é bastante mais simples, denotando apenas dois pisos e separando-se em três planos. No primeiro plano temos os dois volumes salientes de um piso apenas e com uma janela gradeada cada, e cobertos com telhado. No segundo plano, a nível do piso térreo, existem três janelas gradeadas entre os dois volumes, e no piso superior existem três pares de janelas no alinhamento das do piso inferior, e mais dois pares de janelas relativamente mais curtas, por cima dos volumes salientes. Em terceiro plano encontram-se os volumes laterais, deste ponto de vista, com apenas um piso, e estando neste caso a janela no lado direito ao invés do lado esquerdo.²⁹

²⁹ Informação adicional na *Newsletter*, que juntamos em anexo.



Fig 42. Fotografia do edifício da agência de Évora.



Fig 43. Desenho da fachada principal do edifício da agência de Évora.



Fig 44. Vista aérea do edifício da agência de Évora.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Évora

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Adães Bermudes.

Data de aprovação/realização do projeto: 1907.

Data de Inauguração do Edifício: Novembro de 1909.

Morada do Edifício: Praça do Giraldo, nº 61, Évora.

Data de encerramento dos serviços: Serviços ainda existentes.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Trata-se de um edifício com dois pisos, sendo o piso térreo de aspeto austero, todo revestido a pedra. O piso superior é mais suave denotando em pedra, apenas as pilastras nas extremidades e nos frisos de ligação à cobertura.

A fachada principal é composta por três partes. A parte central, ligeiramente saliente e mais larga, caracteriza-se por uma porta central a nível do piso térreo, ladeada por uma janela em ambos os lados. No piso superior existem três janelas de sacada com folha dupla, encimadas por molduras em arco e com pequenas varandas em pedra na ligação com o piso inferior. A fachada é coroada na parte central por um frontão em pedra, onde se encontram colocadas as palavras: «Agencia do Banco de Portugal», assim como a data de construção do edifício em numeração romana.

A fachada lateral visível da rua é composta por quatro janelas idênticas em cada piso, sendo estas simetricamente distribuídas.³⁰

³⁰ Informação adicional na *Newsletter*, que juntamos em anexo.



Fig 45. Fotografia «antiga» da agência de Coimbra.



Fig 46. Fotografia «recente» da agência de Coimbra.

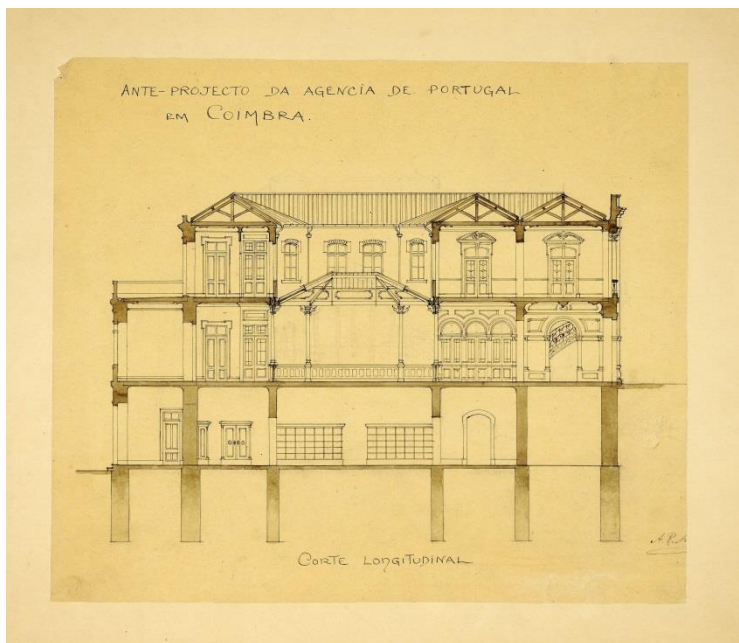


Fig 47. Desenho de um corte longitudinal do anteprojecto de Adães Bermudes.

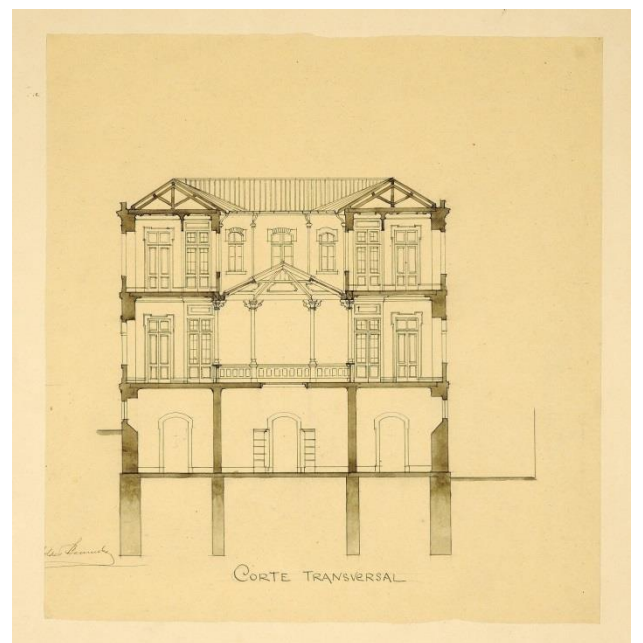


Fig 48. Desenho de um corte transversal do anteprojecto de Adães Bermudes.



Fig 49. Vista aérea do edifício da agência de Coimbra.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Coimbra

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Adães Bermudes.

Data de aprovação/realização do projeto: 1909.

Data de Inauguração do Edifício: Novembro de 1912.

Morada do Edifício: Largo da Portagem, Coimbra.

Data de encerramento dos serviços: Serviços ainda existentes.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Edifício de três pisos, apesar de apenas dois serem visíveis na fachada principal. Isto deve-se ao facto de o edifício se encontrar implantado num terreno com considerável declive.

A fachada principal é composta por três partes, sendo estas separadas por largas pilstras em pedra, que sobressaem ligeiramente na fachada, e que se encontram adornados com diversos elementos decorativos, sobretudo a nível da parte correspondente ao piso superior. Na parte central, no piso da entrada principal, encontramos uma porta relativamente larga encimada por uma moldura em arco e ladeada por uma janela gradeada retangular, em ambos os lados, encimada por pequenos óculos também gradeados. No piso superior, existem três janelas com folha dupla gradeadas, que se estendem ao longo de toda esta parte central, encontrando-se divididas por colunelos. Por cima destas encontra-se uma arquitrave onde se encontram colocadas as palavras: «Agencia do Banco de Portugal». Este conjunto encontra-se coroado por um frontão trabalhado a pedra, com diversas esculturas, e onde se encontra aplicada um relógio circular. Este coroamento está associado à cúpula que se encontra por trás e que culmina esta parte central da fachada do edifício. Na parte direita da fachada principal existe uma janela em cada piso, sendo a superior retangular e a inferior com topo semicircular. A parte esquerda é marcada pela sua volumetria cilíndrica, que faz a transição para a fachada lateral, permitindo uma leitura global das fachadas mais expostas do edifício.

Na fachada lateral, a nível do solo, vai sendo vencido o declive que nos leva à cota inferior do edifício. Crescendo assim a fachada, em altura, à medida que se desce. No entanto, na zona de cota inferior, o edifício encontra-se novamente com uma parte da volumetria reduzida a dois pisos, sendo uma parte do terceiro abdicada para dar lugar a um terraço com vista para as proximidades laterais e traseiras do edifício.

A fachada posterior, à semelhança da principal, divide-se também em três partes. A central é mais larga, no entanto a sua ornamentação não é tão proeminente. Possui três janelas por piso no mesmo alinhamento. Já as partes laterais possuem apenas duas janelas por piso, e na parte direita uma destas é substituída por uma porta. Esta parte direita é também caracterizada pelo volume cilíndrico nos dois pisos inferiores, à semelhança da fachada principal.

A parte central da composição deste edifício possui uma abertura em pátio no piso superior, sendo o piso intermédio coberto por uma claraboia de planta octogonal, feita em ferro e vidro, nesse mesmo ponto, criando uma dinâmica de circuito em ambos os pisos.

A restante cobertura do edifício, excluindo a cúpula, é feita em madeira e coberta a telha.³¹

³¹ Informação adicional na *Newsletter*, que juntamos em anexo.



Fig 56. Fachada principal do projeto (sem seguimento) de Adães Bermudes para a sede do Banco de Portugal, no quarteirão de S. Julião em Lisboa.

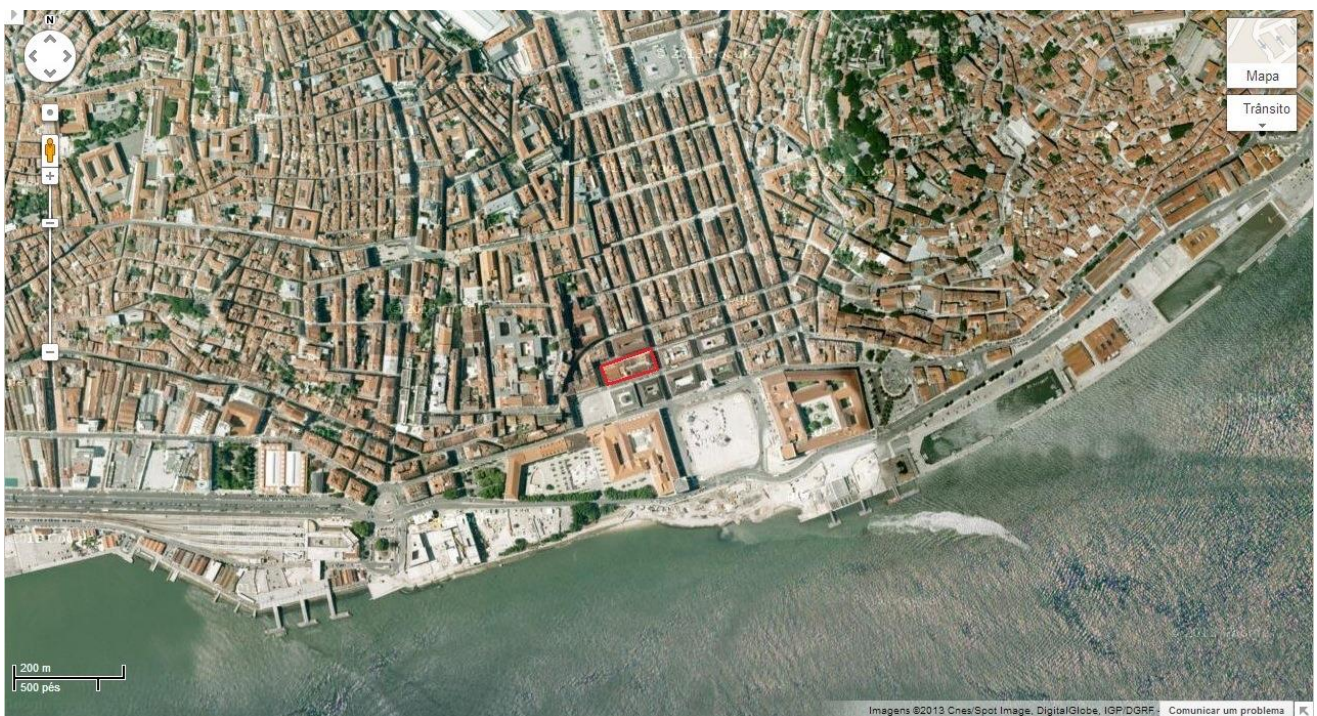


Fig 57. Vista aérea do quarteiro de S. Julião na Baixa de Lisboa.

Projeto para a Sede do Banco de Portugal em Lisboa

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Adães Bermudes.

Data de aprovação/realização do projeto: 1910 (Sem seguimento).

Data de Inauguração do Edifício: -

Morada do Edifício: -

Data de encerramento dos serviços: -

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: O projeto de Adães Bermudes para a sede do Banco de Portugal em Lisboa criaria, no local do quarteirão de S. Julião, um edifício de escala monumental, com uma presença bastante superior a qualquer outro edifício que este arquiteto tenha desenhado para o Banco. Este edifício possuiria seis pisos (cinco pisos e mansardas), estando um destes enterrado.

A fachada principal, que ocuparia a totalidade de uma das frentes do quarteirão em que se previa implantar (quarteirão de S. Julião) e dividir-se-ia em cinco partes. A parte central seria composta por três portas de iguais dimensões no piso térreo, e que se elevariam de maneira a ocupar o equivalente a dois pisos em altura (rés-do-chão e 1º andar). Na parte correspondente ao 2º e 3º andar estariam três igualmente altas janelas, no alinhamento das portas. Estas janelas seriam encimadas por um entablamento, e por cima deste, por frontões em pedra, a um nível correspondente ao das mansardas, onde se leria: «Banco de Portugal». Este conjunto seria rematado por uma enorme cúpula, que alcançava toda a parte central da fachada. A separar a parte central das laterais teria uma fiada de quatro janelas dispostas em altura, de ambos os lados, numa parte da fachada ligeiramente mais saliente e também coroada com frontões de esculturas em pedra. Nas partes laterais existiriam duas janelas em cada lado, sendo estas correspondentes, à semelhança da parte central, ao rés-do-chão e 1º andar, e ao 2º e 3º andar, respetivamente. Por cima, estas partes seriam cobertas por cúpulas, relativamente mais discretas que a central.

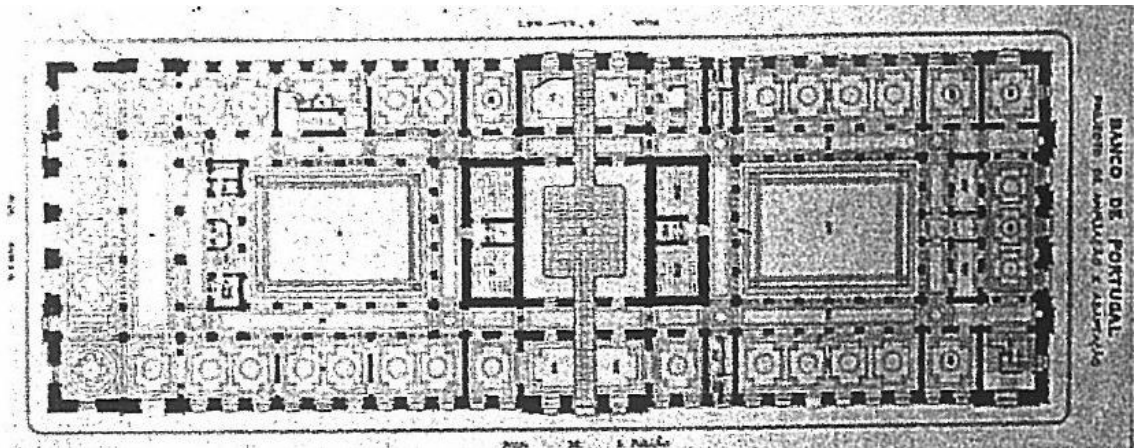


Fig 58. Planta do rés-do-chão do projeto (sem seguimento) de Adães Bermudes, para a sede do Banco de Portugal.

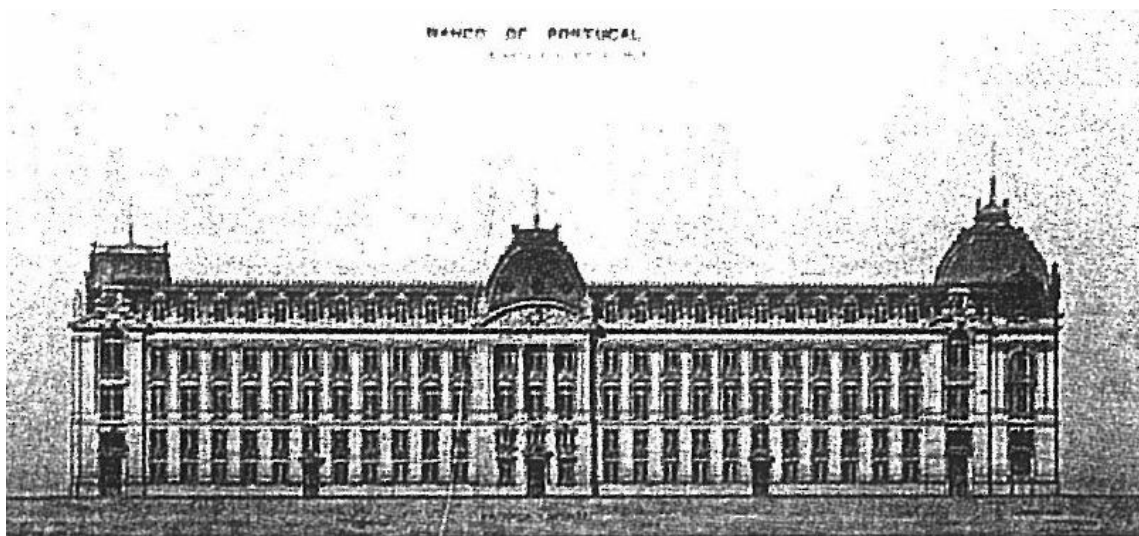


Fig 59. Fachada voltada para a rua do Comércio.

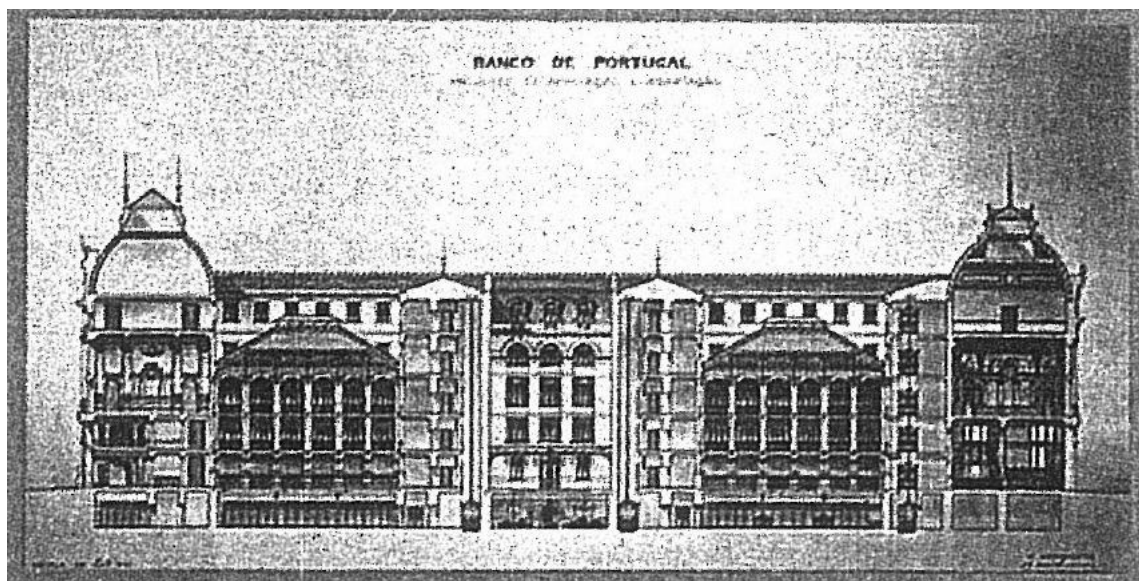


Fig 60. Corte Longitudinal do mesmo projeto.

A fachada posterior seria semelhante à principal, com a diferença de não existir a enorme cúpula central, das partes laterais serem arredondadas, não possuir portas de entrada mas sim janelas no seu lugar, e variando os tipos de vãos utilizados.

Na fachada lateral existiriam dois blocos principais que se estenderiam ao longo da quase totalidade da extensão do quarteirão, possuindo cada um destes onze janelas por piso, ao longo de quatro pisos e mansardas, e estando estes grandes blocos separados por um módulo central com três janelas ao longo de três pisos, duas janelas e porta no piso térreo, e frontão e cúpula na parte superior. Em ambos os lados destes blocos, estariam realizadas as respectivas ligações à fachada principal e posterior, também com diversos vãos ao longo dos pisos.

Este edifício possuiria ainda três pátios interiores ao longo do conjunto, estando os das extremidades cobertos por claraboias de ferro e vidro ao nível do 2º andar.³²

³² Informação adicional na *Newsletter*, que juntamos em anexo.



Fig 61. Fotografia do edifício da agência de Vila Real.



Fig 62. Desenho do corpo do gaveto e partes laterais da agência de Vila Real.

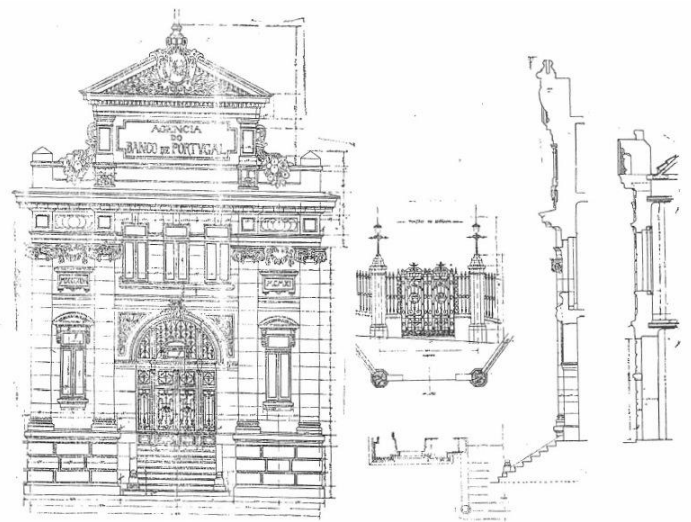


Fig 63. Detalhes do gaveto da agência de Vila Real.



Fig 64. Vista aérea do edifício da agência de Vila Real.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Vila Real

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Adães Bermudes.

Data de aprovação/realização do projeto: 1911.

Data de Inauguração do Edifício: Setembro de 1923.

Morada do Edifício: Largo Almeida Garrett, nº1, Vila Real.

Data de encerramento dos serviços: 31 de Maio de 2008.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Edifício de dois pisos, sendo que um deles se encontra parcialmente enterrado.

Trata-se de um edifício cuja fachada principal se encontra voltada para um cruzamento de ruas e por esta razão, aliada às características do seu local de implantação, se torna relativamente mais estreita, em comparação a outras agências desenhadas por Adães Bermudes. A fachada principal é composta por duas janelas ladeadas por pilastras nas extremidades e ao centro por um portão de topo semicircular que dá acesso a um pequeno *hall* de entrada. Na parte superior da fachada, ao centro, existem três janelas que servem um piso relativamente curto em que esta zona de entrada foi dividida. A coroar o conjunto temos o habitual frontão trabalhado em pedra, onde foi inserido um pequeno mural onde se lê: «Agencia do Banco de Portvgal».

A fachada lateral esquerda, referente a apenas um piso, está dividida em três partes, sendo as laterais compostas por uma janela ladeada por pilastras encimadas por um frontão de pedra, em arco. A parte central é composta por cinco janelas: três delas ao meio, de topo semicircular; uma em cada extremidade, retangular. A fachada lateral direita, assemelhasse à da esquerda com a exceção que esta possui outro piso ao nível da rua, com janelas e portas retangulares, no alinhamento das do piso superior.

A fachada posterior está dividida em três planos, todos de um só piso. O primeiro plano é referente a um volume saliente da composição, com apenas uma janela ao cen-

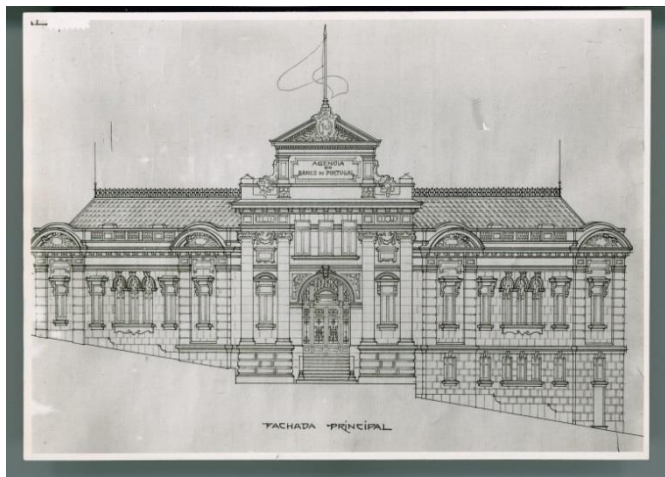


Fig 65. Desenho da fachada principal da agência de Vila Real.

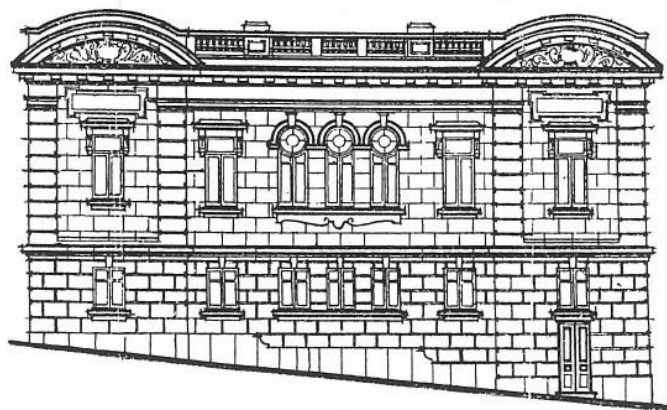


Fig 66. Fachada lateral direita da agência de Vila Real.

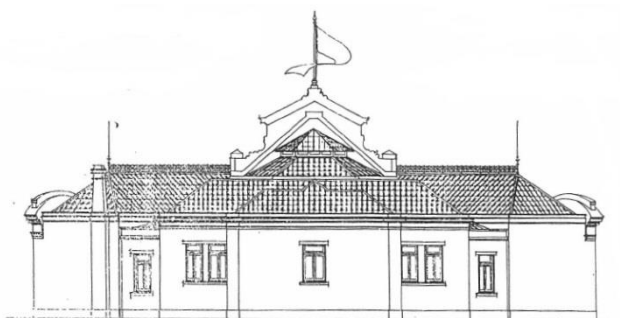


Fig 67. Fachada posterior da agência de Vila Real.

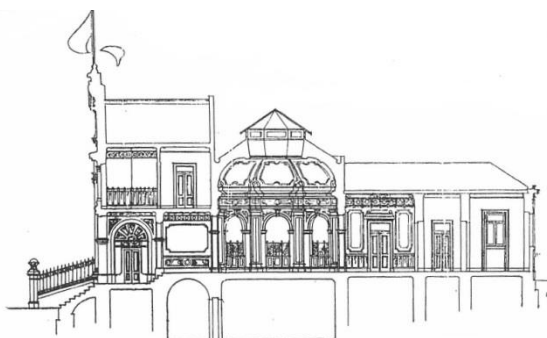


Fig 68. Corte longitudinal da agência de Vila Real.

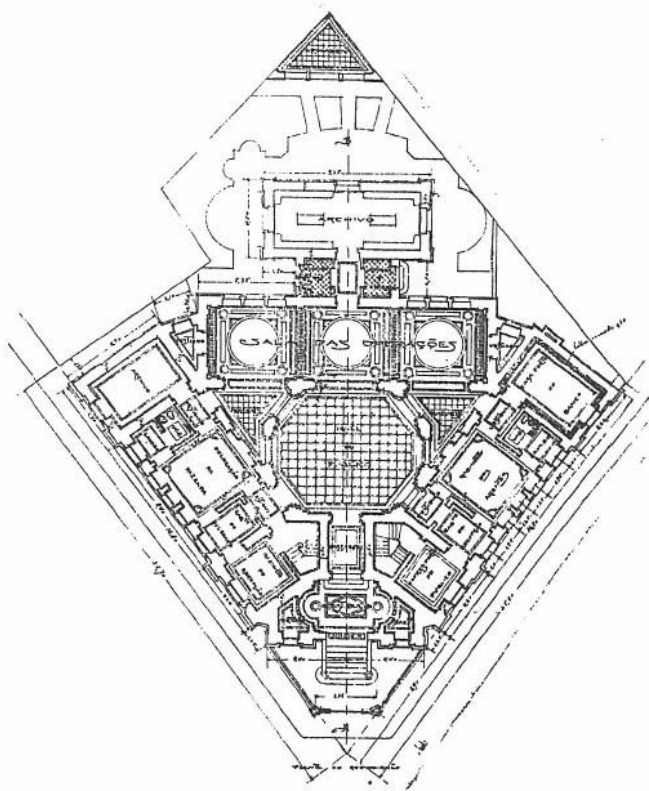


Fig 69. Planta do piso de entrada da agência de Vila Real.

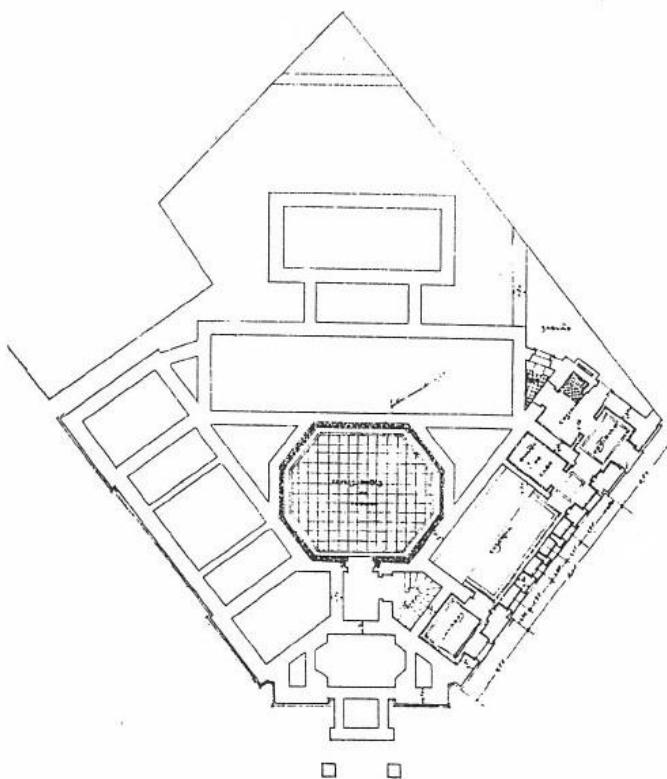


Fig 70. Planta do piso semienterrado da agência de Vila Real.

-tro. O segundo plano é referente ao volume que une as duas fachadas laterais, possuindo duas janelas de cada lado. O terceiro plano diz respeito à parte posterior dos volumes laterais, existindo uma janela de cada lado na zona da emenda entre os volumes laterais e o volume que fecha o conjunto.

Também neste edifício existe um espaço central, octogonal, de destaque, neste caso abobadado e com zimbório.³³

³³ Informação adicional na *Newsletter*, que juntamos em anexo.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal no Funchal

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Adães Bermudes.

Data de aprovação/realização do projeto: 1911 (sem seguimento).

Data de Inauguração do Edifício: -

Morada do Edifício: -

Data de encerramento dos serviços: -

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Como tínhamos mencionado anteriormente neste trabalho, não encontramos elementos desenhados, referentes a este projeto, que possamos analisar. Esta ficha foi inserida como referência à realização deste projeto, nesta continuidade cronológica, apesar de não ter tido seguimento.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Faro

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Adães Bermudes.

Data de aprovação/realização do projeto: 1918.

Data de Inauguração do Edifício: 1927.

Morada do Edifício: Praça D. Francisco Gomes, nº 12, Faro.

Data de encerramento dos serviços: Serviços ainda existentes.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Trata-se de um edifício de três pisos, composto por três volumes. Um central e principal, de três pisos, e dois laterais de dois pisos.

A fachada principal é composta por três partes, a do volume principal e as dos volumes laterais. A do volume principal está igualmente dividida em três partes, ao centro e equivalendo à altura dos dois primeiros pisos, temos a zona de entrada, marcada por uma larga abertura ladeada por colunelos que suportam um arco em ferradura. Esta entrada encontra-se fechada por um portão em ferro que dá acesso a uma zona abobadada. No piso superior existem três janelas emolduradas por colunelos que suportam arcos em ferradura, mas quebrados em ogiva. Nas partes laterais do volume principal, existe na zona inferior uma pequena janela profunda, e por cima, uma janela ao nível do arco da entrada que é rematada por elementos ornamentais esculpidos. Na parte referente ao piso superior existe, em ambos os lados, uma janela emoldurada por colunelos que suportam um arco em ferradura. Estas partes laterais encontram-se ligeiramente salientes em relação à central. No que diz respeito aos volumes laterais, a sua fachada é composta por duas janelas de topo semicircular, na zona referente ao piso térreo, e por três janelas retangulares, na zona referente ao 1º andar. Na fachada deste edifício é utilizado o mosaico e o vitral colorido.³⁴

³⁴ Informação adicional na *Newsletter*, que juntamos em anexo.

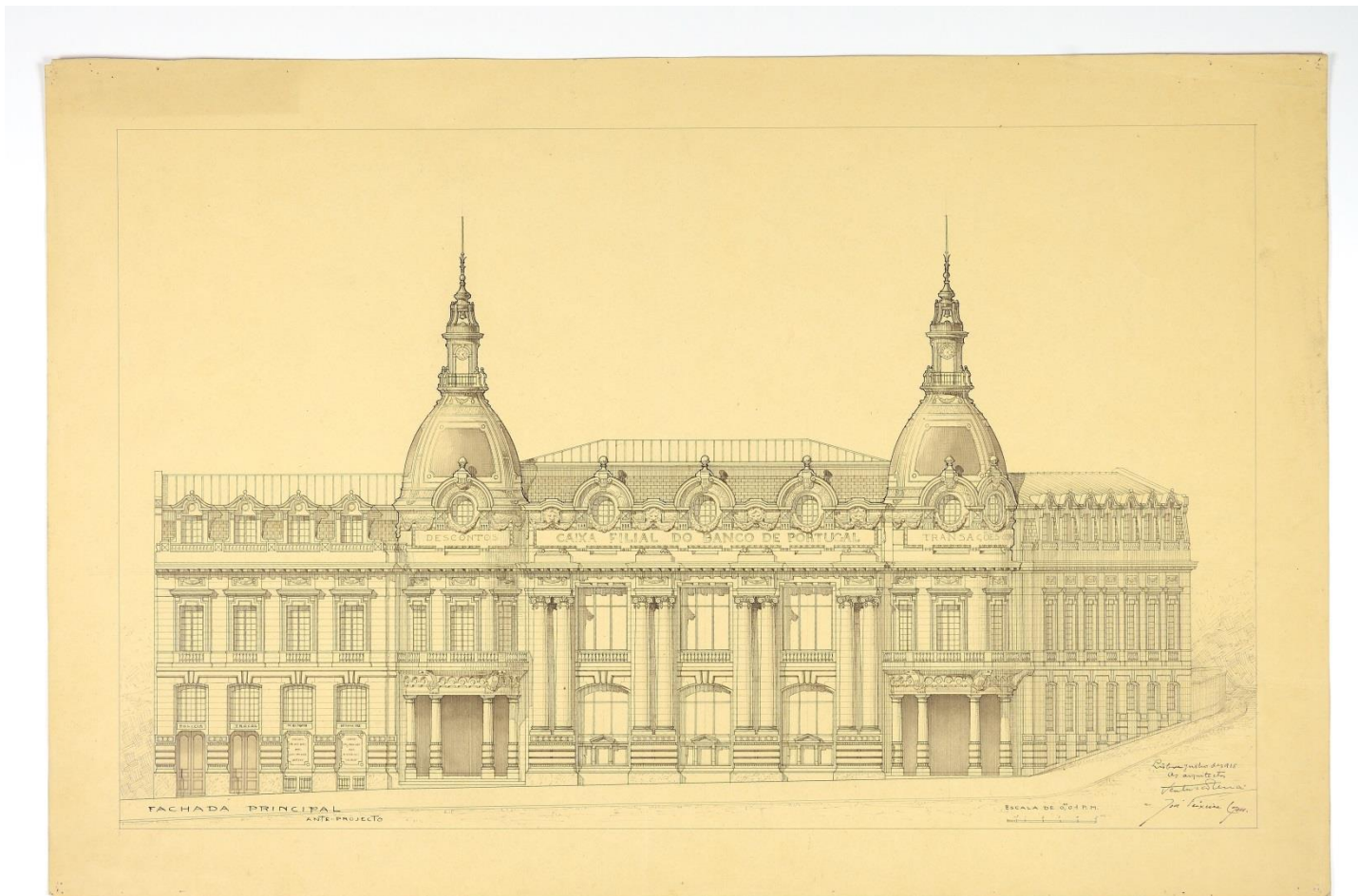


Fig 76. Desenho em perspectiva das fachadas do anteprojecto de Teixeira Lopes e Ventura Terra para o edificio da filial do Porto (sem seguimento).

Projeto para a Filial do Banco de Portugal no Porto

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto José Teixeira Lopes; Arquiteto Miguel Ventura Terra.

Data de aprovação/realização do projeto: 1918 (Sem seguimento).

Data de Inauguração do Edifício: -

Morada do Edifício: -

Data de encerramento dos serviços: -

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Deste projeto de Teixeira Lopes e Ventura Terra apenas obtivemos o desenho referente à fachada principal onde se observam outras duas fachadas laterais perspetivadas. A falta de material sobre este projeto deve-se ao facto de ambos os arquitetos terem falecido antes da conclusão do mesmo, tendo sido apenas retomado quatro anos mais tarde, já a cargo do engenheiro José Abecassis, que lhe conferiu diversas modificações, que poderemos observar posteriormente em outra ficha.

Analisando este desenho podemos concluir que se trataria de um edifício de três pisos, vencendo, a nível do piso térreo, um reduzido declive.

A fachada principal possuiria nas suas extremidades um volume cilíndrico em ambos os lados, que fariam a transição para as fachadas laterais. Esta opção pode ter resultado do facto de a angulação entre a fachada principal e as fachadas laterais fosse bastante elevada, o que desta maneira resulta numa leitura conjunta de toda a frente do edifício. Estes volumes cilíndricos seriam constituídos, a nível do piso térreo, por uma zona aberta, envolvida por quatro colunas que suportariam um entablamento rematado pela guarda da varanda do piso superior e que servia de entrada para o edifício. No 1º andar existiriam três janelas retangulares, de sacada, que acederiam à varanda. No piso superior cresceria uma cúpula que cobriria este volume, onde se abriria

uma janela elíptica encimada por dois arcos de quarto de círculo que seriam unidos por um elemento esculpido. A coroar esta cúpula erguer-se-ia uma pequena torre de relógio. A parte central da fachada principal possuiria, a nível do piso térreo, três janelas de topo arqueado. No 1º andar, outras três janelas, sendo estas retangulares. Ao longo destes dois pisos, a ladear as janelas, existiriam quatro pares de colunas adossadas, de base elevada. No piso superior existiria um frontão interrompido por janelas semelhantes às das cúpulas, bastante trabalhado no que diz respeito à sua escultura, e onde se encontraria um painel onde se poderia ler: «Caixa Filial do Banco de Portugal». Por cima deste conjunto pode ainda ver-se um detalhe de uma parte da cobertura possivelmente construída em ferro e vidro.

As fachadas laterais teriam uma composição bastante mais simples, constituídas por fiadas de janelas retangulares ou com topo arqueado, e no caso das janelas do piso superior, encimadas por pequenos frontões, assim como algumas portas de acessos secundários, a nível do piso térreo.

Bastante marcante e de realçar na composição destas fachadas é o friso contínuo que percorreria toda a extensão da zona frontal e que separaria o 1º andar do piso superior.

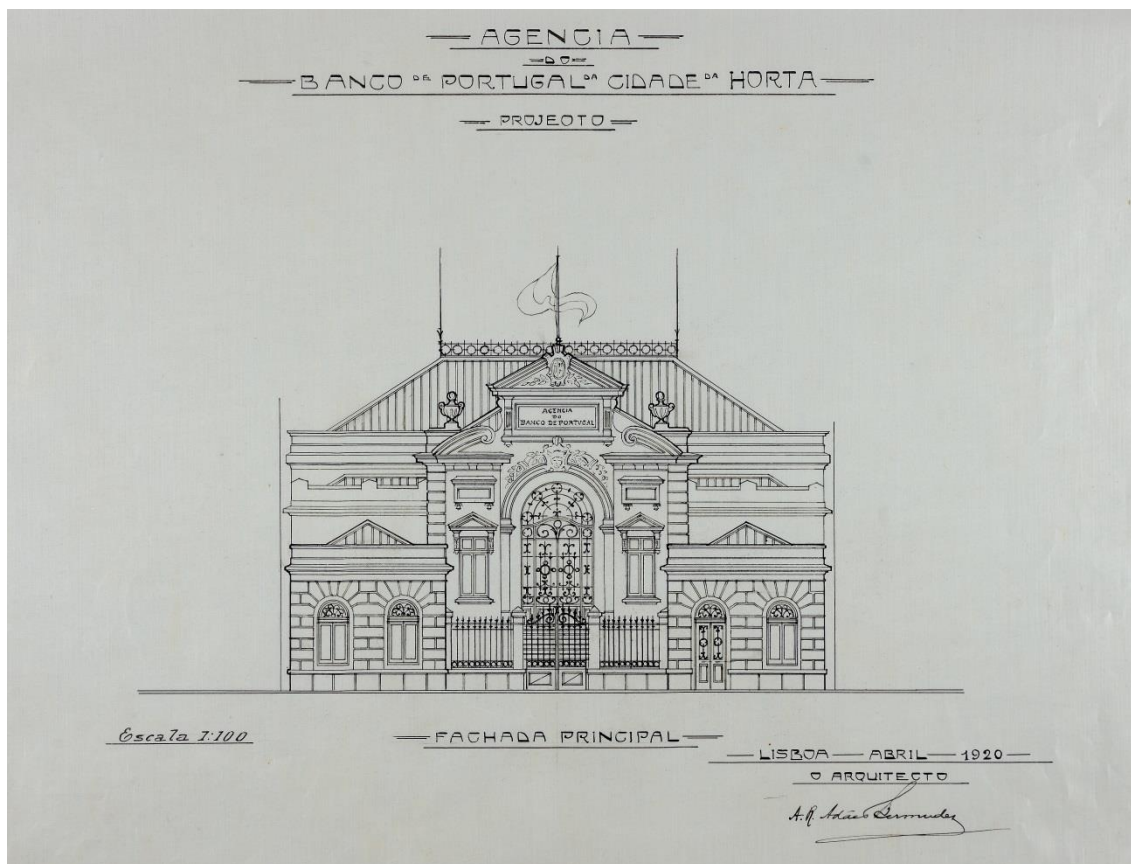


Fig 77. Desenho da fachada principal do projeto de Adães Bermudes para o edifício da agência da Horta (sem seguimento).

Projeto para a Agência do Banco de Portugal na Horta

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Adães Bermudes.

Data de aprovação/realização do projeto: 1920 (Sem seguimento).

Data de Inauguração do Edifício: -

Morada do Edifício: -

Data de encerramento dos serviços: -

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Sobre este projeto existe pouca informação, só tendo como referência o alçado principal. Do que conseguimos entender, a fachada principal estende-se por três planos. No primeiro plano temos dois volumes salientes do conjunto, com um só piso. O volume da esquerda com duas janelas e o da direita com porta e janela, com interessante estereotomia na aplicação da pedra. A ligar estes dois volumes existiria um gradeamento com portão que daria acesso ao volume principal. Este volume encontrar-se-ia a uma cota superior, sendo assim acedido através de uma escada ao centro da fachada em segundo plano, que se caracterizaria pelo portal também ao centro, ao cimo das escadas, emoldurado por colunelos que suportariam um arco semicircular adornado com elementos decorativos. Por cima existiria o habitual frontão com o mural onde se poderia ler: «Agencia do Banco de Portugal». O portal estaria ladeado por uma janela em ambas as direções, encimada por pequeno frontão triangular. Em terceiro plano vêem-se apenas os frisos do volume possivelmente principal.



Fig 78. Perspetiva do edifício da agência de Braga.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Braga

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto João de Moura Coutinho.

Data de aprovação/realização do projeto: 1920.

Data de Inauguração do Edifício: 1928.

Morada do Edifício: Praça da República, nº 1, Braga.

Data de encerramento dos serviços: Serviços ainda existentes.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Trata-se de um edifício de dois pisos, com a particularidade de não ter sido dado especial realce a apenas uma fachada. Ao invés disto foi dado maior relevo ao volume cilíndrico (gaveto) bastante usado em cruzamento de ruas.

Deste modo trataremos de abordar este volume cilíndrico como o elemento principal. Este volume possui três janelas retangulares por piso, todas gradeadas, separadas verticalmente por pilastras de base elevada em relação ao solo e horizontalmente por elementos esculpidos na pedra. O especial foco deste volume vai para a zona da sua cobertura, feita por uma cúpula que possui um mural onde se encontram inscritas as palavras: «Banco de Portugal», coroado por um frontão constituído por duas esculturas de formas humanas a ladear uma escultura com as iniciais do Banco. De realçar o facto de a cúpula ser toda esculpida em pedra.

A fachada da esquerda, se excluirmos o volume que acabámos de falar, é dividida em quatro partes. A parte mais à esquerda possui uma janela por piso, ladeadas por pilastras nas extremidades, sendo a do piso térreo retangular e a do piso superior de topo semicircular, ambas gradeadas. Depois temos dois módulos semelhantes a ladear um bloco. Estes módulos são compostos por uma janela por piso, ambas retangulares e gradeadas, ladeadas por pilastras de base igualmente elevada, mas estando ligeiramente salientes em relação à restante fachada. O bloco que se encontra entre estes dois módulos é composto por quatro janelas por piso, sendo as do piso superior mais



Fig 79. Fotografia do enquadramento do edifício da agência de Braga.



Fig 80. Vista aérea do edifício da agência de Braga.

altas e separadas por pilastras.

A fachada da direita é onde se encontra a entrada do edifício, sendo esta composta, ao nível do piso térreo, por duas janelas retangulares a ladear uma porta com a mesma largura, todas gradeadas. Ao nível do piso superior existem três janelas de topo semi-circular.

A unidade da composição deste edifício é-nos transmitida pelo grande embasamento no qual está assente, pelo entablamento que percorre a totalidade das fachadas coroado por um frontão também igualmente linear, pelos elementos esculpidos entre pisos, pelas pilastras que separam os vãos, e pelo uso da pedra na integridade das fachadas.³⁵

³⁵ Informação adicional na *Newsletter*, que juntamos em anexo.



Fig 81. Perspetiva das fachadas do segundo edifício da agência de Viseu.



Fig 82. Fotografia da esquina do edifício.



Fig 83. Vista aérea do segundo edifício da agência de Viseu.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Viseu

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto João de Moura Coutinho.

Data de aprovação/realização do projeto: 1921.

Data de Inauguração do Edifício: 1930.

Morada do Edifício: Praça da República, Viseu.

Data de encerramento dos serviços: Serviços ainda existentes.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: O segundo edifício desenhado para a agência de Viseu possui dois pisos e ocupa a totalidade de um topo de quarteirão.

A fachada principal divide-se em três partes, sendo estas divididas por pares de colunas adossadas à fachada, de base bastante elevada e fuste de dois tipos, que ajudam a suportar o entablamento da parte central desta fachada onde se pode ler: «Agencia do Banco de Portugal». Por cima do entablamento existe um frontão, algo linear, que se estende ao longo de toda a fachada. A parte central da fachada encontra-se também dividida em três partes, por colunas semelhantes às que dividem a totalidade da fachada, mas tratando-se de apenas uma coluna, ao invés de duas agrupadas. Todas estas colunas, assim como os elementos onde se encontram instaladas, estão salientes relativamente aos vãos. No piso térreo, ao centro, existe uma porta gradeada, de topo em arco semicircular, que é acedida através de três degraus. De ambos os lados desta porta, existe uma janela no seu alinhamento, de forma semelhante, mas cortada em relação ao solo. No piso superior existem três janelas retangulares, adornadas por colunelos próximos das extremidades. As partes laterais da fachada principal são volumes cilíndricos que fazem a transição para as fachadas laterais, visto tratar-se de uma inteira frente de quarteirão e deste modo existe uma leitura de continuidade em todo o redor do edifício. Estes volumes possuem três janelas por piso, separadas por pilstras de base elevadas ao mesmo nível das colunas, mas não tão salientes. As janelas do



Fig 84. Desenho do alçado principal do segundo edifício da agência de Viseu.

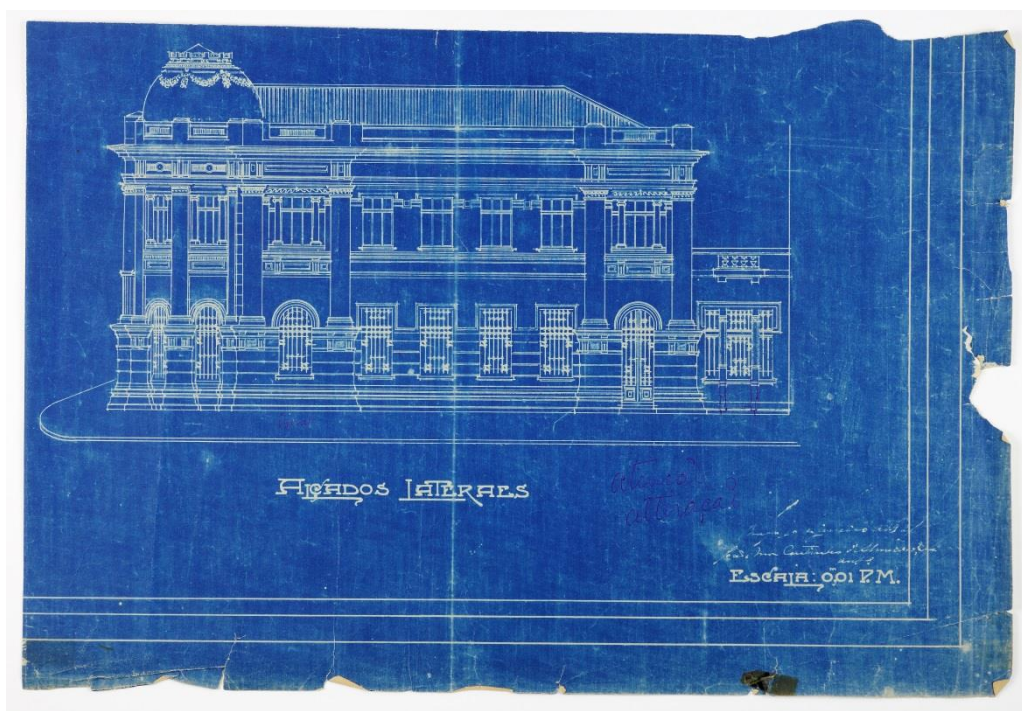


Fig 85. Desenho dos alçados laterais do segundo edifício da agência de Viseu.

piso térreo estão gradeadas, de topo semicircular. As janelas do piso superior, à semelhança das da parte central, são adornadas por colunelos, mas ligeiramente mais estreitas. A cobertura destes volumes cilíndricos é feita por uma cúpula.

A fachada lateral divide-se em quatro partes. À esquerda temos o mesmo volume cilíndrico que faz também parte da fachada principal. A restante fachada é constituída por dois módulos semelhantes que ladeiam um bloco central. Estes módulos são compostos por pilastras nas extremidades, igualmente elevadas em relação ao solo, e ao centro por uma janela por piso no módulo da esquerda, e uma janela e porta no módulo da direita. As janelas do piso superior destes módulos assemelham-se às restantes da fachada principal, e a janela e porta do piso térreo são gradeadas e ambas têm topo semicircular. O bloco central possui quatro janelas retangulares por piso, sendo as do piso térreo gradeadas.

O edifício tem um aspeto austero e pesado, visto estar elevado por um baixo embasamento e devido às suas fachadas serem todas feitas em pedra.



Fig 86. Fotografia da fachada principal do edifício da filial do Porto.

Projeto para a Filial do Banco de Portugal no Porto

Arquiteto/Engenheiro responsável: Engenheiro José Abecassis.

Data de aprovação/realização do projeto: 1922 (com base no projeto feito anteriormente por José Teixeira Lopes e Miguel Ventura Terra).

Data de Inauguração do Edifício: 1934.

Morada do Edifício: Praça da Liberdade, nº 92, Porto.

Data de encerramento dos serviços: Serviços ainda existentes.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Apesar de José Abecassis se ter baseado no projeto de Teixeira Lopes e Ventura Terra, o resultado final foi bastante diferente. Existem elementos semelhantes, sobretudo no que diz respeito aos vãos do piso térreo, mas o resto da composição da fachada sofreu várias alterações.

Infelizmente, só possuímos uma foto da fachada principal deste edifício, a qual iremos analisar. Esta fachada divide-se em três partes, ao longo de três pisos. Ao centro, ao nível do piso térreo, encontramos a porta da entrada principal, a qual é acedida por um pequeno lanço de escadas e emoldurada por colunelos que suportam um arco semicircular. Ao lado desta porta encontram-se, salientes relativamente à restante fachada, largas pilastras que servem de apoio para a base das colunas do 1º andar e que têm esculpido em pedra uma cabeça de leão em cada. Ao nível do 1º andar, existe uma janela de sacada retangular com varanda, ladeada por colunas adossadas que se elevam até ao piso superior. No que diz respeito ao nível do piso superior existe uma janela semicircular. Logo por cima desta surge o entablamento, com arquitrave esculpida a pedra, com elementos decorativos nos lados e com as palavras «Banco de Portugal» ao centro. O entablamento é encimado por um frontão triangular, com uma escultura de figuras humanas inserida neste, e mais duas por cima.



Fig 87. Vista aérea do edifício da filial do Porto.

As partes laterais desta fachada são compostas, ao nível do piso térreo, por três janelas de topo arqueado do lado direito, assim como do lado esquerdo, mas com a exceção da existência de duas portas deste lado, o que pode ser explicado pelo desnível do terreno nesse sentido. Ao nível do 1º andar existem três janelas por lado, com varanda e topo semicircular, emolduradas por colunelos que suportam um arco também semicircular e separadas por pilastras que se estendem até ao piso superior. Ao nível do piso superior existem nove pequenas janelas por lado, separadas individualmente por colunelos e a cada três pelas pilastras que sobem do piso inferior. Na imagem vemos ainda uma parte de um volume cilíndrico, coberto por uma cúpula, que faz a transição de fachadas.³⁶

³⁶ Informação adicional na *Newsletter*, que juntamos em anexo.



Fig 88. Vista perspectivada do edifício da agência de Setúbal.



Fig 89. Desenho dos alçados: principal; lateral; e posterior, do edifício da agência de Setúbal.



Fig 90. Vista aérea do edifício da agência de Setúbal.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Setúbal

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Adães Bermudes.

Data de aprovação/realização do projeto: 1922.

Data de Inauguração do Edifício: 1928.

Morada do Edifício: Avenida Luísa Todi, Setúbal.

Data de encerramento dos serviços: 31 de Julho de 1994.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: - Divisão da Cultura da Câmara Municipal de Setúbal.

Observações: Edifício de dois pisos, composto por três volumes que se destacam. Dois destes volumes estão relacionados com a fachada principal e com a posterior, e o outro trata-se do que se encontra entre estes dois.

A fachada principal divide-se em três partes. A central, mais larga, é caracterizada pelas quatro colunas adossadas, que possuem esculpidas as iniciais do Banco de Portugal, e que separam em três partes, esta zona central da fachada. No piso térreo existem duas janelas e uma porta gradeadas de topo semicircular. No piso superior existem três janelas triplas no alinhamento das do piso inferior, e por cima destas encontra-se o entablamento que antecede o frontão trabalhado a pedra. Por trás deste conjunto e a coroá-lo existe uma cúpula. Nas partes laterais da fachada principal, a nível do piso térreo, existe uma janela gradeada de topo semicircular, e a nível do piso superior, existe uma janela de sacada com varanda, encimada por um frontão. Estas partes laterais estão ligeiramente salientes em relação à central.

A fachada posterior, a nível do piso térreo, possui três janelas entre duas portas, que estendem ao longo da fachada. No piso superior e no alinhamento dos elementos de baixo encontram-se cinco janelas coroadas por frontões. Neste conjunto é importante referir as pilastras nas extremidades, o embasamento em pedra e os frisos no topo.



Fig 91. Fotografia da fachada principal da agência de Setúbal.



Fig 92. Perspetiva do exterior do edifício da agência de Setúbal.

É na fachada lateral que se observa melhor a volumetria do edifício que provém da diferença de alturas entre a parte central e as laterais desta fachada. A parte central é composta por quatro janelas retangulares ao nível do piso térreo, e ao nível do piso superior podemos verificar a cobertura desta volumetria central. A parte desta fachada ligada à posterior, possui uma janela em cada piso, enquanto a parte ligada à principal possui duas janelas por piso, sendo as do piso superior fornecidas de varandas em pedra e topo triangular, enquanto as do piso inferior têm topo semicircular.



Fig 93. Fotografia do edifício da agência de Castelo Branco.

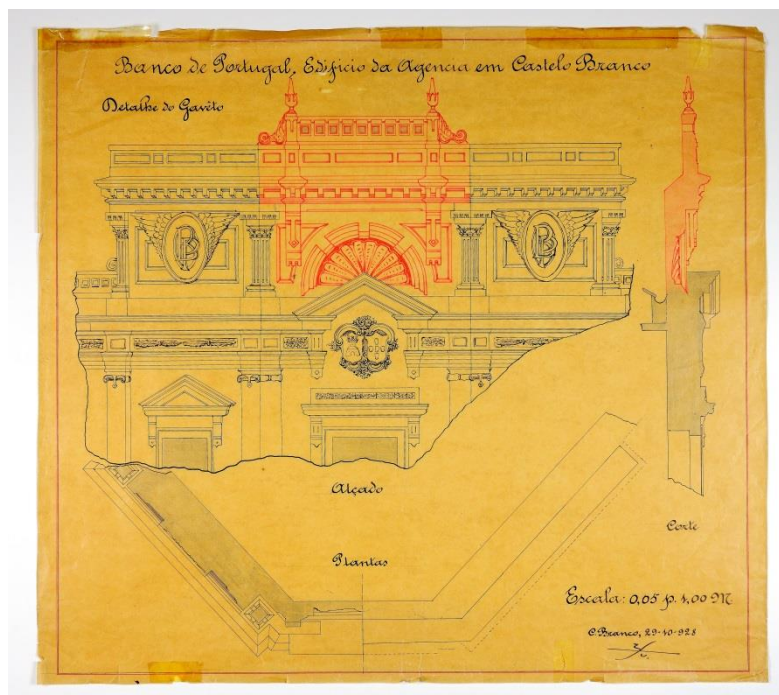


Fig 94. Desenho de detalhe do gaveto da agência de Castelo Branco.



Fig 95. Vista aérea do edifício da agência de Castelo Branco.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Castelo Branco

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Eurico Salles Viana.

Data de aprovação/realização do projeto: 1922.

Data de Inauguração do Edifício: 1930.

Morada do Edifício: Praça Rei D. José, Castelo Branco.

Data de encerramento dos serviços: Serviços ainda existentes.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Este edifício, à semelhança do de Vila Real, tem a sua zona de entrada principal voltada para um cruzamento de ruas, sendo esta a parte que mais se destaca, como acontece no de Braga apesar de não ter a sua entrada nesse volume e tratando-se neste caso de um volume de planta octogonal em que dois lados deste pertencem às fachadas laterais, facilitando assim, uma leitura global das fachadas do edifício.

Este edifício assenta num embasamento que lhe permite controlar o desnível do terreno mantendo ambos os seus pisos acima do nível da rua. As fachadas do volume de planta octogonal, assim como parte das extremidades das fachadas laterais, estão ligeiramente salientes em relação à restante fachada e marcam as zonas de entrada no edifício, feitas por portões retangulares em ferro, acedidos por pequenos lanços de escadas. Entre estes portões, a nível do piso térreo, existem do lado esquerdo cinco vãos divididos a meio por colunelos e separados por pilastras, mas apenas quatro vãos do lado direito. Ao nível do piso superior, nas zonas salientes das fachadas, as janelas são retangulares de sacada e servem varandas, sendo coroadas por frontões triangulares nas partes laterais. As restantes janelas do piso superior são também retangulares assim como os seus frontões. Por cima dos frontões dos vãos do piso superior surge um entablamento ornamentado ao longo de todo o edifício sendo este rematado por guardas, por novos frontões nas extremidades, e pela parte superior do volume de planta octogonal (gaveto). A totalidade das fachadas deste edifício é feita em pedra assim como a sua ornamentação (Informação adicional em anexo).



Fig 96. Fotografia do edifício da agência de Leiria.



Fig 97. Desenho de Ernesto Korrodi para o edifício da agência de Leiria.



Fig 98. Vista aérea do edifício da agência de Leiria.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Leiria

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Ernesto Korrodi.

Data de aprovação/realização do projeto: 1923.

Data de Inauguração do Edifício: 1929.

Morada do Edifício: Largo 5 de Outubro, nº 43, Leiria.

Data de encerramento dos serviços: 31 de Julho de 1994.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: Sede do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Leiria.

Observações: Trata-se de um edifício de três pisos, estando um deles parcialmente enterrado. E destaca-se por ter sido o único edifício construído, para uma agência do Banco de Portugal, em estilo do «modernismo Arte Nova».

A fachada principal, sem ter em conta os volumes de anexos, divide-se em cinco partes. As suas partes laterais, salientes em relação à restante fachada, são compostas, ao nível do piso parcialmente enterrado, por duas pequenas aberturas gradeadas de topo arqueado. Ao nível do piso de entrada, existem duas janelas retangulares gradeadas. No piso superior existem três janelas, duas retangulares a ladear uma de topo semicircular. Ao centro encontramos a entrada principal, acedida por um pequeno lanço de escadas, tratando-se de uma porta de topo semicircular e emoldurada por duas colunas que suportam um entablamento encimado por um frontão trabalhados a pedra. Esta entrada principal encontra-se ladeada, em ambos os lados, ao nível do piso semi-enterrado, por uma abertura igual à das partes laterais, e ao nível do piso de entrada por uma janela com os cantos do topo cortados, que possuem os seus próprios frontões, onde se encontram esculpidas a data de fundação e edificação da agência de Leiria. Ao nível do piso superior existem três janelas no alinhamento dos vãos do piso de entrada, separadas por pilastras, sendo as laterais retangulares e a do centro com o topo de cantos cortados.

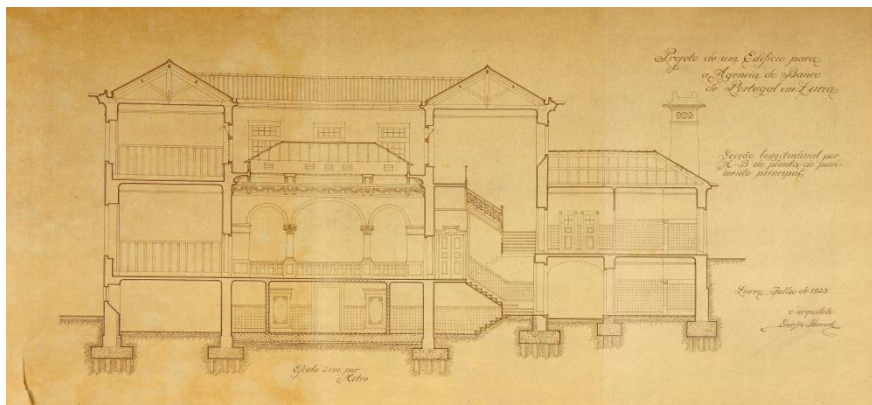


Fig 99. Corte longitudinal do edifício da agência de Leiria.

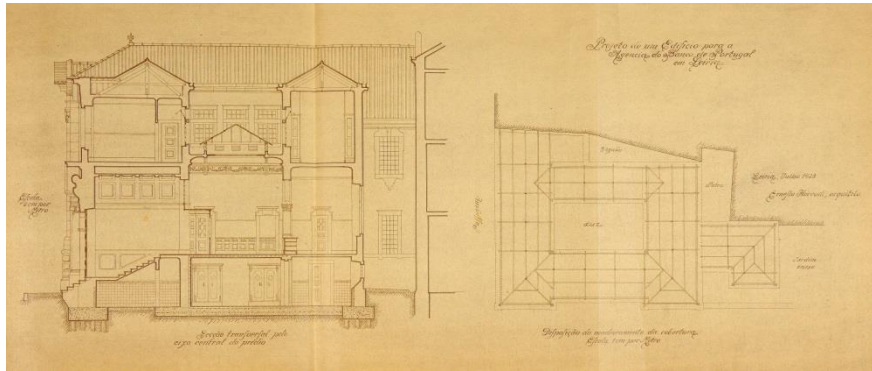


Fig 100. Corte transversal e esquema da cobertura do mesmo edifício.

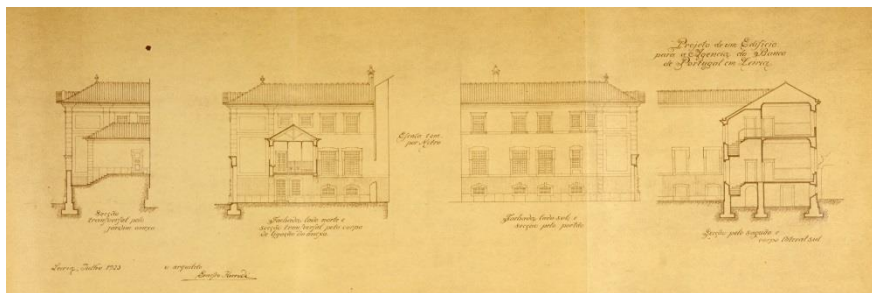


Fig 101. Cortes diversos do mesmo edifício.

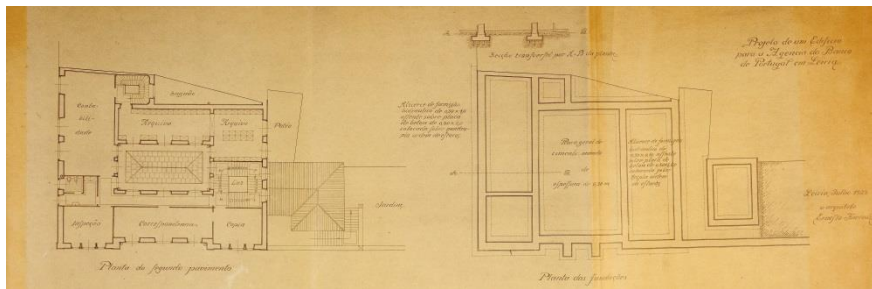


Fig 102. Planta do piso superior e das fundações do mesmo edifício.

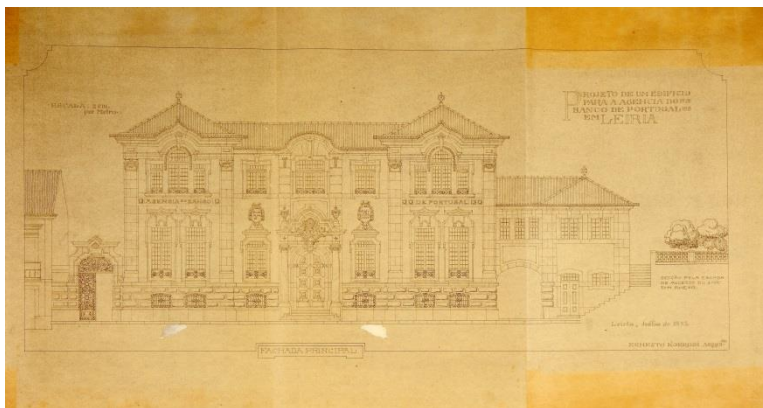


Fig 103. Alçado principal do mesmo edifício.

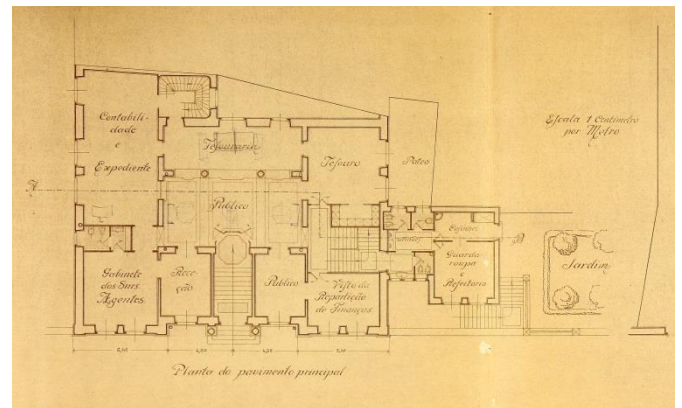


Fig 104. Planta do piso de entrada do mesmo edifício.

Neste edifício é importante referir o trabalho de ornamento dos portões e grades das janelas, assim como os capitéis e esculturas dos frontões, pela sua índole orgânica característica da «Arte Nova». A sua cobertura é feita em madeira e telha, e existe também um espaço de pátio central coberto com uma claraboia de ferro e vidro.



Fig 105. Fotografia do edifício da agência de Angra do Heroísmo.



Fig 106. Desenho do alçado principal e posterior da agência de Angra do Heroísmo.



Fig 107. Vista aérea do edifício da agência de Angra do Heroísmo.

Projeto para Agência do Banco de Portugal em Angra do Heroísmo

Arquiteto/Engenheiro responsável: Engenheiro José Abecassis.

Data de aprovação/realização do projeto: 1927 (Alteração do original realizado pelo Engenheiro Francisco Assis Coelho Borges em 1920).

Data de Inauguração do Edifício: 1933.

Morada do Edifício: Rua da Sé, Angra do Heroísmo.

Data de encerramento dos serviços: 31 de Agosto de 1993.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: Repartição das Finanças.

Observações: Trata-se de um edifício de dois pisos, estando um deles parcialmente enterrado, inserido no seguimento de uma rua, de modo que as suas fachadas laterais se encontram encostadas aos edifícios adjacentes.

A sua fachada principal é composta por três partes. Ao centro encontramos a porta de entrada, emoldurada por colunelos que suportam um arco em semicírculo e por cima deste existe um pequeno óculo envolvido por elementos trabalhados em pedra. Este conjunto, que se encontra ligeiramente destacado na fachada, é coroado por um frontão também esculpido em pedra. Nas partes laterais da fachada principal existem três janelas em cada lado, correspondentes ao piso superior, uma com topo arqueado e duas retangulares a ladeá-la. Por baixo destas janelas existem três pequenas aberturas gradeadas, quase ao nível do solo, que servem o piso inferior. O topo destas partes laterais é rematado por um friso e uma guarda feitos em pedra.

2.4 _ Análise dos Projetos

Após termos observado os diversos projetos feitos ao longo deste período de tempo e a sua evolução, iremos analisar como os diversos arquitetos usaram os seus recursos para os desenvolver, as opções tomadas, assim como possíveis semelhanças e diferenças.

Esta análise irá recair principalmente sobre a composição das fachadas, e não tanto sobre a organização espacial. Isto porque a quantidade de material gráfico a nível de plantas e cortes não é tão abundante quanto gostaríamos. Esta questão de dificuldade de acesso a elementos desenhados de espaços privados de instituições bancárias deve-se a questões de segurança e é comum, não só em Portugal mas também em outros casos a nível internacional. O que pode ser uma das razões que leva o estudo dos programas bancários a ser algo negligenciado pela história da arquitetura.³⁷

Como podemos observar nas imagens dos edifícios das agências desenhados por Adães Bermudes, pelas reproduções dos desenhos deste arquiteto também para estes edifícios, alguns dos quais não tiveram seguimento, assim como pelas descrições feitas nas fichas dos projetos, existem fatores comuns a grande parte das suas criações. Isto deveu-se sobretudo ao facto da necessidade de unidade e coerência entre as diversas construções, de maneira a criar a imagem de marca que o Banco de Portugal requeria para as suas agências. Contudo, fazia também todo o sentido existirem características de distinção entre os diversos projetos, permitindo espaço para a inovação. Parece-nos de igual maneira óbvio, que a mudança de local e cenário refletia-se nas opções de desenho, que Adães Bermudes soube resolver adequadamente. Estas opções variavam, não só para se adequarem ao sítio de implantação do edifício, mas também de maneira a conferir-lhe certas características da arquitetura da sua região.

Os edifícios do Banco de Portugal desenhados por Adães Bermudes possuíam, ou em alguns casos possuiriam, entre apenas um piso (agência de Bragança; projeto para a agência da Horta), e seis pisos (projeto para a sede em Lisboa). Porém, na sua maioria

³⁷ Brites, Joana, Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: Modelos e Programas Arquitectónicos na Construção do Estado Novo (1929-1970).

detinham dois pisos (agência de Évora; agência de Vila Real; agência de Setúbal; agência de Coimbra – apesar da fachada posterior apresentar o espaço da cave), ou três pisos (primeira agência de Viseu; agência de Faro).

As fachadas principais desenhadas para estas edificações compunham-se, maioritariamente, em três partes ou três planos, identificáveis longitudinalmente, num esquema de «A-B-A». Como exceção temos as agências de Viseu, de Faro e o projeto para a sede em Lisboa, que eram compostas por um esquema de «A-B-C-B-A», tratando-se o «A», no caso de Viseu e Faro, de um volume adjacente ao principal, mas em segundo plano. Outra exceção que se pode ser considerada, trata-se do caso da agência de Coimbra, onde encontramos na parte esquerda uma volumetria cilíndrica, lendo-se assim a fachada como «A-B-C». Note-se que não foram considerados os elementos de divisão da fachada como pilastras ou colunas/colunelos, para a contagem da divisão de partes, tendo sido considerada apenas a distribuição dos vãos.

No que diz respeito aos elementos compositivos e ornamentais, foram usados arcos: semicirculares; em ferradura; ou em ferradura quebrada, sobretudo para a moldura dos vãos. Foram utilizados frontões esculpidos em diversas formas para o coroamento central das fachadas, muitas vezes com um mural inscrito, ou triangulares para encimar algumas janelas. Umhas vezes foram utilizadas pilastras com variadas estereotomias e com pormenores entalhados, que rematavam as extremidades da fachada ou separavam elementos desta. Outras vezes recorria-se ao uso de colunas adossadas ou colunelos, também a emoldurar vãos ou a separá-los. Era também comum o uso de frisos, laminados horizontalmente, que separavam os vãos dos frontões. Assim como embasamentos vencidos por alguns degraus.

O piso térreo de alguns destes edifícios, como é o caso da agência de Évora, Viseu e Vila Real, era marcado por um carácter austero devido ao acentuado uso da pedra, a qual envolvia todos os detalhes. Este uso tornava-se mais dissimulado nos pisos superiores, com a exceção do caso de Vila Real, visto não existir um piso superior e apenas um inferior semienterrado.

Adães Bermudes utilizava como materiais de eleição, para a quase totalidade das edificações: a pedra e o betão armado para elementos estruturais e ornamentais; o ferro e

o vidro sobretudo nos vãos e em claraboias; a madeira e os telhados para as coberturas.

Outra das características de alguns destes edifícios era a existência de um espaço central. Tratasse-se de um pátio, salão, ou *hall*, com cobertura normalmente de desenho octogonal. Isto acontece no edifício da agência de Coimbra, tratando-se de um salão no piso térreo, coberto por uma claraboia de ferro e vidro, que permite uma visão ampla e circular do espaço. No projeto para o edifício da sede em Lisboa existiriam dois destes espaços, para além de um pátio não coberto entre estes. No edifício de Vila Real este espaço é coberto por abóbada ao invés de claraboia, e possui ainda, como solução de iluminação, um pequeno zimbório. Para além destes espaços, importa também referir a constante utilização de cúpulas abobadadas, sendo estas associadas a espaços normalmente de planta octogonal, servidos pela fachada principal e em alguns casos a fachada posterior.

Quanto aos restantes projetos, realizados por diferentes arquitetos, podemos identificar, à exceção do projeto para a agência de Leiria, a utilização de uma semelhante linguagem arquitetónica comparando com os trabalhos realizados por Adães Bermudes. Apesar de poderem ser identificados aspetos em comum relativamente às escolhas dos estilos aplicados, cada projeto pode ser distinguido consoante o seu autor, o que pode ser explicado pelo que já referimos acerca do carácter de individualidade inerente à aplicação do ecletismo.

O engenheiro Francisco Assis Coelho Borges, para o edifício da agência da Angra do Heroísmo (mais tarde alterado pelo engenheiro José Abecassis), opta por uma composição da fachada simples e sem grandes detalhes, possivelmente devido ao reduzido espaço de implantação e à sua integração urbana.

O arquiteto João de Moura Coutinho, por sua vez, tanto no edifício da agência de Braga como no segundo edifício da agência de Viseu, demonstra o gosto pelo uso da pedra como material de eleição, o qual usa em praticamente a totalidade das fachadas. Também é importante referir a sua utilização volumes cilíndricos cobertos por cúpulas que se elevavam em relação às fachadas, e que marcavam as esquinas das ruas.

O engenheiro José Abecassis revela, no trabalho desenvolvido para o edifício da filial no Porto, o interesse pela simetria da fachada principal (tendo em conta as alterações feitas ao projeto pioneiro para este edifício, no mesmo local, realizado por Teixeira Lopes e Ventura Terra). A caracterização do piso térreo é feita de modo a dotá-lo de maior austeridade em relação aos restantes, estando este desprovido de considerável dose de ornamentação e possuindo uma certa simplicidade no desenho dos vãos e estereotomia da pedra que compõe a fachada.

O arquiteto Eurico Salles Viana, no edifício da agência de Castelo Branco, apresenta também o interesse pelo uso da pedra na totalidade das fachadas, mas com estereotomia idêntica à do tijolo. Confere também importância à volumetria que surge no cruzamento de ruas, mas adota tanto neste volume como no desenho dos vãos um carácter mais retilíneo na sua composição em detrimento dos elementos circulares e semicirculares.

Por fim, temos o arquiteto Ernesto Korrodi que adota, para a composição do projeto do edifício da agência de Leiria, um estilo semelhante ao que era corrente até esta altura (na tipologia bancária), mas com a pontual aplicação do estilo «modernismo Arte Nova», que podemos encontrar na ornamentação dos gradeamentos e portões metálicos. O facto do estilo «Arte Nova» só se encontrar presente, pontualmente, em apenas um dos edifícios de agências do Banco de Portugal, deve-se sobretudo à sua tardia aceitação por grande parte dos arquitetos portugueses intervenientes neste período de tempo³⁸, e pela iminente implementação dos ideais da arquitetura do Estado Novo, os quais iremos apresentar nos projetos do próximo capítulo.

³⁸ Figueiredo, Rute, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*.

3 _ O Banco de Portugal no Estado Novo (1930-1955)

Esta terceira e última época, na qual se irá focar o nosso estudo, encontra-se entre 1930 – ano da realização do anteprojecto de Duarte de Almeida para a agência do Banco de Portugal da Horta – e 1955 – ano da aprovação do projecto por parte dos Serviços de Obras do Banco de Portugal para o edifício da agência de Viana do Castelo. Este período de estudo abrange os projectos realizados para o Banco de Portugal, de acordo com os ideais da arquitectura do Estado Novo, durante o qual foram criados alguns edifícios de raiz de agências que ainda não os possuíam (agências da Horta, Funchal, Beja, Aveiro, e Viana do Castelo). Vamos também poder analisar projectos que não tenham tido seguimento (projecto para o edifício da agência do Funchal e para a sede em Lisboa), para além de um caso de adaptação de uma pré-existência (segundo edifício da agência de Bragança).

De fora da nossa análise dos projectos relativos a edifícios do Banco de Portugal, ficam apenas o projecto de Jorge Soares da Costa, realizado para a agência de Santarém em 1981, do qual não obtivemos qualquer elemento gráfico e por se encontrar fora dos períodos de tempo propostos. Também à margem de análise da nossa parte, estão, quaisquer obras de alteração que tenham sido realizadas nestes edifícios ao longo do tempo, assim como as agências que tenham sido projectadas ou construídas para cidades sede de concelho, nas quais se incluem: a agência da Covilhã (fundada a 1 de Abril de 1919 e encerrada a 1 de Julho de 1977); a agência de Guimarães (fundada a 1 de Junho de 1920 e encerrada a 31 de Dezembro de 1988; a agência da Figueira da Foz (fundada a 1 de Julho de 1921 e encerrada 6 de Julho de 1977); a agência de Lamego (fundada a 1 de Março de 1923 e encerrada a 25 de Agosto de 1977); a agência de Estremoz (fundada a 13 de Junho da 1928 e encerrada a 23 de Junho de 1977); a agência de Elvas (fundada a 1 de Abril de 1929 e encerrada a 2 de Setembro de 1977); a agência de Moura (fundada a 15 de Março de 1932 e encerrada a 22 de Junho de 1977); a agência de Portimão (fundada a 9 de Maio de 1932 e encerrada a 12 de Agosto de 1977); a agência de Vila Real de Santo António (fundada a 9 de Maio de 1932 e encerrada a 21 de Julho de 1977); a agência das Caldas da Rainha (fundada a 2 de Abril de

1945 e encerrada a 30 de Junho de 1989); a agência de Mirandela (fundada a 2 de Outubro de 1950 e encerrada a 24 de Agosto de 1977); a agência de Tomar (fundada a 1 de Setembro de 1958 e encerrada a 24 de Junho de 1977); e também as agências de Loulé, Torres Vedras, e Olhão, que funcionaram apenas através de correspondência privativa, tendo encerrado os serviços, respetivamente, a: 31 de Dezembro de 1929; 30 de Setembro de 1932; e 24 de Dezembro de 1932.³⁹

Seguem-se as «Fichas de Informação» relativas a estes projetos que nos propomos estudar.

³⁹ Informação disponível no *site* oficial do Banco de Portugal, mais especificamente: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/ArquivoHistorico/Paginas/Agencias.aspx> (consultado em Setembro de 2013).



Fig 108. Fotografia do edifício da agência da Horta.

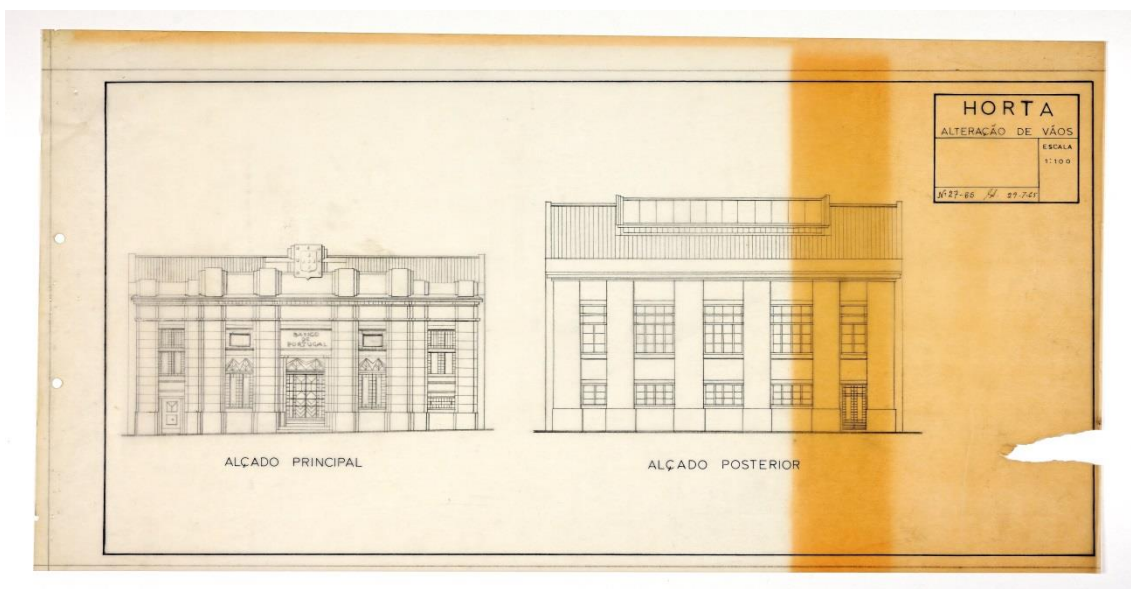


Fig 109. Desenho do alçado principal e posterior da agência da Horta.



Fig 110. Fotografia do seguimento de rua, na qual está inserido o edifício da agência da Horta.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal na Horta

Arquiteto/Engenheiro responsável: Duarte de Almeida.

Data de aprovação/realização do projeto: 1930.

Data de Inauguração do Edifício: 1935.

Morada do Edifício: Rua Conselheiro Medeiros, Horta.

Data de encerramento dos serviços: 31 de Dezembro de 1992.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Trata-se de um edifício de dois pisos, apesar de a zona de entrada servir um piso intermédio a partir do qual se faz a distribuição do espaço.

A fachada principal está dividida em cinco partes, separadas por largas pilastras estilizadas que se estendem até à cobertura e que são brevemente interrompidas por uma cornija saliente. Ao centro encontramos a porta de entrada, sendo este vão mais largo que os restantes. A ladear esta porta e a servir o mesmo piso intermédio existe uma janela retangular em ambas as direções. Nas partes relativas às extremidades da fachada existe um vão por piso, todos retangulares, sendo os correspondentes ao piso superior da mesma dimensão, e em relação ao piso inferior, existe um mais curto na parte direita, e um que se estende até ao solo na parte esquerda. Todos os vãos possuem gradeamentos em ferro com expressão «Art Deco», e por servirem pisos tanto intermédios como semienterrados, conferem uma leitura de desalinho dos vãos da fachada. Por cima da porta principal encontra-se um mural onde se pode ler: «Banco de Portugal», e a coroar todo o conjunto existe um frontão esculpido a pedra.

A fachada é toda construída em pedra calcária, assim como o passeio correspondente, e a sua cobertura original foi feita em chapa ondulada de fibrocimento.⁴⁰

⁴⁰ Informação das «Observações», assim como informação adicional acerca da zona de implantação deste edifício acessível em: http://www.inventario.iacultura.pt/faial/horta_fichas/71_11_177.html (consultado em Setembro de 2013).

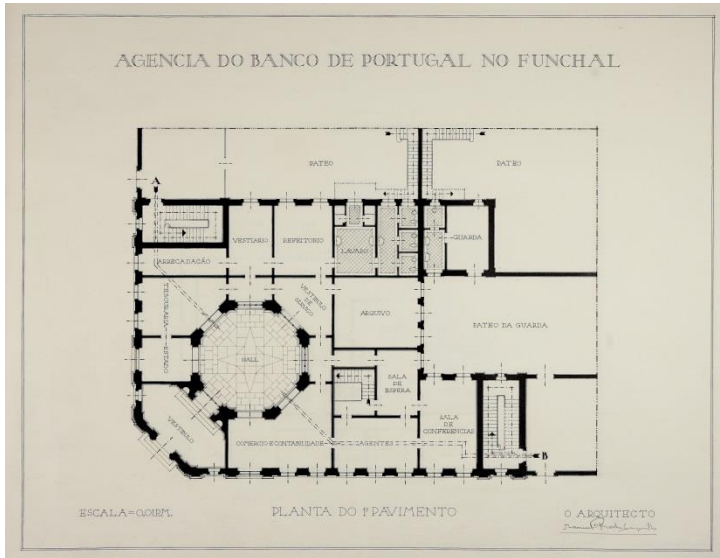


Fig 111. Planta do piso térreo do projeto (sem seguimento) para a agência do Funchal.

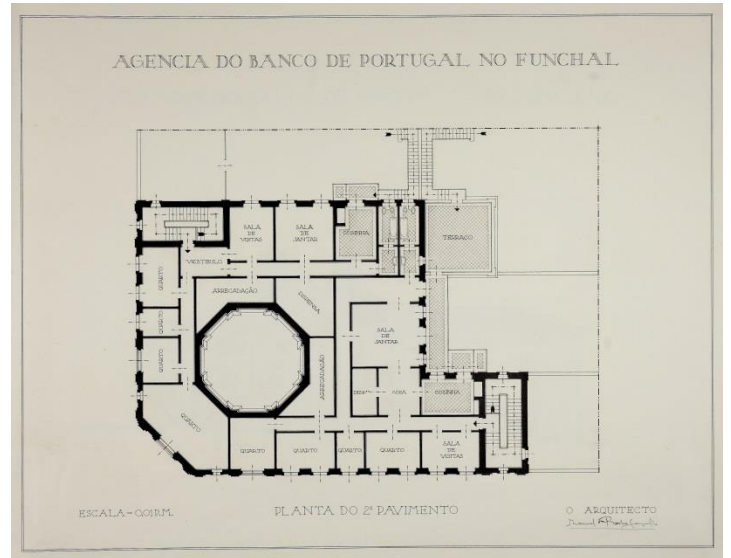


Fig 112. Planta do 1º andar do mesmo projeto.

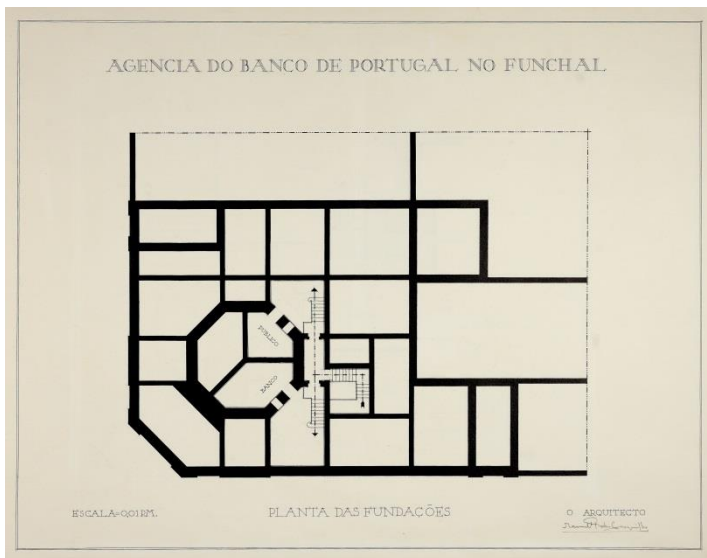


Fig 113. Planta das fundações do mesmo projeto.



Fig 114. Corte pelo que seria o espaço central do edifício.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal no Funchal

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Manuel Rocha Casquilho.

Data de aprovação/realização do projeto: 1937 (projeto sem seguimento).

Data de Inauguração do Edifício: -

Morada do Edifício: -

Data de encerramento dos serviços: -

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Relativamente a este projeto, ao contrário do que temos vindo e analisar, a informação disponível baseia-se em plantas e cortes. Não conseguimos ter acesso a alçados nem desenhos de como seria o exterior do edifício.

Pelo que podemos observar das imagens às quais tivemos acesso, os espaços deste edifício distribuir-se-iam por dois pisos, com uma compartimentação adicional ao nível das suas fundações. O elemento da sua composição que se destaca é sem dúvida o espaço octogonal, que serviria como *hall* no piso térreo, em redor do qual seria feita a compartimentação do edifício. O pé direito deste espaço prolongar-se-ia até à cobertura, por onde seria feita a iluminação natural através de uma claraboia desenhada de modo a prevenir a incidência direta de luz solar. No piso térreo, bem como em parte das fundações, existiriam os programas referentes ao funcionamento dos serviços do Banco. No piso superior existiriam exclusivamente espaços privados, referentes aos aposentos dos trabalhadores do Banco. Os acessos a este piso seriam independentes do acesso ao piso térreo, sendo estes feitos através de portas existentes nas fachadas posteriores que dariam acesso a caixas de escadas que fariam a ligação ao piso superior, mas que não possuiriam ligação interior ao piso térreo.



Fig 115. Fotografia do edifício da agência do Funchal.

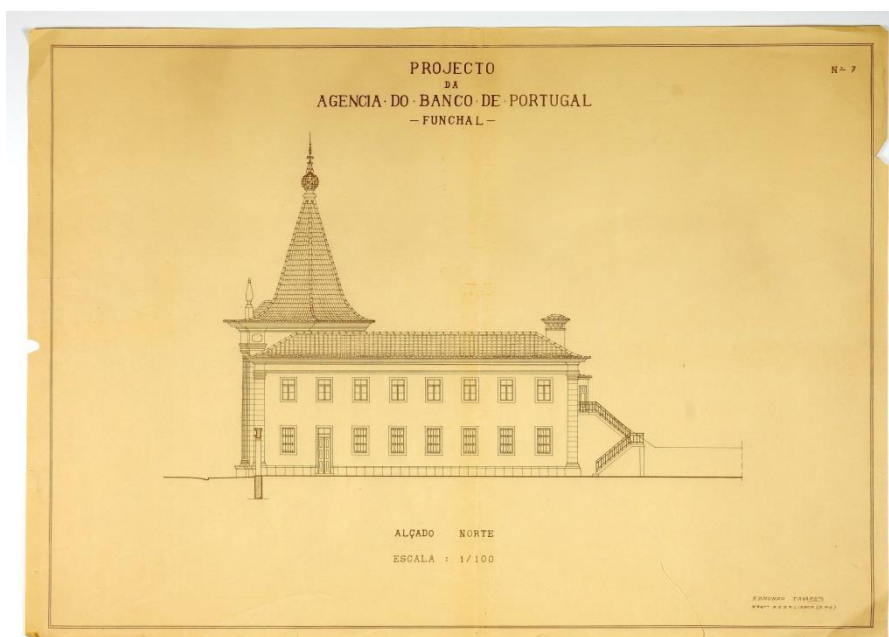


Fig 116. Desenho do alçado Norte (posterior) da agência do Funchal.



Fig 117. Vista aérea do edifício da agência do Funchal.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal no Funchal

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Edmundo Tavares.

Data de aprovação/realização do projeto: 1937.

Data de Inauguração do Edifício: 1940.

Morada do Edifício: Avenida Arriaga, Funchal.

Data de encerramento dos serviços: -

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Trata-se de um edifício de dois pisos, situado numa esquina de quarteirão. À semelhança dos edifícios das agências de Vila Real e Castelo Branco tem a sua zona de entrada voltada para o cruzamento de duas ruas, sendo esta correspondente à volumetria que se destaca na fachada, tratando-se neste caso de um volume de planta hexagonal, possuindo uma cobertura a telha com a configuração de pirâmide, que se eleva em relação à restante.

A existência desta volumetria (gaveto) que se volta para a esquina do quarteirão tem o mesmo fundamento do caso do edifício da agência de Castelo Branco, ou até mesmo a de Braga, apesar de nesse caso não se situar, nesse volume, a entrada principal. Na parte central deste volume, ao nível do piso térreo, existe a porta de entrada principal do edifício. Esta porta é o único vão existente nesta porção de fachada, estando encimada por um mural emoldurado por diversas esculturas, onde se pode ler: «Banco de Portugal». Este tramo está separado dos laterais por colunas adossadas. Os tramos laterais deste volume principal possuem também apenas um vão, tratando-se de uma janela de forma elíptica, gradeada, e correspondente ao piso superior. A nível do piso inferior, ainda nestes tramos laterais, existe um pequeno nicho de topo semicircular, onde se encontra inserida uma escultura. Os seus extremos são compostos por pilstras que se elevam até à zona da cobertura.

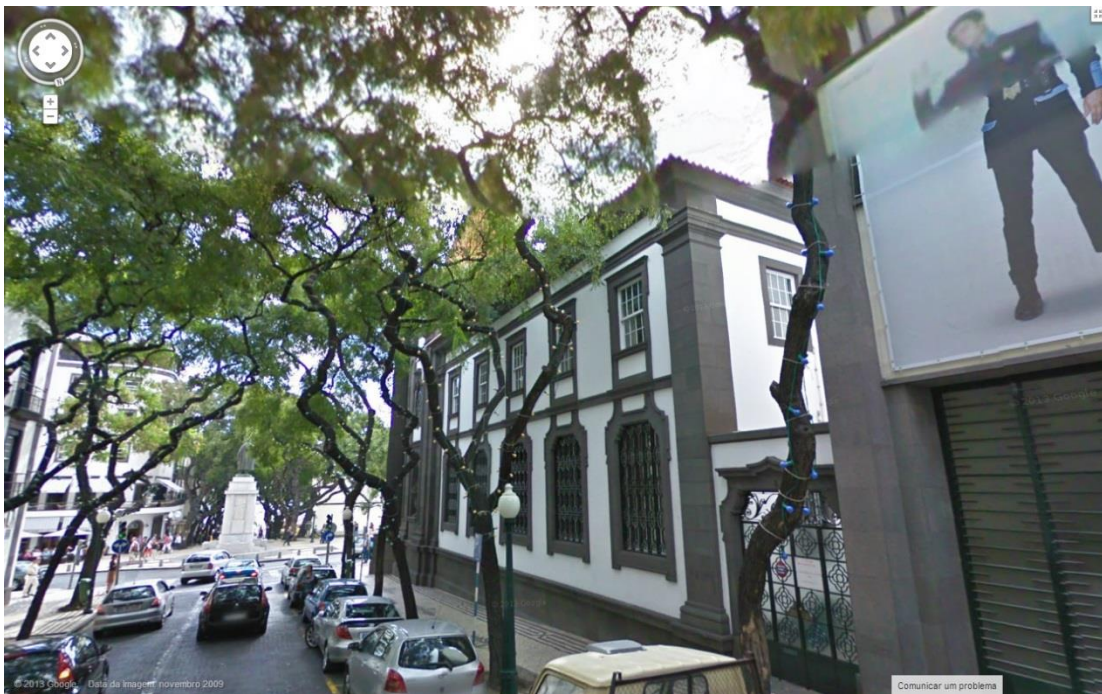


Fig 118. Vista de uma das fachadas laterais (principais) da agência do Funchal.



Fig 119. Fotografia da zona de entrada principal da agência do Funchal.

As fachadas que ladeiam o volume principal são compostas por cinco janelas retangulares ao nível do piso superior, e por outras cinco janelas gradeadas, com os cantos do topo cortados, ao nível do piso inferior.

O alçado norte, que é um dos alçados posteriores, é composto por oito vãos por piso, tratando-se um destes de uma porta, ao nível do piso térreo, e os restantes janelas, todos retangulares. Apenas as janelas do piso térreo se encontram gradeadas. As extremidades deste alçado são feitas por pilastras nas laterais, uma base junto ao solo, e por cornija junto à cobertura.

Também importante de referir neste edifício é o uso dos tons cinza (para os elementos estruturais) e branco (para a restante fachada). Os tons cinza provêm da «pedra lavrada» (cantaria dura ou rija), uma rocha vulcânica bastante usada em construções da região. De branco, para além da simples pintura, temos elementos esculpidos em mármore branco.⁴¹

⁴¹ Informação adicional na *Newsletter*, que juntamos em anexo.

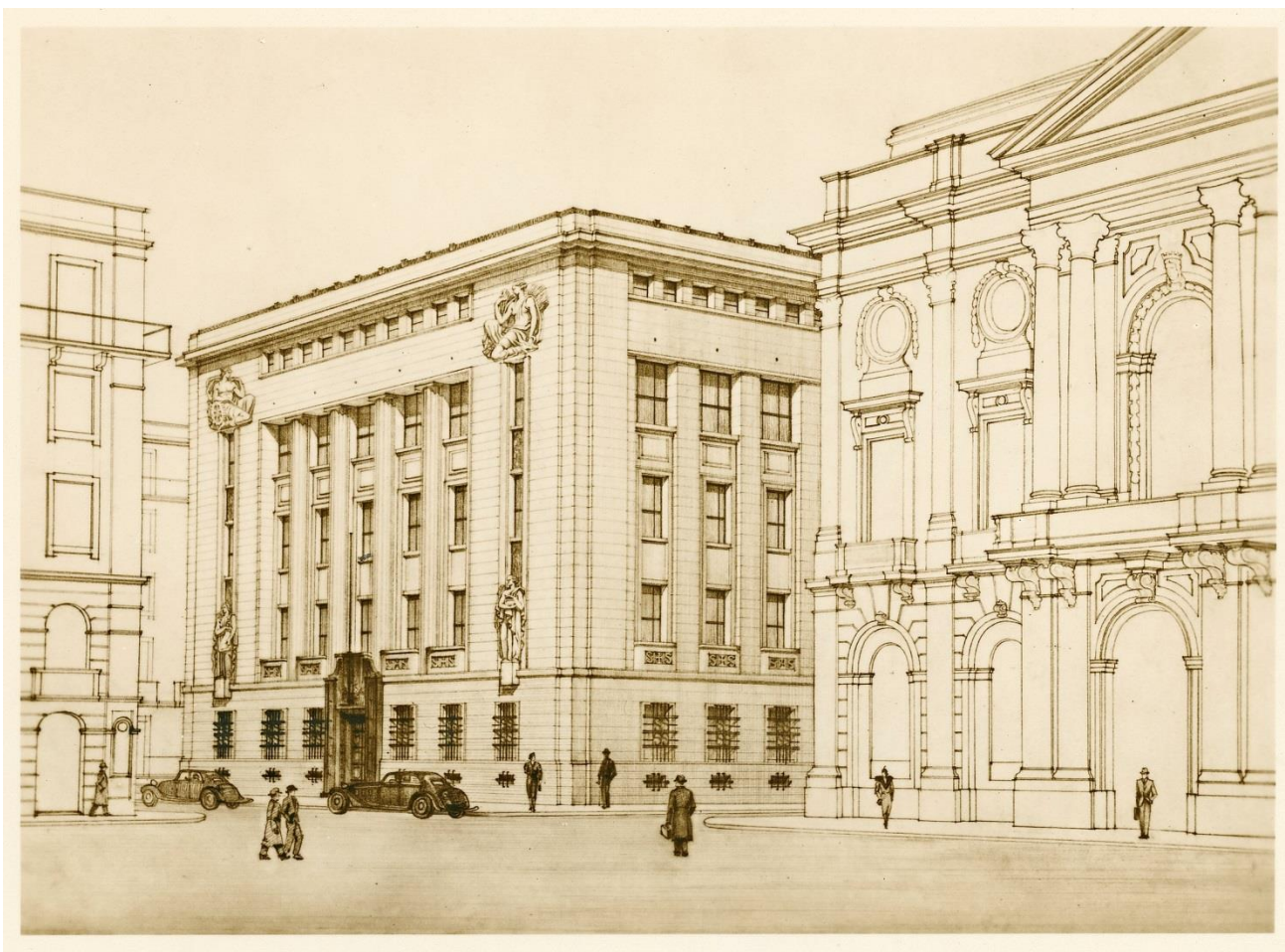


Fig 120. Desenho da fachada voltada para o largo de S. Julião, do projeto de Pardal Monteiro, para a sede em Lisboa.



Fig 121. Desenho da fachada sobre a rua do Comércio, do projeto de Pardal Monteiro, para a sede em Lisboa.

Projeto para a Sede do Banco de Portugal em Lisboa

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Porfírio Pardal Monteiro.

Data de aprovação/realização do projeto: 1938 (sem seguimento).

Data de Inauguração do Edifício: -

Morada do Edifício: -

Data de encerramento dos serviços: -

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Este projeto, à semelhança do realizado por Adães Bermudes para o mesmo local, antevia a construção de um monumental edifício que ocuparia a totalidade da extensão do quarteirão de S. Julião, na baixa de Lisboa. Como podemos observar nas imagens, o edifício seria composto por cinco pisos acima do solo. Apenas podemos especular sobre a existência de um piso adicional semienterrado, que pode ser evidenciado pelas pequenas aberturas que pontuam a fachada junto ao solo. É também observável a divisão do conjunto desenhado em três volumes, sendo os das extremidades idênticos, e o central ligeiramente mais alto, mais largo, e saliente relativamente à fachada.

A fachada principal estaria, neste caso, voltada para a rua do Comércio, ao contrário do projeto de Adães Bermudes para o mesmo lote, que definia a fachada principal voltada para a atual rua Áurea. A fachada principal estaria dividida em três partes: Ao centro, no piso térreo, existiriam três portas emolduradas por pilastras e frontões, de ambos os lados destas existiriam três janelas retangulares gradeadas, e nas extremidades deste volume central uma outra janela semelhante às restantes. No 1º, 2º e 3º andar surgiriam, no alinhamento dos vãos inferiores, janelas retangulares, sendo apenas interrompidas, por elementos esculpidos, nas extremidades do 1º andar desta parte central. Nas extremidades do piso superior existiriam, em detrimento de vãos, outros elementos esculpidos de considerável proporção, sobressaindo no desenho da fachada. Entre estes existiriam janelas ligeiramente mais estreitas em relação às

restantes, que se encontravam ladeadas por adicionais elementos esculpidos. É também importante referir que, apesar desta parte central da fachada se encontrar ligeiramente saliente em relação às partes laterais, os vãos do 1º, 2º e 3º andar encontram-se recuados, estando, deste modo, no alinhamento dos vãos das partes laterais; Nos volumes laterais, os vãos seriam idênticos aos do volume central no que diz respeito aos quatro primeiros pisos, sendo estes apenas cinco por piso. Ao nível do 4º andar, que seria um pouco mais baixo comparando com o volume central, existiriam dez pequenas janelas em fiada encimadas por cornija saliente. O alçado da fachada principal que vemos na imagem com certo distanciamento, não poderia ser disfrutado naquelas condições, visto que, apesar da rua do Comércio se tratar de uma das mais largas da Baixa, a perspetiva que nos seria possível contemplar seria sempre uma visão do edifício de esguelha.⁴²

A fachada voltada para a atual rua Áurea possuiria apenas uma porta, a nível do piso térreo, sendo esta também ladeada por três janelas retangulares gradeadas a cada lado. Os vãos dos pisos superiores seguiriam no alinhamento dos do piso térreo, como acontece na fachada principal, com a diferença dos vãos do 4º andar serem substituídos por um painel onde se leria: «Banco de Portugal».

A fachada voltada para o largo de S. Julião seria idêntica, ao nível do piso térreo, à sua oposta. Nos restantes pisos, misturaria a composição dos volumes central e laterais da fachada principal, possuindo sete vãos por piso, com exceção para o 1º e 4º andar onde existiriam, cinco e dez vãos respetivamente.

O desenho destas fachadas, devido à sua materialidade e composição, poderia então ser eventualmente considerada, em Portugal, «moderna».⁴³

⁴² Matos, José Sarmento de; Paulo, Jorge Ferreira, Um Sítio na Baixa: A Sede do Banco de Portugal, p. 156.

⁴³ Idem.



Fig 122. Fotografia «antiga» do edifício da agência de Beja.

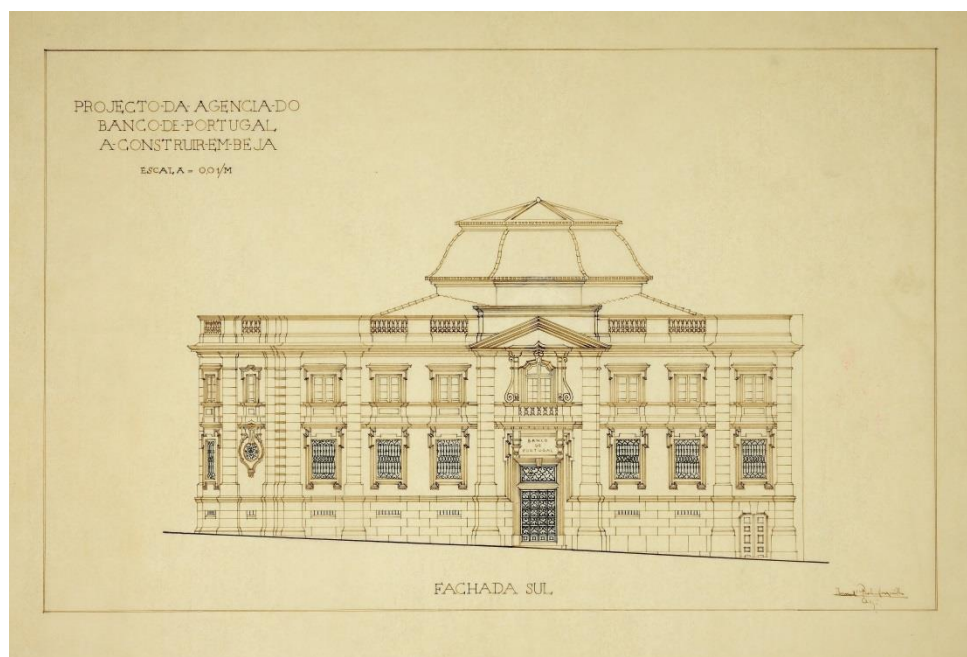


Fig 123. Desenho da fachada principal da agência de Beja.



Fig 124. Vista aérea do edifício da agência de Beja.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Beja

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Manuel Rocha Casquilho.

Data de aprovação/realização do projeto: 1942.

Data de Inauguração do Edifício: 1948.

Morada do Edifício: Rua de St^o André, Beja.

Data de encerramento dos serviços: 31 de Dezembro de 1992.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Trata-se de um edifício de três pisos, estando o piso térreo parcialmente enterrado. Por esta razão, a zona de entrada principal é feita através de um piso intermédio ao térreo e 1^o andar, à semelhança do que acontece no edifício da agência da Horta.

A fachada principal está dividida em seis partes, num esquema de «A-B-C-D-C-B», sendo o «A» correspondente a uma volumetria circular que faz a transição para a fachada lateral esquerda. Ao centro das restantes partes temos a zona de entrada, feita por um portão em ferro trabalhado, por cima deste encontra-se uma janela retangular também gradeada que por sua vez está encimada por um mural onde se pode ler: «Banco de Portugal». Ao nível do piso superior existe uma varanda que serve uma janela de sacada, cuja forma do seu topo só encontra semelhança em outra correspondente à parte central da fachada lateral esquerda. Esta janela encontra-se ladeada por estreitas pilastras estilizadas. Este conjunto de vãos está ladeado por pilastras mais largas que se elevam do solo até à cornija que antecede um frontão de pedra trabalhada com linhas bastante demarcadas. Dos lados desta parte central existem dois vãos por piso, sendo os do piso térreo pequenas frestas retangulares na horizontal, que perfuram a fachada e se encontram gradeadas. No 1^o andar as janelas são retangulares, gradeadas e emolduradas por pedra trabalhada. No piso superior as janelas aparentam ser também servidas por varandas, mas sendo estas encostadas à restante fachada, ao contrá-



Fig 125. Fotografia «recente» do edifício da agência de Beja.



Fig 126. Detalhe da fachada principal.



Fig 127. Fotografia de uma das fachadas laterais (posteriores) da agência de Beja.

-rio da central saliente. As partes das extremidades correspondentes ao «B» possuem apenas um vão por piso, assemelhando-se aos vãos das partes «C», com exceção da parte direita que ao invés da pequena fresta, possui um portão em ferro de acesso secundário ao edifício e que existe devido ao declive do terreno. Estas partes são ladeadas por pilastras idênticas às da parte central.

O volume cilíndrico comum à fachada principal e fachada lateral esquerda, possui três vãos por piso, separados por pilastras. No piso térreo trata-se de pequenas frestas gradeadas. No 1º andar existe uma janela retangular ao centro do conjunto, ladeada por janelas elípticas, todas gradeadas e emolduradas a pedra ligeiramente saliente. No piso superior as janelas são retangulares, sendo as laterais mais estreitas, todas servidas por recuadas varandas.

A fachada lateral esquerda assemelha-se, a nível de composição dos vãos, à fachada principal, com a diferença da sua parte central não possuir zona de entrada nem frontão junto à cobertura e estando este tramo mais próximo dos restantes por não se separado por pilastras.

A fachada lateral direita, devido a se encontrar voltada para o centro do quarteirão e não servir nenhuma rua, não possui elementos de destaque.

Devemos destacar a cúpula de planta octogonal coberta a telha que coroa o edifício, visível em redor das fachadas, sendo central na sua composição volumétrica, e que se especula servir um espaço central comparável aos já mencionados ao longo deste trabalho.



Fig 128. Fotografia da fachada principal do segundo edifício da agência de Bragança.

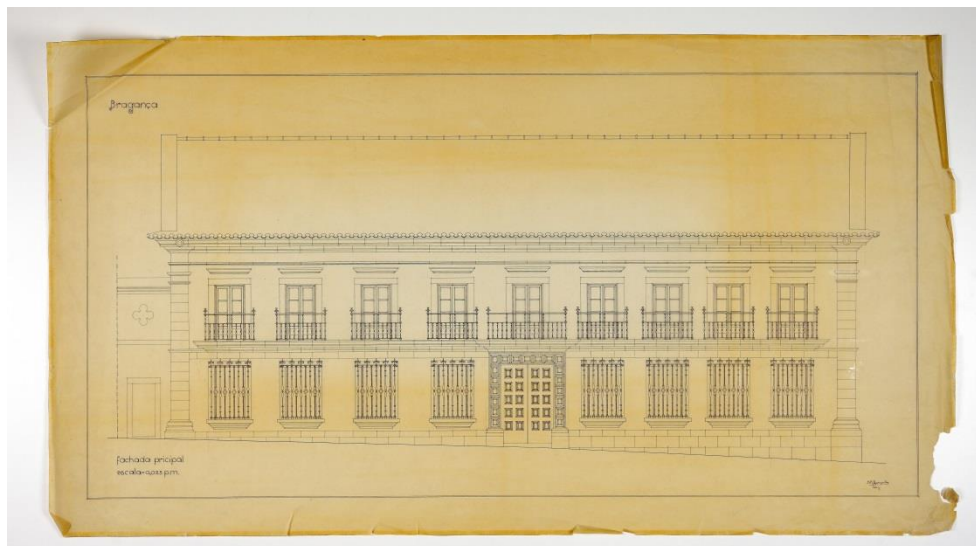


Fig 129. Desenho da fachada principal do segundo edifício da agência de Bragança.



Fig 130. Vista aérea do segundo edifício da agência de Bragança.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Bragança

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Manuel Rocha Casquilho.

Data de aprovação/realização do projeto: 1943.

Data de Inauguração do Edifício: 1947.

Morada do Edifício: Rua Abílio Beça, nº 105, Bragança.

Data de encerramento dos serviços: 31 de Maio de 1993.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Este projeto mostra a adaptação de uma pré-existência e não um edifício construído de raiz como temos vindo a abordar. Contudo, achámos importante integrá-lo no nosso estudo por se tratar de um edifício com alguma história e que foi sofrendo alterações ao longo dos tempos. Deste modo, ao invés da descrição dos elementos que compõem a sua fachada, iremos demonstrar as opções do arquiteto Manuel Rocha Casquilho (que realizou outros projetos para edifícios de raiz para agências do Banco de Portugal) no que diz respeito ao desenho da imagem deste «antigo» imóvel.

Este edifício é conhecido pelo nome de «Solar dos Vargas», cuja construção se estima ter sido realizada entre os finais do século XVII e princípios do século XVIII. Antes de se ter tornado posse do Banco de Portugal, este edifício tinha sofrido alterações estruturais na frontaria, resultantes da adaptação do seu rés-do-chão para fins comerciais, que substituíram as janelas por portas sem estilo, tornando o conjunto desproporcionado.⁴⁴

A intervenção do arquiteto Manuel Rocha Casquilho teve como base a restituição do traçado original do edifício, de maneira a restabelecer no seu desenho os padrões originais da época. A principal inovação tratou-se do arranjo dos espaços interiores do piso térreo, dos quais, infelizmente, não possuímos informação gráfica.

⁴⁴ I.d. http://centroartegracamorais.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=27706



Fig 131. Fotografia do edifício da agência de Aveiro.

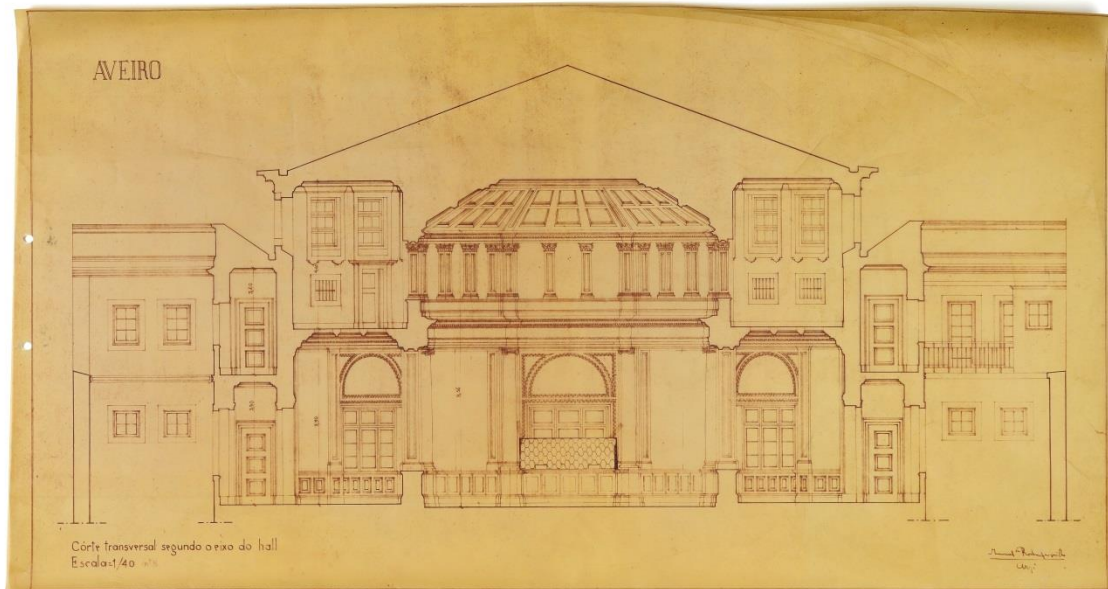


Fig 132. Corte transversal segundo o eixo do hall, do projeto para o mesmo edifício.



Fig 133. Vista aérea do edifício da agência de Aveiro.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Aveiro

Arquiteto/Engenheiro responsável: Arquiteto Manuel Rocha Casquilho.

Data de aprovação/realização do projeto: 1944.

Data de Inauguração do Edifício: 1953.

Morada do Edifício: Avenida Doutor Lourenço Peixinho, Aveiro.

Data de encerramento dos serviços: 31 de Julho de 1994.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: -

Observações: Trata-se de um edifício de dois pisos mais fundações, inserido num seguimento de diversos prédios com duas frentes, uma que serve a avenida Doutor Lourenço Peixinho e outra sem acesso rodoviário, junto à margem da Ria de Aveiro. No centro do conjunto existe um amplo espaço octogonal, que se estende até à sua cobertura através de um largo tambor também de forma octogonal. Nas ligações aos edifícios adjacentes estão abertos dois curtos pátios de forma retangular.

A fachada principal está dividida em três partes, separadas por duas pilastras de base elevada, tanto na zona central como nas extremidades. Na parte central encontra-se a zona de entrada principal do edifício, feita através de um portal de topo semicircular coberto por um portão em ferro. Por cima deste portal existe um baixo mural onde se pode ler: «Banco de Portugal». Este portal e mural encontram-se emoldurados por colunas adossadas que suportam um frontão interrompido pela abertura de uma janela retangular. Esta composição é coroada por um frontão triangular com diversas esculturas da figura humana, tanto no seu interior como no seu topo. As partes laterais são compostas por nove vãos cada: três pequenas aberturas retangulares gradeadas junto ao solo; três janelas retangulares, emolduradas por pedra trabalhada, no piso principal; e três janelas quadrangulares, emolduradas por pedra trabalhada, no piso superior. Esta fachada principal é caracterizada pelo contraste do uso da pedra a envolver os vãos, nos elementos estruturais e decorativos, com a restante parede pintada.



Fig 134. Fotografia do edifício da agência de Viana do Castelo.



Fig 135. Fotografia do gaveto do mesmo edifício.

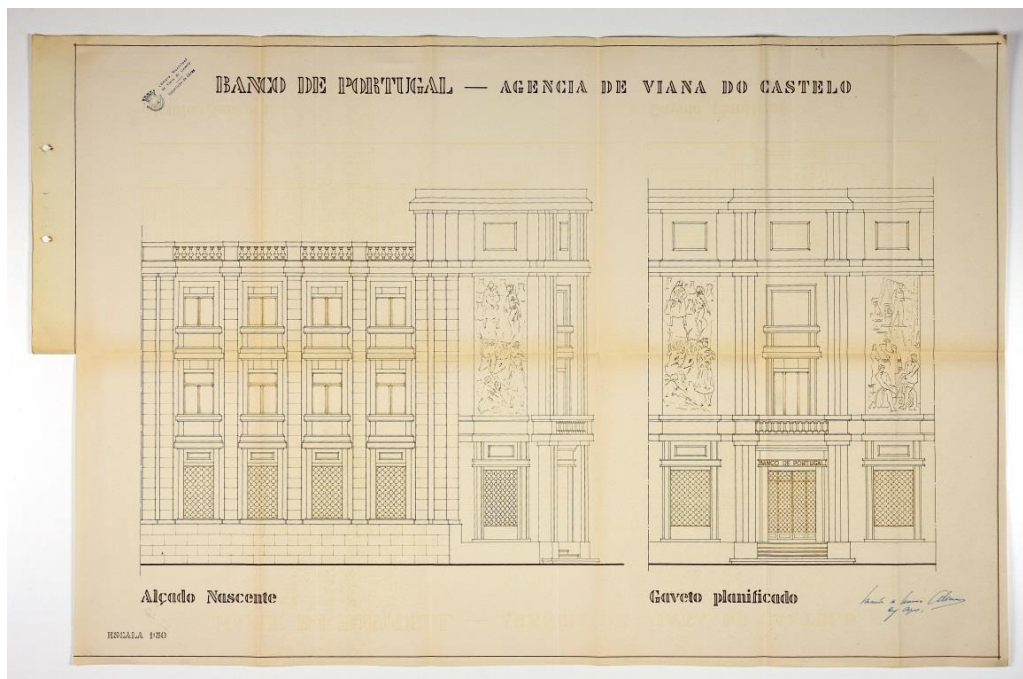


Fig 136. Desenho do alçado nascente e do gaveto planificado, do projeto para o mesmo edifício.



Fig 137. Vista aérea do edifício da agência de Viana do Castelo.

Projeto para a Agência do Banco de Portugal em Viana do Castelo

Arquiteto/Engenheiro responsável: Serviço de Obras do Banco de Portugal.

Data de aprovação/realização do projeto: 1955.

Data de Inauguração do Edifício: 1958.

Morada do Edifício: Praça de República, nº36, Viana do Castelo.

Data de encerramento dos serviços: 31 de Dezembro de 1992.

Nova tipologia para a qual foi adaptado: Museu do Traje.

Observações: Trata-se de um edifício de três pisos, destacando-se a volumetria da sua zona de entrada, voltada para a praça da república, ligeiramente mais alta, que encontra semelhança nos edifícios das agências de Braga, Castelo Branco, e Funchal, no que diz respeito à composição do edifício. O edifício assenta em um embasamento que eleva a cota do piso térreo, sendo este acedido através de umas escadas colocadas em frente à sua entrada. Os vãos deste edifício dividem-se em tramos separados por pilstras que partem do embasamento e se elevam até à cobertura, sendo apenas interrompidas por uma cornija nas fachadas laterais.

O gaveto é composto por três partes: Ao centro temos a porta de entrada retangular, gradeada, ligeiramente recuada, e encimada por um baixo mural onde se podia ler: «Banco de Portugal». No 1º andar existe uma janela de sacada, servida por varanda de largura de todo este tramo central. No piso superior existe uma janela retangular. Os vãos destes dois últimos pisos são emoldurados a pedra; Nos tramos laterais do gaveto, existe uma janela retangular gradeada, ao nível do piso térreo. No que diz respeito aos pisos superiores, existe um mural retangular, disposto na vertical, de pedra esculpida.

Na fachada nascente existem quatro tramos de vãos por piso, estando os do piso térreo gradeados, os do 1º andar são servidos por varandas (adicionadas «recentemente») e os do piso superior são ligeiramente mais baixos.

A fachada lateral a noroeste assemelhasse à nascente, com a diferença de possuir sete tramos de vãos por piso. Todos os vãos se encontram emoldurados a pedra.

3.1 _ Análise dos Projetos

Sobre estes projetos, que acabámos de observar nas respetivas fichas de informação, podemos encontrar diferenças claras relativamente aos projetos realizados antes da implementação dos ideais arquitetónicos do Estado Novo. Contudo, também existem algumas semelhanças e paralelismos com outros edifícios de agências do Banco de Portugal realizados anteriormente. Será sobre estas comparações com os projetos previamente realizados, para além de comparações entre os diversos projetos deste mesmo período, que irá incidir a nossa análise.

Começando pelo projeto de Duarte de Almeida para o edifício da agência da Horta, encontramos um tipo de implantação semelhante ao da agência de Angra do Heroísmo (seguimento de uma rua). Apesar da linguagem arquitetónica ser completamente diferente, podemos encontrar semelhanças, como a colocação da zona de entrada principal a eixo da fachada, encimada por frontão, ou a existência de um piso semienterrado.

O projeto de Manuel Rocha Casquilho para o edifício da agência de Aveiro possui semelhanças com o de José Abecassis para a filial do Porto, no que diz respeito à simetria das fachadas principais com elementos classicizantes transmitidos pelos frontões triangulares e linhas simples, apesar das formas dos edifícios e as suas implantações serem bastante diferentes.

O que é também comum a projetos tanto de uma época, como de outra, trata-se da criação de uma volumetria que se destaca (gaveto), voltada para um cruzamento de ruas, que serve normalmente de zona de entrada principal ao edifício. Isto pode ser observado nos edifícios das agências de Vila Real, Braga (apesar de não se tratar da zona de entrada), Castelo Branco, Funchal e Viana do Castelo, tratando-se em todos estes casos de edifícios com expressões bastante diferentes entre si.

Outra recorrência na composição da espacialidade dos edifícios de agências do Banco de Portugal diz respeito à existência de um espaço central, normalmente octogonal, que regula e condiciona a restante distribuição a nível de interiores, mas também

possui, de modo geral, elevada expressão no exterior do edifício. Seja pela extensão deste espaço até à cobertura, sobressaindo através da habitual cúpula que coroa uma parte do edifício, ou pela abertura de pátios internos. Encontramos alguns destes exemplos, nesta última época do nosso estudo, nos projetos das agências do Funchal (tanto no de Manuel Rocha Casquilho, como no de Edmundo Tavares), de Beja e de Aveiro.

Devemos também mencionar a diferença de posições dos diversos arquitetos no que concerne a linguagem arquitetónica escolhida para os seus projetos de agências do Banco de Portugal. Enquanto Duarte de Almeida (no projeto para a agência da Horta), Pardal Monteiro (no projeto para a sede em Lisboa) e numa última instância, o Serviço de Obras do Banco de Portugal (no projeto para a agência de Viana do Castelo), optam por uma linguagem «moderna» (no contexto português) para os seus edifícios, os restantes demonstram uma abordagem relativamente mais próxima ao que foi realizado anteriormente. Isto pode dever-se a uma escolha de certa proximidade entre a imagem dos diversos edifícios das agências e por conseguinte da imagem do Banco em si.

Após termos apresentado e analisado os diversos projetos realizados para a sede, filial, e agências do Banco de Portugal, quer tenham, ou não, resultado em construções, ao longo de um período de aproximadamente 54 anos, iremos formular as nossas conclusões sobre esta matéria.

Conclusão

Esta dissertação procurou contribuir para enriquecer um «sub-universo» da História da Arte/Arquitetura que se encontra, até à data, pouco desenvolvido, não só em Portugal, mas também a nível europeu, que se trata da arquitetura bancária. Uma das causas deste «sub-universo» se encontrar algo negligenciado deve-se à dificuldade normalmente encontrada, no que diz respeito à obtenção de material desenhado, da integridade de projetos para edifícios de instituições bancárias, visto estarem associados a um certo secretismo por razões de segurança. Contudo, obtivemos algum deste material e procurámos analisá-lo, focando-nos principalmente na questão dos alçados, deixando a análise da composição dos espaços interiores e a sua coerência apenas para os casos em que nos era possível comentar através de imagens ilustrativas.

Começámos por mostrar o sítio onde cada agência, filial e sede estabeleceu a sua fundação, de modo a permitir ao leitor observar a posterior deslocação para o respetivo imóvel construído de raiz, bem como a data de fundação de cada agência, filial e sede, permitindo perceber o tempo necessário para que esta transição fosse efetuada.

Ao longo deste trabalho foram apresentados 25 projetos de arquitetura realizados para agências do Banco de Portugal, assim como para a sua filial e sede. Estes projetos foram colocados por ordem cronológica, de acordo com a sua data de aprovação/realização e não pela data de inauguração do edifício, visto que em vários casos a diferença temporal entre a aprovação do projeto e o começo do funcionamento do edifício foi bastante acentuada. Deste modo foi-nos possível obter uma visão abrangente da evolução dos projetos para o Banco ao longo de aproximadamente 54 anos (1902-1955).

Podem ter existido outros projetos para edifícios do Banco ao longo deste período de tempo, que por razões de falta de informação não tenham sido apresentados ou mencionados.

Procurámos clarificar as razões que tenham estado na origem da escolha, tanto do estilo empregue na roupagem arquitetónica dos edifícios, como do sítio onde estes

seriam implantados, usando como modelo de comparação o caso de algumas instituições bancárias francesas. Verificámos a pertinência destas decisões e a sua devida contextualização no panorama nacional.

Foram também alvo de análise, algumas das decisões dos arquitetos, tomadas nos vários projetos apresentados e sendo comparadas entre si. Realçaram-se os paralelismos entre os diferentes edifícios, dentro da mesma época/estilo, assim como de épocas/estilos distintos. Foi interessante encontrar opções recorrentes, apesar dos arquitetos e os estilos arquitetónicos irem variando, o que revela uma certa unidade de pensamento no que diz respeito à tipologia bancária que se foi mantendo ao longo deste período. Por outro lado, é também importante referir que apesar de terem existido alguns elementos em comum entre os projetos, trata-se de uma grande diversidade de construções que se destacam individualmente, permitindo apreciar cada obra sem monotonia.

Bibliografia

“A Construção Moderna”, Nº229, 1907.

“A Construção Moderna”, Nº273, 1908.

“A Construção Moderna”, Nº384, 1912.

AFONSO, João. *IAPXX – Inquérito à Arquitectura Portuguesa do Século XX em Portugal*. Ordem dos Arquitectos, 2005.

AFONSO, José. *Arquitectura Bancária em Portugal: Fragmentos de Uma Imagem Arquitectónica. Evolução da Arquitectura do Dinheiro* [Dissertação de Doutoramento]. Lisboa, FAUTL, 1999.

ALBUQUERQUE, Maria Marques Calado de. *A Cultura Arquitectónica em Portugal 1880-1920, Tradição e Inovação* [Dissertação de Doutoramento]. Lisboa, FAUTL, 2003.

BELFOURE, Charles. *Monuments to Money. The Architecture of American Banks* [reprint edition]. Mcfarland, 2011.

BANCO DE PORTUGAL. *Newsletter do Núcleo de Arquivo Histórico*. “Agência do Banco de Portugal em Braga, nº2, ano 1.” Setembro de 2008.

BANCO DE PORTUGAL. *Newsletter do Núcleo de Arquivo Histórico*. “Agência do Banco de Portugal em Castelo Branco, nº1, ano 4.” Janeiro de 2011.

BANCO DE PORTUGAL. *Newsletter do Núcleo de Arquivo Histórico*. “Agência do Banco de Portugal em Coimbra, nº1, ano 3.” Janeiro de 2010.

BANCO DE PORTUGAL. *Newsletter do Núcleo de Arquivo Histórico*. “Agência do Banco de Portugal em Évora, nº2, ano 3.” Abril de 2010.

BANCO DE PORTUGAL. *Newsletter do Núcleo de Arquivo Histórico*. “Agência do Banco de Portugal em Faro, nº3, ano 3.” Julho de 2010.

BANCO DE PORTUGAL. *Newsletter do Núcleo de Arquivo Histórico*. “Agência do Banco de Portugal em Ponta Delgada, nº4, ano 2.” Outubro de 2009.

BANCO DE PORTUGAL. *Newsletter do Núcleo de Arquivo Histórico*. “Agência do Banco de Portugal em Vila Real, nº1, ano 1.” Junho de 2008.

BANCO DE PORTUGAL. *Newsletter do Núcleo de Arquivo Histórico*. “Agência do Banco de Portugal em Viseu, nº2, ano 4.” Abril de 2011.

BANCO DE PORTUGAL. *Newsletter do Núcleo de Arquivo Histórico*. “Agência do Banco de Portugal no Funchal, nº3, ano 2.” Julho de 2009.

- BANCO DE PORTUGAL. *Newsletter do Núcleo de Arquivo Histórico*. “Filial do Banco de Portugal no Porto, nº2, ano 2.” Abril de 2009.
- BANCO DE PORTUGAL. *Newsletter do Núcleo de Arquivo Histórico*. “Sede do Banco de Portugal em Lisboa.” s.d.
- BOOKER, John. *Temples of Mammon. The Architecture of Banking*. Edinburgh, Edinburgh University Press, 1990.
- BRITES, Joana. *Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: Modelos e Programas Arquitetónicos na Construção do Estado Novo (1929-1970)* [Dissertação de Mestrado]. Coimbra, FLUC, 2007.
- . *O Capital da Arquitetura (1929-1970), Estado Novo, Arquitetos e Caixa Geral de Depósitos*. [Dissertação de Doutoramento] Coimbra, FLUC, 2012.
- COUTINHO, Bárbara. *Carlos Ramos (1897-1969): Obra, Pensamento e Acção. A Procura do Compromisso Entre o Modernismo e a Tradição* [Dissertação de Mestrado]. Lisboa, FCSH/UNL, 2001.
- DOORDAN, Dennis P. *Twentieth-Century Architecture*. Laurence King Publishing, 2001.
- FERNANDES, José Manuel. *Arquitectos do Século XX, da Tradição à Modernidade*. Caleidoscópio, 2006.
- . *Arquitetura Modernista em Portugal [1890-1940]*. Lisboa, Gradiva, 1993.
- FERNANDEZ, Sérgio. *Percurso. Arquitectura Portuguesa. 1930/1974, 2ªed.*, FAUP. Porto, 1988.
- FERREIRA, Pedro Augusto. *Portugal Antigo e Moderno, vol. 7ª*. Lisboa, 1877.
- FIGUEIREDO, Rute Maria Pinto. *Arquitetura e discurso crítico em Portugal 1893-1918*. Lisboa, Edições Colibri, 2007.
- FRANÇA, José Augusto. *A Arte em Portugal no Século XX*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1974.
- GOMES, Paulo Varela. “*Teoria da Arquitectura em Portugal: 1915-1945. O Modernismo e Raul Lino*”, *Vértice*, II série, nº 11, Lisboa, Fevereiro de 1989, p. 67-79.
- JORGE, Filipe, BANDEIRINHA, António, e LOBO, Rui. *Mapa de Arquitectura, Coimbra*. Lisboa, Argumentum, 2003.
- JORGE, Filipe, e RODRIGUES, José Augusto. *Mapa de Arquitectura, Santarém*. Lisboa, Argumentum, 2004.
- JORGE, Filipe, FERNANDES, Fátima, CANNATÀ, Michelle, e CAMPELLO, Gonçalo Cabral. *Mapa de Arquitectura, Bragança*. Lisboa, Argumentum, 2004.
- JORGE, Filipe, AMARAL, Francisco Keil do, e CARVALHO, Denisa. *Mapa de Arquitectura, Viseu*. Lisboa, Argumentum, 2003.

- JORGE, Filipe, FERNANDES, João Ramires, SANTOS, António Serrano, SILVA, Armando Cachada, e GORDINHO, Ana Paula. *Mapa de Arquitectura, Faro*. Lisboa, Argumentum, 2003.
- JORGE, Filipe, CONCEIÇÃO, Luís, ANTUNES, João Carlos, ALMEIDA, Rogério Vieira de, CARVALHO, José, e TOMÉ, Manuela. *Mapa de Arquitectura, Setúbal*. Lisboa, Argumentum, 2004.
- JORGE, Filipe, TELES, Luís, e ALVES, Eduardo. *Mapa de Arquitectura, Viana do Castelo*. Lisboa, Argumentum, 2004.
- JORGE, Filipe, OLIVEIRA, Maria Manuel, DIAS, Rosália, e BANDEIRA, Miguel de Melo. *Mapa de Arquitectura, Braga*. Lisboa, Argumentum, 2004.
- LAINS, Pedro, e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.). *História Económica de Portugal. 1700-2000, 2ª ed., vol. III, O Século XX*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- LAINS, Pedro, e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.). *História da Caixa Geral de Depósitos. 1876-1910. Política e Finanças no Liberalismo Português*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- . *História da Caixa Geral de Depósitos. 1910-1974. Política, Finanças e Economia na República e no Estado Novo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- MATOS, José Sarmiento de, e PAULO, Jorge Ferreira. *Um Sítio na Baixa: A Sede do Banco de Portugal*. Lisboa, Museu do Dinheiro, 2013.
- NOGUEIRA, J. Felix. *O Município no Século XIX*. Lisboa, Typ. Progresso, 1856.
- “O Occidente”. 1913, p. 141.
- PEREIRA, Michel Toussaint Alves. *Da Arquitectura à teoria e o universo da teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*. Lisboa, 2009.
- PEREIRA, Paulo. *História da Arte em Portugal, Vol. III, Do Barroco à Contemporaneidade*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1997.
- PEVSNER, Nikolaus. *Historia de las Tipologías Arquitectónicas, trad. do inglês*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1980.
- PINCHON, Jean-François. *Les Palais D’Argent: L’Architecture Bancaire en France de 1850 à 1930*. Paris Réunion des Musées Nationaux, 1992.
- RAMOS, Rui. “«Produções Correntes» em Arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto do início do século XX”, nº1, Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho. NW noroeste. Revista de História, 2005, p. 53-80.
- “Revista Interna do Banco de Portugal.” Junho de 1994.
- RODRIGUES, Paulo Alexandre Rodrigues Simões. *Património, Identidade e História: O Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais no Portugal de Oitocentos*. Lisboa, 1998.

- SERRANO, Carmen Giménez. *“Dinero y Arquitectura. Edifícios Bancarios en España”, em Carmen Giménez Serrano (comis. cient.), Arquitectura Bancaria en España. s.d.*
- SILVA, J. Possidónio da. *“Análise sobre a composição da ordem jonyca”.* Boletim da RAACAP, 2ª série, Tomo VI, nº 9, 1890, p. 132.
- SILVA, Raquel Henriques da. *A Arquitectura e a cidade: 1870-1920, 1997.*
- TEIXEIRA, Manuel C. *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, Análise Social, vol. XXVII, 1992.*
- TELMO, José Cottinelli. *Os Novos Edifícios Públicos.* Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936.
- VALÉRIO, Nuno. *História do Sistema Bancário Português.* Lisboa, Banco de Portugal, 2010.
- WILLIAMS, Homer L. *Building Type Basics For Banks and Financial Institutions.* New Jersey, John Wiley & Sons, Inc., 2010.
- ZIOLKOWSKI, John E. *Classical Influence on the Public Architecture of Washington and Paris.* New York, Peter Lang Publishing, 1988.

Fontes das Imagens:

- Fig 1. – <http://lh5.ggpht.com/-S30EffFqI7s/UALYL0gTZEI/AAAAAAAAAb4U/Wn38fHXbuNk/s1600-h/1822%252520Banco%252520de%252520Lisboa.1%25255B4%25255D.jpg>.
- Fig 2. – http://lh4.ggpht.com/-0KF8DtE7W10/TivR8q5etWI/AAAAAAAAAJ5k/Vs33yBg_mc/s1600-h/Banco%252520de%252520Portugal%25252C%252520em%2525201891%25255B4%25255D.jpg.
- Fig 3. – <http://3.bp.blogspot.com/-W6aoYgv5Oqo/UGYT3J2xImI/AAAAAAAAABbY/R00vJWGsOvQ/s400/CONVENTO+DE+S.+DOMINGOS+-+ACTUAL+COMPANHIA+DE+SEGUROS+DOURO.jpeg>.
- Fig 4. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).
- Fig 5. – <http://www.lifecooler.com/lifecooler/imagens/bd/49578.jpg>.
- Fig 6. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).
- Fig 7. – http://farm2.staticflickr.com/1064/932365392_b4ccdda2f3_o.jpg.
- Fig 8. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).
- Fig 9. – <http://otemplario.pt/ficheiros/fotos/N8080-C7B86B53.JPG>.
- Fig 10. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).
- Fig 11. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).
- Fig 12. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).
- Fig 13. – <http://reocities.com/thetropics/8829/p16.jpg>.
- Fig 14. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).
- Fig 15. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).
- Fig 16. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).
- Fig 17. – http://1.bp.blogspot.com/_kycDY027yQ0/TTHtxOm7uNI/AAAAAAAAAD3g/sg8dXEil9Rg/s1600/ANTIGO%257E1.JPG.
- Fig 18. – <http://bloguecentelha.blogspot.pt/2007/12/o-governo-civil-desaparecido.html>.
- Fig 19. – <http://www.reconquista.pt/~media/downloads/6471.big.jpg>.
- Fig 20. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 21. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 22. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 23. – http://cdn1.vtourist.com/15/3742453-Governo_Civil_Vila_Real_Portugal_Vila_Real.jpg.

Fig 24. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 25. – http://4.bp.blogspot.com/-PGcUn_c1Uw0/TmoZx6sY31I/AAAAAAAAAfE/4R498pDVH-8/s400/Breagan%2Bca.jpg.

Fig 26. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 27. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 28. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 29. – http://www.panoramio.com/photo_explorer#view=photo&position=0&with_photo_id=49919661&order=date&user=1410311&tag=POSTAIS%20ANTIGOS%20DE%20BRAGAN%C3%87A.

Fig 30. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 31. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 32. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 33. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 34. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 35. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 36. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 37. – http://2.bp.blogspot.com/-kc3eU8Bw_rQ/TgHlatSMBII/AAAAAAAAABFQ/gxuYA5VrdHU/s640/101826073.qv0JDYLq.Viseu2784.jpg.

Fig 38. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 39. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 40. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 41. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 42. – <http://m7.i.pbase.com/g6/64/585764/2/82069927.CMeqlEEV.jpg>.

Fig 43. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 44. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 45. – http://lh6.ggpht.com/-4wVoriO6sz4/TtNQ_WMtNRI/AAAAAAAAObM/CpzpYc_rJ_s/1913-Banco-de-Portugal-Coimbra.3_thu.jpg?imgmax=800.

Fig 46. – http://www.coiso.net/wp-content/uploads/2008/02/coimbra_bancodeportugal.jpg.

Fig 47. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 48. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 49. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 50. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 51. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 52. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 53. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 55. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 56. – <http://lh6.ggpht.com/-90e2SE8MoT0/TIS-Wd9A9il/AAAAAAAKS8/nVPMaYkmoHQ/s1600-h/1913%252520Banco%252520de%252520Portugal%2525B4%2525D.jpg>.

Fig 57. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 58. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 59. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 60. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 61. – <http://img518.imageshack.us/img518/8587/bancodeportugalvilarealge5.jpg>.

Fig 62. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 63. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 64. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 65. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 66. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 67. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 68. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 69. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 70. – Digitalização de uma cópia da Revista “A Construção Moderna”.

Fig 71. – <http://origensfaro.no.sapo.pt/Gr/Faro%20-%20Banco%20de%20Portugal%20-%202006-11-10%20-%20002.JPG>.

Fig 72. – https://lh6.googleusercontent.com/-WoyJm2-XTM0/TYZ6RA6HtTI/AAAAAAAAABPw/gOqeTw11DCY/s1600/IMG_8889.JPG.

Fig 73. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 74. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 75. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 76. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 77. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 78. – http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2e/Braga_Banco_Portugal.jpg.

Fig 79. – Recebida através de um amigo.

Fig 80. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 81. – <http://www.paulocoelho.pt/wp-content/uploads/2013/01/BP-1024x678.jpg>.

Fig 82. – <http://files.meteoviseu.webnode.pt/200000135-2c3102d2ae/BancodePortugal2.JPG>.

Fig 83. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 84. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 85. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 86. – [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b9/Banco_de_Portugal_\(Porto\).JPG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b9/Banco_de_Portugal_(Porto).JPG).

Fig 87. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 88. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 89. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 90. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 91. – <http://photos1.blogger.com/blogger/3352/1912/1600/portugal-se65.0.jpg>.

Fig 92. – http://3.bp.blogspot.com/_wY4LFEaUGRo/S7iCZWlbtwI/AAAAAAAAAFI/x8SMJpCWzeE/s1600/P3rsp3ctiva_BancoPortugal_01.jpg.

Fig 93. – http://lh6.ggpht.com/_6TA0yX7EpmE/TSBnN0J4NI/AAAAAAAAADEI/9I7x0nksauc/Castelo%20Branco%20-%20edificio%20do%20Banco%20de%20Portugal_thumb%5B5%5D.jpg?imgmax=800.

Fig 94. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 95. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 96. – http://guiadoestudante.ipleiria.pt/files/2011/10/Galeria_Banco_Portugal.jpg.

Fig 97. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 98. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 99. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 100. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 101. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 102. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 103. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 104. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 105. – http://3.bp.blogspot.com/_9xcjUHLhOfA/RyM_sTDgTqI/AAAAAAAAAlw/qmxRAKV0k4o/s320/Banco+de+Portugal2.jpg.

Fig 106. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 107. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 108. – <http://www.inventario.iacultura.pt/faial/horta-fotos/177/1.jpg>.

Fig 109. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 110. – <http://www.inventario.iacultura.pt/faial/horta-fotos/163/1.jpg>.

Fig 111. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 112. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 113. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 114. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 115. – http://static.flickr.com/95/282468359_f7ddd0fc0c.jpg?v=0.

Fig 116. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 117. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 118. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 119. – <http://img518.imageshack.us/img518/6566/funchalbancodeportugalwp6.jpg>.

Fig 120. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 121. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 122. – http://3.bp.blogspot.com/-PWuOteXDG5I/Tpthaae0eQI/AAAAAAAAAFsQ/AS1_k_D-hIM/s640/1940.._Beja%2BPortas%2Bde%2BM%25C3%25A9rtola%2BBanco%2Bde%2BPortugal%2Bblog.jpg.

Fig 123. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 124. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 125. – http://1.bp.blogspot.com/-Dg98QynZe8Y/TpthamOZsXI/AAAAAAAAAFsY/xu_qtehv3jM/s640/2011%2BSetembro%2BBanco%2Bde%2BPortugal_3%2Bblog.jpg.

Fig 126. – <http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/87692740.jpg>.

Fig 127. – http://3.bp.blogspot.com/_wa1-uUPEQR8/S8PFRWhwr1I/AAAAAAAAA4Q/wn3s1joQ5HY/s1600/Abril+2010+126.jpg.

Fig 128. – http://pa.yomocprojects.com/media/uploads/galeria/Centro_Arte_Contemporanea_Braganca1.JPG.

Fig 129. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 130. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 131. – http://c4.quickcachr.fotos.sapo.pt/i/b180465bf/7045641_HbL4z.jpeg.

Fig 132. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 133. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Fig 134. – http://spb.fotolog.com/photo/27/52/84/cretcheu3/1267464530891_f.jpg.

Fig 135. – <http://www.viajandonomundo.com.br/wp-content/gallery/viana-do-castelo-portugal-2006/museu-do-traje-viana-do-castelo-portugal.jpg>.

Fig 136. – Fotografia cedida pelo Banco de Portugal.

Fig 137. – Google Maps (acedido em Agosto de 2013).

Anexos

- Folheto oficial do Banco de Portugal (p. 168, 169).
- *Newsletter* acerca da agência de Braga (p. 171).
- *Newsletter* acerca da agência de Castelo Branco (p. 173).
- *Newsletter* acerca da agência de Coimbra (p. 175).
- *Newsletter* acerca da agência de Évora (p. 177).
- *Newsletter* acerca da agência de Faro (p. 179).
- *Newsletter* acerca da agência de Funchal (p. 180, 181).
- *Newsletter* acerca da sede em Lisboa (p. 182, 183).
- *Newsletter* acerca da agência de Ponta Delgada (p. 184, 185).
- *Newsletter* acerca da filial do Porto (p. 186, 187).
- *Newsletter* acerca da agência de Vila Real (p. 189).
- *Newsletter* acerca da agência de Viseu (p. 191).



ORIGENS 1821

A partir de finais do séc. XVIII, para fazer face à desvalorização do papel-moeda, são vários os projectos apresentados para a criação de um banco. Mas só em 1821, perante a situação grave que o País vivia, com uma carga crescente de emissões incontroliadas de papel-moeda, as Cortes aprovam, a 29 de Dezembro, o decreto que cria o Banco de Lisboa, diploma que foi mandado executar pela Carta de Lei de 31 de Dezembro.

Banco de empréstimo, depósito e desconto, que deveria concorrer para a amortização do papel-moeda, foram-lhe concedidos diversos privilégios, entre eles o emissão de notas.

Entre 1834 e 1844 são criadas, com o concurso do Banco, várias companhias financeiras, entre elas a Confiança Nacional, destinadas a fazer empréstimos ao Governo.

Em 1846 a crise económica generalizada que se fazia sentir, numa época de grande instabilidade política e social, repercutiu-se no Banco de Lisboa e na Companhia Confiança Nacional, obrigando-os a suspender pagamentos durante um determinado período. A solução encontrada foi a integração das duas instituições, passando o Banco de Lisboa a denominar-se Banco de Portugal.

FUNDAÇÃO 1846

Criado por Decreto de 19 de Novembro, o Banco de Portugal começa a funcionar a 2 de Dezembro. A 26 de Dezembro é confirmada a sua primeira Carta Orgânica e, a 28 de Janeiro de 1847, aprovado o seu primeiro Regulamento Administrativo.

Mantinha os mesmos privilégios e concessões dados ao Banco de Lisboa, inclusive o privilégio de emissão de notas.

Misto de banco comercial e emissor, o novo banco conseguiu impor-se e solidificar-se, apesar das vicissitudes com que se deparou nos primeiros anos da sua existência.

Até 1887, o Banco de Portugal partilhou com outras instituições o direito de emitir notas.

BANCO EMISSOR, BANQUEIRO DO ESTADO 1887 E CAIXA GERAL DO TESOURO

A 10 de Dezembro de 1887 o Banco passa a ter o exclusivo da emissão de notas. Esta exclusividade só viria a tornar-se efectiva em 1891, após a assinatura de um acordo com os outros bancos emissores.

Assumia também as funções de banqueiro do Estado e Caixa Geral do Tesouro, impondo-se-lhe a obrigatoriedade de instituir agências em todas as capitais de distrito.

Era colocado sob a autoridade de um governador, nomeado pelo Estado, que nomeava também um secretário-geral com funções fiscalizadoras.

Pelo contrato de 1918, a circulação era desdobrada em circulação própria do Estado correspondente aos seus débitos, e circulação própria do Banco. E pela primeira vez permite-se a inclusão, na reserva de cobertura da circulação fiduciária, de valores em moeda estrangeira, além do ouro metálico.

REFORMA DAS FUNÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL 1931

Com o novo regime instaurado a 28 de Maio de 1926, ia iniciar-se uma extensa remodelação das finanças públicas e de toda a estrutura do sistema financeiro português.

Na sequência do decreto de 9 de Julho de 1931, que cria as bases de um novo sistema monetário, é celebrado novo contrato com o Banco, o qual é incumbido de assegurar a estabilidade do valor da moeda e regular a circulação monetária e a distribuição do crédito. Com a II Guerra Mundial, o Banco de Portugal, ao mesmo tempo que intervinha como agente do Estado na execução de diversos acordos bilaterais de pagamentos, assumia, por força das circunstâncias, as funções de caixa central de reservas de ouro e divisas.

BANCO EMISSOR, CENTRAL E DE RESERVA 1962

O Decreto de 22 de Novembro de 1960, que aprova algumas alterações nos Estatutos do Banco, por efeito da participação do país no acordo sobre o Fundo Monetário Internacional, identifica claramente, pela primeira vez, o Banco de Portugal como banco emissor da Metropole, com funções de banco central.

Por força do decreto de 29 de Junho de 1962, o Banco obriga-se a exercer as funções de banco emissor, central e de reserva e as de caixa geral do Tesouro. Continua a exercer as funções de banqueiro do Estado e, sob orientação do Ministro das Finanças, promove a coordenação da circulação monetária com as necessidades da actividade económica, regula o funcionamento do mercado monetário, assegura as liquidações das operações cambiais requeridas pela economia nacional e actua como prestamista do sistema bancário.

Decorrente da criação do Fundo Monetário da Zona do Escudo, o Banco passa a assumir as funções de agente do sistema, funções que exerce até à independência das colónias em 1975.

NACIONALIZAÇÃO 1974

Na sequência da revolução de 25 de Abril, o Banco é nacionalizado em Setembro de 1974, e passa a constituir uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, com a natureza de empresa pública. Deixa de ser uma sociedade anónima de capital maioritariamente privado, como acontecia desde a sua fundação. Abandona então as funções comerciais que ainda detinha, o que conduz à extinção da rede de correspondentes e ao gradual encerramento das agências concelhias.

De acordo com a Lei Orgânica, de Novembro de 1975, o Banco de Portugal é o banco central da República Portuguesa, competindo-lhe desempenhar as funções de banqueiro do Estado, consultor do Governo no domínio financeiro, orientador e controlador da política monetária e financeira, gestor das disponibilidades externas do país e intermediário das relações monetárias internacionais. Continua a deter o exclusivo da emissão de notas e, pela primeira vez, assume as funções de supervisão do sistema bancário.





INTEGRAÇÃO NO SISTEMA EUROPEU DE BANCOS CENTRAIS 1998

Com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, o Banco assume importantes responsabilidades nas áreas do controlo monetário e do crédito e na organização e regulamentação dos mercados monetários.

Em 1995, a estabilidade dos preços surge como a principal missão do Banco e é alargada a sua autonomia na condução da política monetária e aumentam as suas atribuições no domínio dos sistemas de pagamentos.

Em 1998, tendo em vista a participação de Portugal na terceira Fase da UEM são introduzidas alterações na Lei Orgânica do Banco que reforçam ainda mais a sua autonomia e preparam a sua integração no SEBC.

A 1 de Junho de 1998, o Banco de Portugal passa a fazer parte integrante do SEBC e em 1 de Janeiro de 1999 dá-se início à terceira Fase da UEM, com uma política monetária única determinada pelo BCE, e com uma moeda única — o Euro.

Actualmente, enquanto banco central da República Portuguesa e parte integrante do Eurosistema e do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), tem como missão primordial contribuir para a estabilidade de preços, através da execução descentralizada da política monetária, definida pelo Conselho do Banco Central Europeu (BCE), e garantir a estabilidade do sistema financeiro, em cooperação com as estruturas nacionais e internacionais que assumem responsabilidades neste domínio.



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

- LISBOA, Sede 1846
- PORTO, Filial (Banco de Lisboa) 1825
- AVEIRO 1890-1994
- BEJA 1891-1992
- BRAGA 1890
- BRAGANÇA 1893-1993
- CALDAS DA RAINHA 1945-1989
- CARRÉGADO 1995
- CASTELO BRANCO 1892
- COIMBRA 1891
- COVILHÃ 1917-1977
- ELVAS 1923-1977
- ÉVORA 1892
- ESTREMOZ 1921-1977
- FARO 1875
- FIGUEIRA DA FOZ 1919-1977
- GUARDA 1892-1993
- GUMARÃES 1918-1988
- LAMEGO 1920-1977
- LEIRIA 1893-1994
- MIRANDELA 1950-1977
- MOURA 1926-1977
- PORTALEGRE 1891-1992
- PORTIMÃO 1922-1977
- SANTARÉM 1890-1995
- SETÚBAL 1917-1994
- TOMAR 1958-1977
- VIANA DO CASTELO 1892-1992
- VILA REAL 1893-2008
- V. R. S.º ANTONÍO 1926-1977
- VISEU 1893
- ANGRA DO HEROÍSMO 1895-1993
- HORTA 1894-1992
- PONTA DELGADA 1876
- FUNCHAL 1875

● em funcionamento
● já encerradas



BANCO DE PORTUGAL

breve história

Banco de Portugal
EUROSISTEMA



AGÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL EM BRAGA

1890/02/28

Núcleo de Arquivo Histórico

A 28 de Fevereiro de 1890 iniciava operações a Agência do Banco em Braga, cumprindo assim o Banco de Portugal o compromisso de criar filiais e agências em todas as capitais de distrito do Continente e Ilhas, por força do contrato celebrado com o Governo em 10 de Dezembro de 1887. Nesse dia, tomavam posse como agentes José Maria Brandão Pereira e João São Romão.

No entanto, já desde 1 de Janeiro de 1888 que a Agência funcionava provisoriamente para os serviços de Tesouraria do Estado, assumindo o anterior Tesoureiro Pagador do distrito – José Maria Brandão Pereira – as funções de agente provisório.

Tinha a Agência como principais funções descontar letras, emprestar sobre penhores, realizar operações cambiais, abrir créditos em conta corrente, conceder suprimentos com garantia, efectuar transferências de fundos, receber numerário em conta corrente, realizar operações com o Tesouro e prestar informações.

A Agência possuía uma rede de correspondentes que lhe prestavam auxílio na recolha de informações e na realização das operações bancárias por todo o distrito.

Ao longo do tempo tem vindo a Agência a adaptar-se às alterações do próprio sistema bancário, cessando tarefas que executava e assumindo outras. Hoje, virada essencialmente para o atendimento do público, presta entre outras, informações de cariz bancário, económico e estatístico, efectua a troca e valorização de notas e assegura a distribuição de moeda metálica e de colecção.

O Edifício

A Agência começou por estar instalada em parte do edifício do Governo Civil, que, logo em 1900, vem reclamar esse espaço para aí instalar serviços policiais.

Assim, o Banco adquire uma casa no Largo de São João para onde transfere os serviços em 1904, depois de algumas obras de adaptação.

No entanto, a casa não reunia as condições necessárias e, em 1918, o Banco decide comprar à Sociedade do Teatro Circo o antigo Teatro de S. Geraldo, situado na Praça da República. Após a sua demolição, iniciou-se de raiz a construção do imóvel, sendo o projecto da autoria do arquitecto João de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça.

Em Abril de 1928 é inaugurado o novo edifício, mantendo-se desde então a Agência em funcionamento no mesmo local. Actualmente estão a decorrer obras de melhoramento no edifício.



AGÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL EM CASTELO BRANCO

A 1 de Dezembro de 1892 inicia a sua actividade a Agência do Banco de Portugal em Castelo Branco dando cumprimento ao compromisso a que se obrigara o Banco de Portugal perante o Governo, por força do contrato de 10 de Dezembro de 1887, de criar filiais e agências nas capitais de distrito. Na altura foram empossados como agentes Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, antigo tesoureiro do distrito e José Guilherme Morão, proprietário e capitalista da cidade. No entanto, já desde 1 de Janeiro de 1888 que a Agência funcionava provisoriamente, apenas para os serviços de Tesouraria do Estado, sob a responsabilidade do antigo tesoureiro pagador.

Tal como as outras agências, as suas principais funções eram o desconto de letras, o empréstimo sobre penhores, as operações de câmbio, as transferências de fundos e os depósitos gratuitos à ordem. Inseria-se numa região em que a agricultura era a actividade primordial, contando ainda com um sector industrial de alguma expressão como os lanifícios. Possuía uma rede de correspondentes no país que se iniciou em 1892, na Covilhã, contando dois anos depois com quatro localidades: Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova e Penamacor. A rede foi aumentando ao longo dos anos até atingir um máximo de 41 correspondências em 1953.

Ao longo da sua existência as funções da Agência foram sofrendo alterações, fruto da evolução do Banco de Portugal e do próprio sistema bancário. A partir de 1975, com a promulgação da nova Lei Orgânica do Banco, o desconto directo ao público deixa de ser praticado, as contas de depósitos à ordem de clientes são transferidas para a banca comercial e a rede de correspondentes é extinta. Hoje, virada essencialmente para o atendimento ao público, presta entre outras, informações de cariz bancário, económico e estatístico, efectua a troca e valorização de notas e assegura a distribuição de moeda metálica e de colecção.

EDIFÍCIO DA AGÊNCIA

Os serviços da Agência ficaram inicialmente instalados no rés-do-chão do edifício do Governo Civil, onde anteriormente funcionara o Comissariado da Polícia, juntamente com a Repartição da Fazenda e outras dependências do Estado. Aí se manteve até Março de 1914, altura em que muda para uma casa alugada, na rua Alfredo Keil, na sequência do pedido do Governo Civil para o Banco ceder as instalações que ocupava, a fim de aí alojar a Junta Geral.

Em 1919 o Banco de Portugal adquire um edifício em ruínas e dois terrenos anexos, situados na R. das Flores e R. do Pina. Após a sua demolição, iniciam-se, em Dezembro de 1922, as obras de construção do novo edifício da Agência, segundo projecto de Eurico de Salles Viana. A 27 de Julho de 1930 abrem ao público os serviços da Agência no novo edifício.

Ao longo dos anos as instalações foram objecto de algumas intervenções, destacando-se as obras de remodelação concluídas em 2001, cujo projecto esteve a cargo do Gabinete de Projectos do Arquitecto Correia Guedes.



7



Rua das Flores

Rua do Comércio

Rua do Pina

A AGÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL EM COIMBRA

Inaugurada solenemente a 1 de Fevereiro de 1891, a Agência do Banco de Portugal em Coimbra inicia a sua actividade como agência definitiva a 3 desse mesmo mês. Nesse dia tomavam posse como agentes Adriano Pompílio Teixeira Barbosa, ex-Tesoureiro Pagador do distrito, e Joaquim Augusto de Carvalho e Santos, proprietário e capitalista da cidade. No entanto, já desde 1 de Janeiro de 1888 que a Agência funcionava provisoriamente para os serviços de Tesouraria do Estado, assumindo o anterior Tesoureiro Pagador do distrito as funções de agente provisório.

O Regulamento a que ficou sujeita previa a realização das operações de desconto de letras, empréstimos sobre penhor, câmbios, transferências de fundos, créditos e suprimentos em conta corrente, depósitos à ordem gratuitos.

A Agência possuía uma rede de correspondentes que lhe prestavam auxílio na recolha de informações e na realização das operações bancárias por todo o distrito, chegando a contar, na década de 60, com uma rede de 31 correspondentes que cobriam todos os concelhos de Coimbra e ainda dois de Leiria.

Ao longo da sua existência, as funções da Agência foram sofrendo alterações, fruto da evolução do Banco de Portugal e do próprio sistema bancário. A partir de 1975, com a promulgação da nova Lei Orgânica do Banco de Portugal, o desconto directo ao público deixa de ser praticado, as contas de depósitos à ordem de clientes são transferidas para a banca comercial, e a rede de correspondentes é extinta.

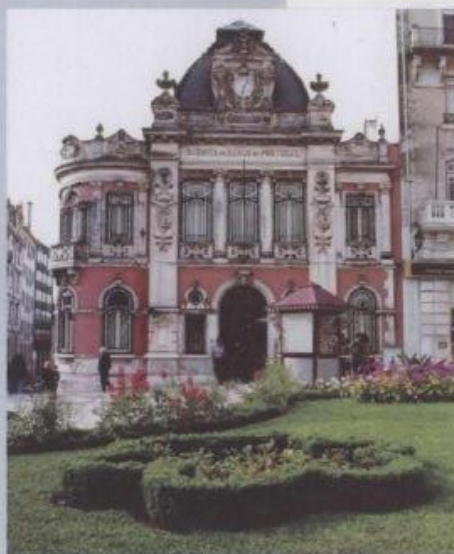
Hoje, virada essencialmente para o atendimento do público, presta entre outras, informações de cariz bancário, económico e estatístico, efectua a troca e valorização de notas e assegura a distribuição de moeda metálica e de colecção.

O EDIFÍCIO

A Agência estabeleceu-se inicialmente no edifício do Governo Civil, na Rua Infante D. Augusto, situado na zona alta da cidade.

Mas a necessidade de se aproximar do centro da actividade comercial, levou a que se procurasse a sua transferência para novas instalações na área da baixa coimbrã. Assim, em 1907, são adquiridos dois prédios particulares e um terreno pertencente à Câmara Municipal.

O projecto do novo edifício é entregue ao Arquitecto Adães Bermudes, iniciando-se a sua construção em 1909. As obras terminaram em 1912 e, em Novembro desse mesmo ano, a Agência ficou instalada no belo edifício que ainda hoje ocupa no Largo da Portagem.



7



A AGÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL EM ÉVORA

A 1 de Outubro de 1892 iniciava operações a Agência do Banco de Portugal em Évora, cumprindo assim o Banco o compromisso a que se obrigara perante o Governo, por força do contrato de 10 de Dezembro de 1887, de criar caixas filiais e agências nas capitais de distrito.

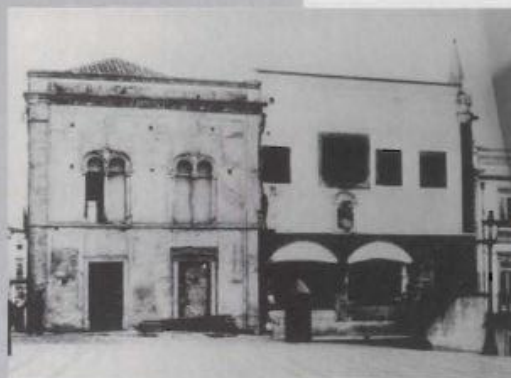
Contudo, já desde 1 de Janeiro de 1888 que a Agência funcionava provisoriamente, para os serviços de Tesouraria do Estado, assumindo o anterior Tesoureiro Pagador do distrito as funções de Agente provisório. A instalação definitiva só viria a ocorrer passados quase 5 anos.

A Agência tinha como principais funções descontar letras, fazer empréstimos sobre penhores, realizar operações cambiais, abrir créditos em conta corrente e conceder suplimentos com garantia, efectuar transferências de fundos, receber numerário em conta corrente, realizar operações com o Tesouro e prestar informações.

De início, a Agência possuía apenas um correspondente, em Estremoz, mas rapidamente a rede de correspondentes expandiu-se pelo distrito, prestando-lhe auxílio na recolha de informações e na realização de operações bancárias.

Ao longo do tempo as funções da Agência foram sofrendo alterações, fruto da evolução do Banco de Portugal e do próprio sistema bancário. A partir de 1975, com a promulgação da nova Lei Orgânica do Banco de Portugal, o desconto directo ao público deixa de ser praticado, as contas de depósitos à ordem de clientes são transferidas para a banca comercial, e a rede de correspondentes é extinta.

Actualmente, virada essencialmente para o atendimento do público, presta entre outras, informações de cariz bancário, económico e estatístico, efectua a troca e valorização de notas e assegura a distribuição de moeda metálica e de colecção.



O EDIFÍCIO

A Agência começou por estar instalada na Casa do Celeiro da Câmara Municipal, na praça do Giraldo, após algumas obras de adaptação.

Reconhecida entretanto a necessidade de acomodação mais condigna para os seus serviços e, por sugestão dos agentes, entendeu o Banco iniciar o processo de aquisição de terrenos para a construção de um imóvel de raiz. E, assim, em 1904, o Banco adquire o edifício dos antigos Paços do Concelho e o da Cadeia Velha, ambos em ruínas, postos à venda pela Câmara Municipal, e dois anos mais tarde duas lojas encravadas nas ruínas. Nesse mesmo ano, em 1906, iniciam-se as obras de demolição e alisamento dos terrenos. O projecto do novo edifício, que começa a ser construído em meados de 1907, é da autoria do arquitecto Adães Bermudes. Em Novembro de 1909 era inaugurado o edifício e aí instalados os serviços da Agência.

Em 1981 o Banco iniciou negociações para a compra de um edifício contíguo à Agência a fim de reformular e ampliar a estrutura do espaço. O projecto foi entregue ao Arquitecto Correia Guedes e os trabalhos iniciaram-se em Fevereiro de 1987.

A Agência ficou instalada, provisoriamente, também na Praça do Giraldo e, em Agosto do ano seguinte, com o finalizar das obras, pode finalmente regressar às suas já novas e modernas instalações, onde se encontra.



A AGÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL EM FARO

Em Julho de 1875 era estabelecida a Agência do Banco de Portugal em Faro, confiada à firma Almeida & Filhos, em regime de comissão, e cujo sócio principal era Manuel Joaquim de Almeida, capitalista e antigo correspondente do Banco na cidade.

As operações fundamentais da agência eram o desconto de letras, o empréstimo sobre penhores, as operações de câmbio, as transferências de fundos e os depósitos gratuitos à ordem. À semelhança das outras agências criadas à época, os agentes garantiam com a sua fortuna o pagamento das letras que descontassem mediante comissão, bem como as despesas de expediente e pessoal.

Dois anos mais tarde, em Abril de 1877, a direcção da Agência passava a ser directamente assegurada pelo Banco, tendo sido nomeados agentes Joaquim Augusto Leite Ribeiro e Manuel Joaquim de Almeida. A partir de 1 de Janeiro de 1888, a Agência passou a assegurar também os serviços de Tesouraria do Estado, de harmonia com o Contrato de 10 de Dezembro de 1887, passando o tesoureiro pagador do distrito, António Pereira de Matos, a assumir as funções de agente provisório da Agência, enquanto esta não fosse definitivamente instalada, o que viria a ocorrer a 1 de Setembro de 1889.

Durante a sua existência, as funções da Agência foram sendo alteradas, por força da evolução do Banco de Portugal e do sistema bancário nacional. A partir de 1975, com a promulgação da nova Lei Orgânica do Banco de Portugal, o desconto directo ao público deixa de ser praticado, as contas de depósitos à ordem são transferidas para a banca comercial e a rede de correspondentes é extinta.

Actualmente, a Agência de Faro está virada para o atendimento ao público, prestando informações de cariz bancário, económico e estatístico, efectua a troca e valorização de notas e assegura a distribuição de moeda metálica e de colecção.



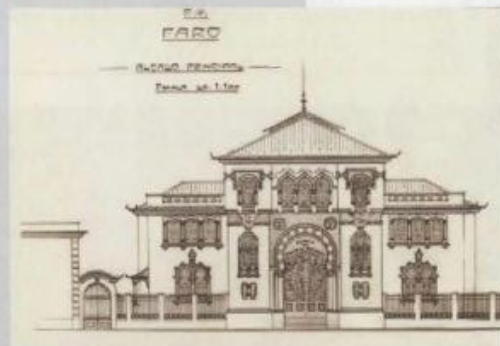
7

O EDIFÍCIO

Os serviços da Agência funcionaram inicialmente no edifício do Governo Civil da cidade, mas por partilhar o espaço com as prisões da polícia, cedo se sentiu a necessidade de um espaço próprio. Além disso, o crescente desenvolvimento da sua actividade assim o exigia.

Em 1900 constituiu-se uma comissão para escolha do terreno onde iria ser construído o edifício da Agência. A escolha recaiu sobre um terreno onde então funcionava o mercado municipal de frutas e hortaliças, que viria a ser adquirido à Câmara Municipal de Faro em 1915, após deslocação deste mercado para outro ponto da cidade.

No ano seguinte, foi decidido entregar o projecto da obra ao arquitecto Adães Bermudes. As obras começaram em 1917 e terminaram dez anos depois, funcionando entretanto a Agência num primeiro andar dum edifício da cidade. Nos finais de 1927, um novo e belo edifício ao estilo neo-manuelino com portaria mourisca e revestimento azulejar na frontaria, era inaugurado na Praça D. Francisco Gomes, onde ainda hoje funciona.



A DELEGAÇÃO REGIONAL DO BANCO DE PORTUGAL NO FUNCHAL

A partir de 1875, o Banco de Portugal criou as primeiras agências na perspectiva do alargamento da circulação das suas notas, até aí restringida às praças de Lisboa e Porto, bem como da redução das taxas de juro praticadas. A primeira destas agências foi a do Funchal, estabelecida a 10 de Março desse ano, seguindo-se-lhe as de Faro e de Ponta Delgada. As condições de prosperidade e crescimento económico que se verificavam na Madeira levaram a Direcção do Banco a estabelecer contacto em Outubro de 1874 com João José Rodrigues Leitão, comerciante de reconhecido mérito e antigo correspondente do Banco na ilha, convidando-o a formar uma firma e aceitar o cargo de agente do Banco no Funchal.

As operações fundamentais da Agência eram o desconto de letras, o empréstimo sobre penhores, as operações de câmbio, as transferências de fundos e os depósitos (gratuitos à ordem). À semelhança das outras agências criadas à época, os agentes garantiam com a sua fortuna o pagamento das letras que descontassem mediante comissão, bem como as despesas de expediente e pessoal.

A Agência de imediato deu sinais de prosperidade, pelo que a hipótese de a elevar a Caixa Filial foi ponderada. Porém a crise de 1878 levou antes a que a administração da Agência passasse para o controlo directo do Banco através de dois agentes. A instalação definitiva da Agência deu-se em 31 de Outubro de 1890, três anos após a assinatura da Carta de Lei de 1887 que instituiu o Banco de Portugal como banqueiro do Estado e Caixa Geral do Tesouro.



Em 1979, em virtude da criação da Região Autónoma da Madeira, a Agência passa a designar-se Delegação Regional da Madeira no Funchal, adicionando-se às suas competências, assegurar a ligação local entre o Banco de Portugal, o Ministro da República e o Governo Regional, bem como desempenhar, junto da Secretaria Regional do Plano e Finanças as funções atribuídas ao Banco Central como orientador e controlador da política monetária e financeira.

O EDIFÍCIO

Quando o Banco tomou para si a administração directa da Agência, os serviços desta foram instalados no rés-do-chão arrendado do número 9 da Rua João Gago, na freguesia da Sé. Em 1910 o Banco adquiriu à *The Western Telegraph Company, Ltd.* dois edifícios contíguos, situados na Praça da Constituição, actual Avenida Arriaga, e na Rua da Carreira, havendo já por essa altura a ideia de demolir estes edifícios para nesse espaço construir de raiz um só edifício para a Agência. Logo em 24 de Março de 1911, o Conselho de Administração aprovava para este efeito um projecto do Arquitecto Adães Bermudes que, no entanto, não seria levado avante.

A partir de 1923, a Câmara levantou a hipótese da abertura de uma artéria entre a Av. Arriaga e a Rua da Carreira, que viria a ser a actual Avenida Gonçalves Zarco. A ideia de um edifício sobre a confluência do novo arruamento com a Av. Arriaga pareceu de toda a conveniência para o Banco e assim o projecto ficou dependente do prosseguimento desta obra camarária. Esta situação criou, no entanto, um compasso de espera de quase 15 anos.

O projecto do actual edifício, que veio a ser aprovado em 1937 era da autoria do Arquitecto Edmundo Tavares, responsável por várias obras no Funchal. Tratava-se de um edifício de dois pisos e cave, com uma casa de guarda em anexo. Os serviços ocupariam o rés-do-chão, enquanto que o primeiro andar se destinaria à habitação de dois agentes. Edmundo Tavares escolheu fazer reflectir na arquitectura o *fim grave forte e comercial do edifício*, optando por uma linha de tez nacionalista e monumentalista, com formas neo-setecentistas que evocavam a arquitectura pombalina com as suas linhas direitas, pelo uso de colunas, envasamentos e entablamentos. O gaveto constituiria o corpo principal do edifício, ficando nele o único acesso às instalações bancárias, restringindo assim os acessos ao interior como forma de realçar a ideia de segurança. Também no interior a disposição se desenvolveria a partir desse corpo, iluminado por uma clarabóia de ferro e vidro no seu topo.

Os material escolhido, para além do cimento armado, foi o basalto, endémico da região, e cujo tom acinzentado em realce com o branco produzia um efeito sóbrio mas agradável.

Em 1938, o Banco negociava a troca de uma parte desanexada dos seus edifícios com um prédio dos Correios, de modo a perfazer uma área quadrilátera para a construção do novo edifício. Os Correios cediam ainda gratuitamente uma parte de um prédio, pertencente ao Banco da Madeira de que eram arrendatários, na Rua João Gago e Travessa do Cabido, para funcionamento provisório da Agência até à conclusão das obras.

A obra foi adjudicada a 28 de Novembro de 1938 e em 9 de Dezembro de 1940 era inaugurado o edifício da Agência.



O BANCO DE PORTUGAL E A SUA SEDE

O Banco

No dia 19 de Novembro de 1846, D. Maria II assinava o Decreto que determinava a fusão do Banco de Lisboa, fundado em 1821, misto de banco emissor e banco comercial, com a Companhia Confiança Nacional, instituição financeira criada em 1844. Surgia assim o **Banco de Portugal**.

Instituído como pessoa de direito privado, manteve a forma de sociedade comercial anónima de responsabilidade limitada até à sua nacionalização em 1974. Passa então a constituir uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, com a natureza de empresa pública.

Acompanhando a evolução da conjuntura económica e financeira do País, o Banco de Portugal abandonou algumas das suas actividades, enquanto era chamado a exercer novas funções. Assim, em 1887, mediante contrato com o Estado, passa a deter o privilégio exclusivo de emitir notas, direito que até aí partilhava com outros bancos, além de passar a assumir as funções de banqueiro do Estado e caixa geral do Tesouro. Em 1931 é-lhe atribuída a função de assegurar a estabilidade do valor da moeda e regular a circulação monetária e a distribuição do crédito. Em 1962 obrigava-se a exercer as funções de Banco emissor, central e de reserva, competindo-lhe promover a coordenação da circulação monetária com as necessidades da actividade económica, regular o funcionamento do mercado monetário, assegurar as liquidações das operações cambiais requeridas pela economia nacional e actuar como prestamista de última instância do sistema bancário. Em 1975, de acordo com a Lei Orgânica de 15 de Novembro, o Banco de Portugal, banco central da República Portuguesa, desempenha as funções de banqueiro do Estado, consultor do Governo no domínio financeiro, orientador e controlador da política monetária e financeira, gestor das disponibilidades externas do País e intermediário nas relações monetárias internacionais. Assume, pela primeira vez, as funções de supervisão do sistema bancário. Pela Lei Orgânica de 1995, a estabilidade dos preços surge como principal missão do Banco e aumentam as suas atribuições no domínio dos sistemas de pagamentos. A partir de 1 de Junho de 1998, o Banco de Portugal passa a fazer parte integrante do Sistema Europeu de Bancos Centrais, competindo-lhe velar pela estabilidade do sistema financeiro nacional, gerir as disponibilidades externas do País, agir como intermediário das relações monetárias internacionais do Estado, aconselhar o Governo nos domínios económico e financeiro, recolher e elaborar as estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e da balança de pagamentos.

O EDIFÍCIO SEDE



Incêndio do paço municipal de Lisboa, e do banco de Portugal

1 O Banco de Portugal começa por estar instalado na ala oriental do antigo edifício dos Paços do Concelho, onde já funcionara o Banco de Lisboa, na zona anteriormente ocupada pelo Depósito Público. Após o incêndio ocorrido em 19 de Novembro de 1863 no edifício da Câmara Municipal 1, e enquanto prosseguem as obras de reconstrução do imóvel, o Banco continua instalado provisoriamente no 1.º andar o qual, por ser de abóbada, escapara ao fogo.

Logo se iniciaram as diligências com a Câmara Municipal e a Comissão criada pelo Governo para distribuição das zonas afectadas, mas o que ficou decidido seria apenas que os Paços do Concelho teriam a sua sede no largo do Pelourinho.

As reuniões sucederam-se nos anos seguintes, sem se conseguir qualquer acordo razoável com a Câmara sobre a ocupação das ruínas incendiadas, pois era desejo do Banco permanecer no mesmo local.

Acanhadamente instalado e, já depois da reparação e ocupação de casas abandonadas no lado norte das ruínas, o Banco decide-se pela aquisição, nas proximidades, de edifício condigno e independente. E, assim, em 1868, são adquiridos dois prédios contíguos situados na Rua Áurea, n.ºs 17 a 37, tornejando para a Rua Nova d'El-Rei (actual R. do Comércio), n.ºs 142 a 148 e Rua de S. Julião, n.ºs 155 a 161, compostos de lojas, 3 andares e águas-furtadas. As obras de adaptação, a cargo do arquitecto Miguel Evaristo da Silva Pinto, decorreram durante o ano de 1869, e a 28 de Março de 1870, o Banco instala-se na sua nova casa.

A pouco e pouco outras aquisições têm lugar. Em 1887 compra os prédios n.ºs 163 a 173 na R. de S. Julião, decorrendo as obras de ampliação até 1890, desta vez a cargo do Arquitecto José António Gaspar. Ainda em 1890 adquire mais dois prédios, um na R. de S. Julião, outro na R. Nova d'El-Rei, a que se seguirá outro na R. de S. Julião em 1894. Cabe também a José António Gaspar as obras de adaptação destes novos espaços². Em 1904 é feita a aquisição de mais um prédio na R. Nova d'El-Rei, e em 1907 do prédio que pertencia ao Banco Lisboa & Açores situado na mesma rua. Em 1910 o Banco enceta negociações com a Arquiconfraria de S. Julião para a compra da Igreja e seus anexos. Estas negociações viriam a arrastar-se até 1933, altura em que o Banco fica de posse de todo o quarteirão.

Ainda em 1910 o Arquitecto Adães Bermudes apresenta um projecto de adaptação e remodelação do edifício abrangendo todo o quarteirão³. Este estudo não terá seguimento pelo arrastar das negociações com a Arquiconfraria.

Em 1936, após concurso público, é encarregue o Arquitecto Pardal Monteiro de elaborar o projecto para o novo edifício do Banco. O projecto é entregue na Câmara em 1938, mas nunca viria a ser aprovado⁴.

Entretanto, ao longo do tempo, as instalações da Sede do Banco foram sendo objecto de diversas intervenções de forma a adequarem-se à constante evolução dos serviços, mas a zona da Igreja nunca viria a ser completamente aproveitada.

Em sessão da Câmara Municipal de Lisboa de 12 de Novembro de 2008, foi aprovado o projecto de arquitectura referente à reformulação do edifício da Sede e à remodelação do espaço da antiga Igreja de S. Julião, onde ficará instalado o futuro Museu do Banco de Portugal⁵ e ⁶. O projecto de museografia é da responsabilidade do gabinete do Arquitecto Gonçalo Byrne.



7

A DELEGAÇÃO REGIONAL DO BANCO DE PORTUGAL NOS AÇORES - PONTA DELGADA

A 14 de Agosto de 1876 é assinado entre o Banco de Portugal e a firma Francisco Xavier Pinto & C.^a o regulamento pelo qual era confiado a esta, em regime de comissão, o cargo de agente do Banco em Ponta Delgada, fazendo desta a terceira e última das Agências a ser criada neste regime.

Com um capital inicial de 120 contos de réis, a Agência assumia as operações de desconto de letras, empréstimo sobre penhores, transferência de fundos, depósitos à ordem,

desconto de notas provisórias e operações de câmbio. Pelo contrato de 10 de Dezembro de 1887 entre o Banco e o Estado, as Agências substituem os cofres centrais dos distritos. A partir de 1 de Janeiro de 1888 o tesoureiro pagador de Ponta Delgada, Pedro Paulo dos Santos, passa a ser o agente provisório do Banco para os Serviços da Tesouraria do Estado, continuando as funções bancárias a ser asseguradas pela firma Francisco Xavier Pinto & C.^a.

A instalação definitiva da Agência deu-se em 1 de Agosto de 1895.

Em Abril de 1979, de harmonia com a orientação geral quanto à reestruturação das Agências, o Conselho de Administração do Banco decidiu criar, em cada uma das regiões autónomas, uma Delegação Regional, tendo a Agência de Ponta Delgada passado a designar-se "Delegação Regional dos Açores". Além das tarefas atribuídas às Agências, passou a assegurar a ligação local entre o Banco e o Ministro da República e o Governo Regional dos Açores. Nessa data, passou ainda a desempenhar nos respectivos Secretariados Regionais da Banca, as funções cometidas ao Banco Central como orientador e controlador da política monetária e financeira.

6



O EDIFÍCIO

A Agência esteve de início instalada no edifício da Repartição de Fazenda. Contudo, dado que este não reunia as condições necessárias para aí instalar condignamente todos os serviços da Agência, e por estar um pouco afastada do centro comercial, o Banco adquire em 1890 o prédio onde estava sedeada a firma Francisco Xavier Pinto & C^a, situado na Praça do Município, ponto central da cidade e do comércio.

Em 1895, quando é instalada a Agência definitiva, esta vai continuar ainda por mais dois anos no edifício da Repartição de Fazenda, uma vez que o prédio que o Banco adquirira, dado o seu estado degradado, teve de ser reconstruído. O projecto foi elaborado pelo condutor de obras públicas Inácio Soares de M. Carvalho, iniciando-se as obras no início de 1896.

Em Agosto de 1897 a Agência muda-se para o novo edifício, apesar de as obras ainda não estarem concluídas, o que viria a acontecer no início de 1898.

Desde esta data e até 1985 o edifício sofreu diversas alterações interiores de reduzida expressão e expandiu-se para sul através da construção de um anexo na Travessa do Aterro.

Naquele ano promoveu-se uma profunda remodelação do edifício principal, segundo projecto da autoria do Arquitecto Francisco Gomes de Menezes a qual perdurou até meados de 2005.

As instalações actuais resultam da reformulação integral dos dois edifícios, segundo projecto desenvolvido pelo Arquitecto António da Costa Pardal.



A FILIAL NO PORTO

A cidade do Porto foi sempre um importante pólo da vida económica do País. O comércio dos vinhos e sua exportação, os lanifícios e a grande quantidade de pequeno comércio, levaram a que, desde muito cedo, a Direcção do Banco de Lisboa, criado em 31 de Dezembro de 1821, discutisse a criação de uma filial naquela cidade.

Em 1824, o Banco de Lisboa estabelece no Porto um correspondente - a Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro. Contudo, dadas as condições comerciais da cidade, impôs-se o estabelecimento de uma Caixa Filial, a qual inicia operações em 1 de Agosto de 1825.

A 19 de Novembro de 1846, nascia o Banco de Portugal, resultante da fusão do Banco de Lisboa e da Companhia Confiança Nacional. No Porto, a Caixa Filial desta nova instituição herdava as atribuições da sua antecessora - desconto de letras, empréstimos sobre penhores, operações de câmbio, recebimento de depósitos particulares, compra e venda de ouro e prata em barra ou moeda. Ao longo dos anos, as funções da Filial foram sendo ampliadas ou restringidas, acompanhando a própria evolução do Banco, com reflexos no seu funcionamento.

Actualmente, a Filial do Porto gere, a nível local, os apoios técnicos e técnico-administrativos que se reportam à actividade de vários Departamentos do Banco de Portugal.



No âmbito das suas atribuições como parte integrante do Eurosistema, a Filial assegura a realização dos movimentos de depósito e levantamento de notas e moedas requeridos pelas instituições de crédito que operam na região norte de Portugal, garantindo, ainda, o processamento das notas recebidas em depósito. No âmbito das funções de atendimento directo ao público, destacam-se as actividades relacionadas com troca de numerário. Assume ainda particular importância o desempenho de tarefas relacionadas com o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo que assegura a solvabilidade e a liquidez das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo.

O EDIFÍCIO

Inicialmente, a Caixa Filial ficou instalada na parte fronteira do Convento de S. Domingos, que o Banco tomou de arrendamento aos frades desta Ordem, pois beneficiava de uma excelente localização no centro comercial da cidade.

Em 1834, com a extinção das ordens religiosas e a desapropriação dos seus bens, o terreno onde se encontrava o edifício do Convento foi dividido em lotes e posto à venda pelo Governo, tendo o Banco de Portugal adquirido, em 1865, o lote ocupado pela Filial, procedendo então a profundas obras de remodelação. Porém, era notória a necessidade crescente de transferir as instalações para outro local. Por um lado, os serviços tinham-se expandido e havia que garantir o seu bom funcionamento; por outro, ao longo dos anos, o centro económico da cidade transferiu-se gradualmente para a parte alta e o Banco tinha necessidade de enquadrar a sua Filial numa situação geográfica que melhor servisse a capital do Norte.

6

Deste modo, em 1917, aproveitando a perspectiva das demolições necessárias à abertura da Avenida dos Aliados, o Banco de Portugal solicita à Câmara Municipal do Porto prioridade na aquisição de um espaço naquele local, uma vez que estava em condições de erguer ali um edifício com as características exigidas pela nova via de comunicação. Viriam a ser arrematados os prédios n.ºs 48 a 64 e 74 a 102 da Rua do Almada e 86 a 99 da Praça da Liberdade. Em 1918 foram ainda adquiridos uma casa e terrenos adjacentes na Viela do Polé, o que permitiria aumentar a fachada.

Coube aos Arquitectos José Teixeira Lopes e Miguel Ventura Terra a elaboração do anteprojecto, datado de Julho de 1918, no qual assinalavam a preocupação subjacente em *dar disposição adequada ao fim e local a que se destina* o edifício. Com efeito, o espaço interior reflectia a preocupação da racionalidade e eficiência dos diversos serviços. A morte destes dois arquitectos em 1919, veio interromper a sua colaboração nestes trabalhos.

O projecto definitivo, apresentado em Junho de 1922, viria a ser elaborado pelo Engenheiro José Abecassis, baseado, em linhas gerais, no anteprojecto daqueles dois arquitectos. As fachadas foram modificadas de modo a atingirem a altura exigida pela Comissão Estética da Cidade, procurando-se uniformizar o estilo da fachada principal, tornando-a homogénea e simétrica.

O grupo escultórico do frontão, em granito, e as duas estátuas que o ladeiam, em bronze são da autoria do escultor Sousa Caldas. Os trabalhos de construção, sob a direcção do Eng.º Vasco Peixoto Taveira, iniciados em 1923, viriam a arrastar-se até 1934, dado o terreno ser alagadiço, impondo grande cautela nas estruturas de base.

Finalmente, a 23 de Abril de 1934 era inaugurado o novo edifício. No entanto, as duas estátuas que ornamentam a fachada principal só viriam a ficar concluídas dois anos mais tarde.

Ao longo dos anos, as instalações da Filial têm sido objecto de diversas alterações interiores, de forma a adequarem-se à constante evolução dos serviços e inovações tecnológicas.



7



A AGÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL EM VILA REAL

1893/11/02 – 2008/05/31

A 2 de Novembro de 1893 iniciava operações a Agência do Banco em Vila Real, cumprindo assim o Banco de Portugal o compromisso a que se obrigara perante o Governo, por força do contrato de 10 de Dezembro de 1887, de criar caixas filiais e agências nas capitais de distrito.

Contudo, desde 1 de Janeiro de 1888 que a Agência já funcionava provisoriamente, para os serviços de Tesouraria do Estado, assumindo o anterior Tesoureiro Pagador do distrito, as funções de agente provisório. A instalação definitiva só viria a ocorrer quase 6 anos depois.

Nessa altura foram empossados como agentes Diogo Luís Aguiar, que já cumpria as funções de agente provisório, e Francisco Alberto Pereira Cabral.

A Agência tinha como principais funções descontar letras, fazer empréstimos sobre penhores, realizar operações cambiais, abrir créditos em conta corrente e conceder suprimentos com garantia, efectuar transferências de fundos, receber numerário em conta corrente, realizar operações com o Tesouro e prestar informações.

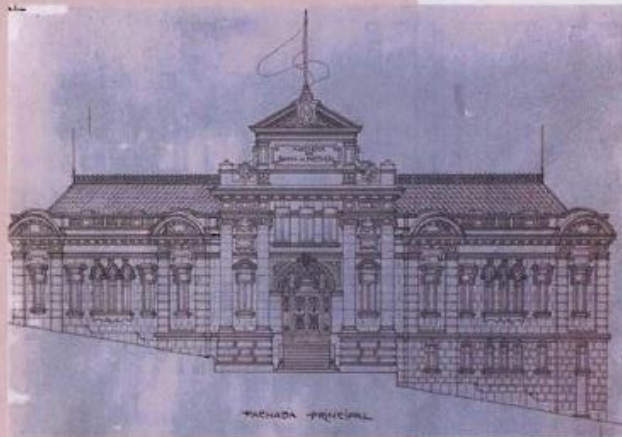
Ligada à Agência funcionava uma rede de correspondentes, que lhe prestavam auxílio na recolha de informações e nas operações bancárias do distrito.

Ao longo dos seus 115 anos de existência, as funções da Agência foram sofrendo alterações, fruto da evolução do Banco de Portugal e do próprio sistema bancário. A partir de 1975, com a promulgação da nova Lei Orgânica do Banco de Portugal, o desconto directo ao público deixa de ser praticado, as contas de depósitos à ordem de clientes são transferidas para a banca comercial, e a rede de correspondentes é extinta.

Os serviços da Agência ficaram inicialmente instalados no edifício do Governo Civil. Mas, face à desadequação do espaço e à iminência de o Município o reclamar para aí instalar as suas próprias repartições, o Banco procurou desde cedo adquirir um terreno para a construção de um edifício próprio.

Assim, em 1910, o Banco arremata em hasta pública um edifício denominado “Casa da Cruz” pertencente ao casal inventariado da Condessa da Azambuja, na antiga Rua de São João, Freguesia de S. Pedro.

Em 1911 é aprovado o projecto da autoria do arquitecto Adães Bermudes, nome já ligado a outros edifícios do Banco. No ano seguinte procede-se à demolição dos prédios aí existentes, e iniciam-se as obras de construção. A Agência ainda funcionou, a partir de Outubro de 1913 e durante a construção, num prédio arrendado na mesma rua, até os serviços se instalarem definitivamente no novo edifício em Setembro de 1923. No entanto, este só viria a ficar totalmente concluído em 1924.



AGÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL EM VISEU

A 1 de Agosto de 1893, inicia a sua actividade a Agência do Banco de Portugal em Viseu dando, desta forma, cumprimento ao compromisso a que se obrigara o Banco de Portugal perante o Governo, por força do contrato de 10 de Dezembro de 1887, de criar filiais e agências nas capitais de distrito. Nas instalações do Governo Civil da Cidade foram empossados João Soares Pereira e Camilo Augusto Silva e Andrade, proprietários e negociantes da cidade, sendo o último o anterior correspondente.

A Agência tinha como principais funções o desconto de letras, depósitos à ordem, operações com o Tesouro Público, transferências de fundos, recolha e troca de notas, empréstimos sob penhor e operações cambiais. Situada num distrito sem indústria, predominantemente agrícola e com pouco comércio, tinha ainda como obstáculo a fraca acessibilidade, dada a deficiente rede ferroviária e rodoviária. Daí a importância para a Agência da sua rede de correspondentes, que foi sempre bastante extensa, contando com 12 em 1896 e atingindo 24 em 1921.

Ao longo da sua existência as funções da Agência foram sofrendo alterações, fruto da evolução do Banco de Portugal e do próprio sistema bancário. A partir de 1975, com a promulgação da nova Lei Orgânica do Banco, cessa o desconto directo ao público, as contas de depósitos à ordem de clientes são transferidas para a banca comercial e a rede de correspondentes é extinta. Hoje, virada essencialmente para o atendimento ao público, presta entre outras, informações de cariz bancário, económico e estatístico, efectua a troca e valorização de notas e assegura a distribuição de moeda metálica e de colecção.



7

Edifício da Agência

Os serviços da Agência ficaram inicialmente instalados no edifício do Governo Civil. Em 1902, o Governador Civil fez saber à Administração do Banco a necessidade dos serviços da Agência serem mudados para outro local, não só pela exiguidade das instalações, mas também por motivos de segurança, por estarem aí também instalados os calabouços da polícia. Decidiu-se então procurar edifício ou terreno que ficasse próximo da Repartição da Fazenda e tivesse acesso fácil ao público. O terreno escolhido ficava situado na Quinta do Massorim na zona ocidental da cidade. Em Outubro de 1903 foi decidido entregar o projecto do edifício a construir ao Arquitecto Adães Bermudes. A 23 de Dezembro de 1907, os serviços da Agência passaram a funcionar no novo edifício. Mas, pelo facto de se situar numa zona pouco central, e que dificultava o acesso do público, o Banco opta por adquirir, em 22 de Julho de 1920, em hasta pública, cinco talhões de terreno com a área total de 866 m² junto à Praça da República no centro da cidade. Em Fevereiro do ano seguinte foi aprovado o projecto do imóvel da autoria do arquitecto João de Moura Coutinho. Os trabalhos prolongaram-se até finais de 1930, altura em que a Agência passou a funcionar no novo edifício onde ainda hoje se encontra.

O antigo edifício foi vendido em 1931 à Caixa Geral de Depósitos.



